

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
ESCOLA DE ARQUITETURA  
PROGRAMA DE MESTRADO EM AMBIENTE CONSTRUÍDO E PATRIMÔNIO  
SUSTENTÁVEL

ERIKA DE PAULA ALVES

**Por uma caracterização do turismo em Diamantina:**  
estratégias possíveis de interpretação do patrimônio

Belo Horizonte  
2011

ERIKA DE PAULA ALVES

**Por uma caracterização do turismo em Diamantina:** estratégias  
possíveis de interpretação do patrimônio

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, da Universidade Federal de Minas Gerais para obtenção do título de mestre.

Área de concentração: Bens Culturais, Tecnologia e Território.

Linha de pesquisa: Gestão do Patrimônio no Ambiente Construído.

Orientador: Prof. Dr. João Júlio Vitral Amaro

Belo Horizonte

2011

**FOLHA DE APROVAÇÃO**

Erika de Paula Alves

Por uma caracterização do turismo em Diamantina: estratégias possíveis de interpretação do patrimônio

Dissertação apresentada à Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais para obtenção do título de Mestre.  
Área de concentração: Bens Culturais, Tecnologia e Território.  
Linha de pesquisa: Gestão do Patrimônio no Ambiente Construído.

Aprovado em: \_\_\_\_\_

**Banca Examinadora**

Prof. Dr. Altamiro Sérgio Mol Bessa

Universidade Federal de Minas Gerais

Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. Carlos Eduardo Silveira

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. João Júlio Vitral Amaro

Universidade Federal de Minas Gerais

Assinatura: \_\_\_\_\_

Aos meus pais, Constantino e Hilda,  
com amor, admiração e gratidão.

## AGRADECIMENTOS

À Deus, pelas bênçãos concedidas e por me guiar neste caminho.

À Diamantina, cidade encantadora pela qual me apaixonei e tenho um carinho muito especial, por ter me acolhido e ser a base das discussões levantadas nesta dissertação.

Aos meus pais, Constantino e Hilda, pela formação que me permitiram ter, com os sacrifícios que só eles sabem quais foram.

Ao Prof. Dr. João Júlio Vitral Amaro que muito me ensinou, contribuindo para meu crescimento científico e intelectual.

À Profa. Mariana Lacerda e a Profa. Stael Costa, por terem participado da banca de qualificação e pelas preciosas contribuições que deram ao trabalho.

Ao Rafa (Rafael Ciquella), com amor, pela paciência, incentivo e apoio incondicional.

À Betania e a Gabriela, minhas queridas irmãs, pela convivência diária e a compreensão dos momentos de angústia.

À Frau (Veronika Haag) pelas imprescindíveis contribuições no texto e pelo apoio durante todo o curso de mestrado.

Agradeço aos amigos sempre presentes.

À Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, pela oportunidade de realização do curso de mestrado.

Quando a noite a linda lua  
Torna as pedras cor de prata  
Diamantina sai à rua  
Transformada em serenata  
Seresteiros indomados  
Dedilhando violões  
Levam música aos ouvidos  
E saudade aos corações.  
A seresta apaixonada  
Corre as ruas do Macau  
Capistrana Cavallhada  
São Francisco, Burgalhau  
Essas ruas serpeantes  
É tão fácil entendê-las  
Descem doidas por diamantes  
Sobem ávidas de estrelas.  
O Itambé mesmo de longe  
Ouve os sons quase em surdina  
Ergue as mãos azuis de monge  
E abençoe Diamantina  
Se de um sonho nada resta  
Só saudade, só, mais nada,  
Como é linda uma seresta,  
Numa noite enluarada.

*Hino de Diamantina*

## RESUMO

ALVES, Erika P. **Por uma caracterização do turismo em Diamantina: estratégias possíveis de interpretação do patrimônio.** 2011. 105f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

Esta dissertação tem por objetivo compreender o processo de formação do chamado centro histórico de Diamantina, reconhecido pela UNESCO como Patrimônio Cultural da Humanidade, por meio de dados históricos e morfológicos. A formação urbana embasa as discussões levantadas neste estudo que investiga o papel da atividade turística e as possibilidades de interpretação do patrimônio. Apresenta-se uma análise considerando a apropriação do território de Diamantina pelo turismo e sua possível relação com o entorno. Espera-se que a principal contribuição desta pesquisa seja levantar alternativas de planejamento urbano permitindo, por meio da interpretação do patrimônio, valorizar e valorar a experiência do visitante. E, ao mesmo tempo, contribuir para que a cidade se consolide como polo de atração turística capaz de gerar benefícios para ela e o seu entorno.

Palavras-chave: Diamantina, formação urbana, interpretação do patrimônio e turismo.

## **ABSTRACT**

**ALVES, Erika P. Por uma caracterização do turismo em Diamantina: estratégias possíveis de interpretação do patrimônio.** 2011. 105f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

This thesis aims to understand the development process of the Diamantina's historic center, recognized by UNESCO as World Heritage, through historical and morphological data. The urban formation underlies discussions raised in this research, that investigates the tourism's role and possibilities of heritage's interpretation. It presents analysis considering the Diamantina's territory appropriation by tourism and its relation with the environment. It is expected that the main contribution of this research is to show urban planning alternatives, that appreciate and value the visitor experience, through the heritage's interpretation. Simultaneously, contribute to consolidate the city as a tourist attraction center able to generate benefits for the city and its surroundings.

Keywords: Diamantina, urban formation, heritage's interpretation and tourism.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|  |    |
|--|----|
| Tabela 01 - Resumo do perfil da oferta hoteleira de Diamantina - 2003 a 2009 | 33 |
| Figura 01: Raio de influência dos centros turísticos                         | 37 |
| Figura 02: Delimitação do núcleo central de visitação turística              | 41 |
| Figura 03: Rua da Quitanda – subida par a Rua do Carmo                       | 42 |
| Figura 04: Rua da Quitanda – descida para o Beco da Tecla                    | 42 |
| Figura 05: Cortejo do Rosário  | 45 |
| Figura 06: Criança com trajes típicos  | 45 |
| Figura 07: Mapa da Estrada Real  | 52 |
| Figura 08: Marco da Estrada Real   | 53 |
| Figura 09: Formação esquemática do Arraial do Tejuco                         | 71 |
| Figura 10: Delimitação dos caminhos que ligavam os arraiais periféricos      | 73 |
| Figura 11: Os arruamentos mudam de nome                                      | 74 |
| Figura 12: Formação do núcleo central de Diamantina                          | 75 |
| Figura 13: Casario colonial da Rua Direita                                   | 76 |
| Figura 14: Casario colonial da Rua do Amparo                                 | 76 |
| Figura 15: Procissão na Rua Direita  | 79 |
| Figura 16: Antiga Igreja da Sé de Santo Antônio                              | 79 |
| Figura 17: Vista da cidade de Diamantina                                     | 80 |
| Figura 18: Catedral de Santo Antônio   | 80 |
| Figura 19: Vista da cidade de Diamantina com a Catedral de Santo Antônio     | 80 |
| Figura 20: Rua Direita antes da demolição da Matriz de Santo Antonio         | 80 |
| Figura 21: Rua Direita de Diamantina, 1868                                   | 80 |
| Figura 22: Garimpo Real  | 89 |
| Figura 23: Cânion do Funil   | 89 |
| Figura 24: Praça de Presidente Kubistchek                                    | 89 |
| Figura 25: Feira no Mercado Velho  | 95 |
| Figura 26: Vista do centro histórico do Serro                                | 96 |

## **LISTA DE SIGLAS**

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

ER – Estrada Real

FIEMG – Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais

IER – Instituto Estrada Real

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MG – Minas Gerais

MTur – Ministério do Turismo

OMPI – Organização Mundial da Propriedade Intelectual

Sectur Diamantina – Secretaria Municipal de Cultura Turismo e Patrimônio de Diamantina

Setur MG – Secretaria Estadual de Turismo de Minas Gerais

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFVJM – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura.

## SUMÁRIO

|  |            |
|--|------------|
| <b>RESUMO .....</b>  | <b>7</b>   |
| <b>ABSTRACT .....</b>  | <b>8</b>   |
| <b>LISTA DE ILUSTRAÇÕES .....</b>  | <b>9</b>   |
| <b>LISTA DE SIGLAS .....</b>   | <b>10</b>  |
| <b>SUMÁRIO .....</b>   | <b>11</b>  |
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>  | <b>12</b>  |
| <b>CAPÍTULO I .....</b>  | <b>15</b>  |
| 1.1 PAISAGEM CULTURAL: UM CONCEITO EM CONSTRUÇÃO .....   | 15         |
| 1.1.1 Patrimônio, Paisagem e Turismo em Diamantina – diálogos.....                                       | 19         |
| 1.2 A TRAJETÓRIA DO PATRIMÔNIO – CONCEITOS.....  | 23         |
| 1.2.1 O patrimônio intangível e a Diversidade Cultural: sua evolução na UNESCO .....                     | 24         |
| 1.2.2 Breve histórico da preservação do patrimônio no Brasil.....  | 27         |
| <b>CAPÍTULO II.....</b>  | <b>32</b>  |
| 2.1. DIAMANTINA NO CONTEXTO DO TURISMO.....  | 32         |
| 2.1.1 Aspecto Natural.....   | 38         |
| 2.1.2 Aspecto Urbano.....  | 40         |
| 2.1.3 Atividades Turísticas.....   | 43         |
| 2.1.4 Institucionalização ou Políticas de Governo .....  | 46         |
| 2.1.5 Dificuldade de acesso a informações: possíveis estratégias de interpretação do<br>patrimônio ..... | 56         |
| 2.1.6 A influência da cultura do garimpo na atividade turística em Diamantina .....                      | 60         |
| <b>CAPÍTULO III .....</b>  | <b>62</b>  |
| 3.1. CARACTERIZAÇÃO URBANA DE DIAMANTINA.....  | 62         |
| 3.1.1 Formação do Arraial do Tejuco e Interpretação do Patrimônio .....                                  | 68         |
| 3.1.2 Aspectos da Rua Direita de Diamantina.....   | 76         |
| <b>CAPÍTULO IV .....</b>   | <b>85</b>  |
| 4.1 INTERPRETAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE DIAMANTINA: UMA POSSÍVEL VISÃO<br>REGIONAL? .....               | 85         |
| 4.1.1 Centro de Referência do Garimpo – Museu dos Diamantes .....  | 88         |
| 4.1.2 Centro de Referência do Garimpo - Mercado Velho.....   | 93         |
| <b>CONCLUSÃO .....</b>   | <b>98</b>  |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>   | <b>101</b> |
| <b>ANEXO .....</b>   | <b>107</b> |

## INTRODUÇÃO

O tema desta pesquisa foi escolhido devido a uma inquietação constante em debater a situação das cidades históricas brasileiras que incorporaram o turismo como atividade econômica. A cidade de Diamantina MG foi escolhida como estudo de caso, por apresentar condições urbanas que enriquecem as discussões e por ser um lugar especial que acolhe e encanta os “forasteiros” que por ela passam, e, às vezes, nela ficam. O fascínio pela cidade começou nos idos de 1998, quando obteve-se a oportunidade de visitá-la. Com o passar dos anos esta relação se estreitou e, em 2010, houve a oportunidade de nela residir permitindo a observação participante dos fatos que contribuem para embasar as questões aqui abordadas.

A abordagem do problema desta pesquisa é qualitativa e a realização dos objetivos se deu por procedimentos de pesquisa exploratória e descritiva. Optou-se por responder aos objetivos propostos utilizando um caráter exploratório, considerando-se que se

[...] procura aprimorar ideais ou descobrir intuições. Caracteriza-se por possuir um planejamento flexível, envolvendo em geral levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas experientes e análises de exemplos similares. As formas mais comuns de experimentação das pesquisas exploratórias são a pesquisa bibliográfica e o estudo de caso (DENCKER, 2002, p.124).

Procedimentos de pesquisa exploratória para levantar aspectos importantes e relações-chave para exame posterior e obter critérios para uma abordagem do problema, compondo o marco teórico metodológico que são abordadas nos Capítulos I, II e III. Procedimentos de pesquisa descritiva, para estabelecer relações entre as variáveis: turismo x paisagem x patrimônio x interpretação x planejamento urbano que ocorrem ao longo do texto e especialmente no Capítulo IV. Do ponto de vista dos procedimentos técnicos foi adotada a observação participante, uma vez que a pesquisadora estava inserida no contexto investigado participando de reuniões, encontros e discussões relacionadas à atividade turística em Diamantina. Foram realizadas observações frequentes no período de 01 ano em que foi possível participar de reuniões e, também, obteve-se entrevistas não estruturadas e semiestruturadas com empresários do segmento de turismo, poder público diamantinense, turistas que visitam a cidade e profissionais ligados ao Instituto Estrada Real.

A partir da compreensão dos estudos relativos à preservação do patrimônio e das aspirações dos profissionais do turismo enfocou-se o chamado centro histórico, reconhecido como Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO, por ora adquirindo novas funções frente aos desafios da atividade turística. Apresenta-se uma análise que elucida as possibilidades de apropriação do território pelo turismo tendo como base a formação urbana da cidade e a sua relação com o entorno. Tal abordagem é o subsídio para uma possível estratégia de interpretação do patrimônio<sup>1</sup>.

Julga-se necessário salientar que, não se pretende aqui propor um plano interpretativo para Diamantina e região, mas sim, indicar um possível direcionamento para elaboração do mesmo de forma que se considere a formação urbana da cidade como base para interpretação e, o garimpo de diamantes, como tema transversal que será o elo entre a cidade e seu entorno.

O profissional que atua no setor turístico, agentes públicos ou privados, às vezes, contribui para a apropriação do patrimônio de forma individualista e imediatista sem refletir sobre as possibilidades de interação que o mesmo oferece. As aspirações discutidas nesta pesquisa propiciam uma análise crítica do planejamento urbano de cidades históricas brasileiras que se proponham a desenvolver atividades voltadas para o turismo.

O objetivo desta pesquisa é compreender o processo de formação do chamado centro histórico de Diamantina por meio de dados históricos e morfológicos. A partir disso, investigar o papel da atividade turística e as possibilidades de interpretação do patrimônio. Espera-se que a principal contribuição desta pesquisa seja levantar possibilidades de planejamento urbano que permita, por meio da interpretação do patrimônio valorizar a experiência do visitante. E, ao mesmo tempo, contribua para que a cidade se consolide como polo de atração turística capaz de gerar benefícios para ela e o seu entorno.

Nesta perspectiva, busca-se no Capítulo I caracterizar a área de estudos sob a ótica da atividade turística. Para tal, apresentam-se algumas possibilidades para se

---

<sup>1</sup> Nesta pesquisa, considera-se interpretação da paisagem e interpretação do patrimônio como sinônimas. Sabe-se que há uma diferença semântica entre ambos os conceitos. No entanto, para efeito desta pesquisa, adotou-se as expressões como idênticas.

observar Diamantina e seu entorno pertinentes com uma estratégia que vise o desenvolvimento turístico.

Resgata-se no Capítulo II os principais marcos da política de salvaguarda de bens intangíveis adotadas pela UNESCO e um breve relato da trajetória institucional do patrimônio no Brasil. Considera-se também as questões relativas à paisagem a luz de autores que contribuem para o debate que envolve patrimônio, paisagem e turismo.

A seguir, o Capítulo III aborda as aspirações econômicas e sociais que contribuíram para formar o espaço urbano do chamado centro histórico da cidade de Diamantina. A partir disso, sugere-se no Capítulo IV possíveis direcionamentos que propiciem elaborar um plano de intervenção urbana pautado nos preceitos de interpretação do patrimônio para o aproveitamento turístico.

## CAPÍTULO I

### 1.1 PAISAGEM CULTURAL: UM CONCEITO EM CONSTRUÇÃO

De acordo com Cosgrove (1998), o patrimônio imaterial e suas relações exigem compreender a dimensão do território que é expresso através da paisagem. Investigar a paisagem é considerar que os espaços da superfície terrestre devem ser concebidos como entidades quadridimensionais: espaço e tempo. Em outras palavras, se faz necessário considerar não apenas a dimensão territorial como também suas transformações ao longo do tempo para analisar a paisagem. O tempo é um fator relevante para a composição de qualquer paisagem. Entender que a paisagem é resultado do espaço e do tempo permite afirmar que a influência humana exerce alterações que expressam sua cultura e seu modo de vida através da ocupação do espaço. Autores, como Sauer (1998), entendem a paisagem numa perspectiva da observação humana e a consideram subdividida em dois grupos: natural e cultural. Segundo o autor, a paisagem natural reúne formas que envolvem, primeiramente, os materiais da crosta terrestre, ou seja, as feições geomorfológicas. Neste contexto, notam-se as áreas de natureza original, aquelas que não apresentam ação antrópica. Por outro lado, a paisagem cultural é “modelada a partir de uma paisagem natural por um grupo cultural. A cultura é o agente, a área natural é o meio, a paisagem cultural o resultado” (SAUER, 1998).

Sauer (1998) resgata a importância do tempo enquanto fator condicionante da ação de uma cultura sobre um espaço natural. A fisionomia cultural evidencia formas que o homem moldou através das marcas e dos testemunhos inseridos no ambiente natural. Nesta perspectiva, revela-se a paisagem como resultado de um sistema dinâmico que, constantemente, é alterada. No caso estudado, a atividade turística é um dos fatores que influenciam nesta mudança.

Pode-se identificar outro olhar, defendido por Berque (1998), que considera a paisagem como sendo marca e matriz simultaneamente:

É preciso compreender a paisagem de dois modos: por um lado ela é vista por um olhar, apreendida por uma consciência, valorizada por uma experiência, julgada (e eventualmente reproduzida) por uma estética e uma moral, gerada por uma política, etc. e por outro lado, ela é matriz, ou seja, determina em

contrapartida, esse olhar, essa consciência, essa experiência, essa estética e essa moral, essa política, etc. (BERQUE, 1998)

Como marca, expressa as formas de vida e as relações de uma civilização com o território em que ocupa, através das expressões deixadas por seus testemunhos. Em outras palavras, a paisagem funciona como reflexo da sociedade. E também como matriz, por possuir uma série de condicionantes, como disponibilidade de recursos, “que canaliza em um certo sentido a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza” (BERQUE, 1998). Portanto, é preciso conhecer a matriz para ser possível interpretar as marcas da paisagem. Esta posição destaca a observação humana, conferindo aos espaços um caráter essencialmente cultural, condicionado ao julgamento e ao interesse do observador.

A avaliação individual é considerada um dos principais fatores para compreender e apreciar a paisagem. É incorporar a subjetividade na percepção do espaço e, por isso, a paisagem é concebida ao ser vista ou observada. Não é suficiente para a sua percepção a simples constatação física de sua realidade. Esta afirmação aproxima-se à de Berque (1998), pois condiciona a paisagem à observação e à interpretação do observador. O filtro individual não apenas influencia, mas de certa forma determina a concepção sobre os espaços visíveis.

Compreende-se que “(...) a paisagem é plurimodal (passiva – ativa – potencial etc.) como é plurimodal o sujeito para o qual a paisagem existe; e a paisagem e o sujeito são co-integrados em um conjunto unitário que se autoproduz e se autoreproduz (e, portanto, se transforma, porque há sempre interferências com o exterior)” (BERQUE, 1998:86). Sendo assim, a paisagem depende da maneira como se observa e de como o observador se relaciona com o espaço observado. Torna-se uma concepção pessoal que será diferente para cada observador devido ao filtro cultural utilizado.

A paisagem da cidade provoca sentimentos diferentes no turista e no morador sendo que o primeiro é suscetível ao fascínio, enquanto o segundo compreende este espaço como comum, de uso cotidiano, solicitado pelas demandas das práticas do dia a dia. Ressalta-se que a paisagem não se esgota na percepção visual, pois incorpora outras dimensões como a construção cultural que evidencia cenas captadas pelo observador através dos seus cinco sentidos. São cheiros, texturas, gostos, figuras e sons que remetem a diferentes ambientes. Estas relações geram as diferentes percepções sobre um mesmo lugar e permitem ao turismo várias possibilidades de uso de um mesmo



recurso. A diversidade gera várias sensações ao conhecer um local e aproxima o visitante do espaço visitado.

Conforme se depreende dos textos citados, o desafio do turismo é a interpretação da paisagem de forma a valorizar o patrimônio como recurso educacional e turístico e “prover a cidade de sinais que estimulem o prazer e a emoção de caminhar por suas ruas, largos e becos, que valorizem o significado da cultura urbana materializada nos seus monumentos e ‘edificações e que mesquem a paisagem no registro histórico com o tempo cotidiano” (ALBANO, 2002:280). Para tal, é preciso compreender o que Berque (1998) denomina “matriz da paisagem”. A paisagem não muda porque nós a vemos. Mas, o que é visto muda de pessoa para pessoa, de acordo com os filtros de cada um.

De fato, o que está em causa não é somente a visão, mas os sentidos; não somente a percepção, mas todos os modos de relação do indivíduo com o mundo; enfim, não é somente o indivíduo, mas tudo aquilo pelo qual a sociedade o condiciona e o supera, isto é, ela situa os indivíduos no seio de uma cultura, dando com isso um sentido à sua relação com o mundo (sentido que, naturalmente, nunca é exatamente o mesmo para cada indivíduo). (BERQUE, 1998:87)

É importante lembrar que a compreensão da paisagem elucidada questões relacionadas ao patrimônio material e imaterial, demonstrando que há um limite tênue entre ambos e que há uma imbricação de sentidos ao pensar na paisagem e no patrimônio. Pensar o conceito de paisagem marca, paisagem matriz, proposto por Berque (1998), nos aproxima das discussões sobre patrimônio que consideram o território (matriz) como fundamental para a preservação do bem (marca). Neste sentido, apresenta-se

[...] o conceito de patrimônio ambiental urbano, matriz a partir da qual podemos pensar hoje a preservação do patrimônio, sem cair nas limitações da visão tradicional. Pensar na cidade como um ‘patrimônio ambiental’ é pensar, antes de mais nada, no sentido histórico e cultural que tem a paisagem urbana em seu conjunto, valorizando não apenas monumentos ‘excepcionais’, mas o próprio processo vital que informa a cidade. Neste campo, o tipo de objeto a ser protegido muda, passando do monumento isolado a grupos de edificações históricas, à paisagem urbana e aos espaços públicos. Assim, quando se pensa em termos de patrimônio ambiental urbano, não se pensa apenas na edificação, no monumento isolado, testemunho de um momento singular do passado, mas torna-se necessário, antes de mais nada, perceber as relações que os bens naturais e culturais apresentam entre si, e como o meio ambiente urbano é fruto dessas relações. (CASTRIOTA, 2009:160)

A concepção de patrimônio, citada acima, se mistura aos conceitos de paisagem e valoriza o lugar<sup>2</sup> em suas várias dimensões, ao mesmo tempo em que fomenta estudos que se desdobram na implantação de instrumentos de gerenciamento e promoção mais assertivos. Neste ponto, destaca-se a interpretação do patrimônio como uma das alternativas para se popularizar o conhecimento de valores da paisagem e do patrimônio para a população local e os turistas.

A cidade mineira de Diamantina ilustra tal questão pelo fato de sua paisagem possuir atributos que instigam a curiosidade das pessoas. Sua paisagem tem forte influência da condição geológica específica (existência de diamantes no terreno), teve uma ocupação territorial distinta das demais cidades brasileiras e despertou interesse nos órgãos internacionais de proteção do patrimônio.

A interpretação da paisagem possibilita instigar a população local e, principalmente, os visitantes a conhecerem mais o território. É uma ferramenta que permite criar um destino turístico organizado que atraia um mercado consumidor exigente que preza o conhecimento agregado adquirido durante uma viagem.

Cabe destacar ainda a importância não apenas da valorização das atividades culturais, mas também ambientais. É imprescindível desenvolver ações de educação ambiental que incluam os turistas e a população residente do entorno de Parques e outras unidades de conservação. As pessoas, sensibilizadas com a importância da proteção destas áreas, se apropriam do lugar e tornam-se corresponsáveis por organizar, gerir e implantar atividades rentáveis, dentre elas, o turismo. A conexão entre as ações de proteção e as atividades de lazer viáveis para a comunidade e para a comercialização são a base para que haja o uso sustentável de áreas de interesse turístico. A mescla de atividades culturais e ao ar livre, é uma estratégia de diferenciação de produto no mercado. A região dos Diamantes possui variados atrativos naturais que se mesclam às opções culturais.

A formulação de políticas públicas para o desenvolvimento do turismo exige a compreensão de que planejar o espaço regional vai muito além da simples estruturação de atrativos. Insere-se, principalmente, nos pequenos e médios municípios, o urbano e o rural, onde viver e conviver são atividades

---

<sup>2</sup> Sabe-se que há um esforço científico para se conceituar o termo “lugar”. Nesta dissertação, adotou-se a definição proposta por LEITE (2007:35) em que “a noção de *lugar*, menos genérica e abrangente que a de *espaço*, retém uma distinção: podemos entender os *lugares* como demarcações físicas e simbólicas no espaço, cujos usos os qualificam e lhes atribuem sentidos de pertencimento, orientando ações sociais e sendo por estas delimitados reflexivamente”.

integradas por meio do comércio, das prestações de serviços, das raízes culturais e de atividades econômicas formais e informais. (MTUR, 2010:138)

Diante do exposto, considera-se a paisagem fundamental para o desenvolvimento de atividades turísticas, que desvendem o lugar sob uma perspectiva que integre o ambiente cultural e o natural. Neste sentido, Albano (2002) defende a concepção de que “é necessário que a cidade revele o significado de sua originalidade através dos marcos referenciais da paisagem, dos espaços construídos e das ações dos atores sociais que ajudaram a compor sua imagem singular.” Esta situação está intimamente ligada ao observador e é fundamental para delimitar ações de interpretação do patrimônio, técnica usada para promoção e valorização da paisagem que será debatida no Cap. II, III e IV tendo como área de estudos o centro histórico de Diamantina.

### **1.1.1 Patrimônio, Paisagem e Turismo em Diamantina – diálogos.**

O conjunto arquitetônico da cidade de Diamantina e as tradições preservadas despertaram interesse no órgão nacional de proteção do patrimônio desde sua criação, em 1937. O conjunto arquitetônico do centro histórico da cidade foi tombado pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1938, figurando entre as primeiras cidades mineiras reconhecidas e protegidas por legislação específica do SPHAN, o que permitiu a manutenção e conservação do conjunto tombado. Mais de meio século depois, a sociedade se mobilizou para elevação de Diamantina a Patrimônio Cultural da Humanidade. Foram realizados abaixo-assinados em todo o país, a fim de que as autoridades brasileiras pedissem a inclusão da cidade na lista da UNESCO. O formulário da proposta de inscrição de Diamantina na Lista de Patrimônio Mundial em seu anexo 02 enfatiza a importância do conjunto afirmando que

O fato de Diamantina se destacar pela exploração do diamante e não do ouro fez com que ela fosse diferenciada do restante do Brasil, tendo um outro regime político, influenciando também em sua cultura, que diverge do restante do país, se refletindo na arquitetura e no traçado urbano. (...) A exploração do diamante foi se estagnando e por consequência, o mesmo ocorre com a economia local. Fato positivo para a conservação de Diamantina. (DOSSIÊ DO PATRIMÔNIO, 1999)

São esses dados que justificam a inscrição de seu centro histórico na Lista do Patrimônio Mundial segundo os critérios II e IV, respectivamente:

“II. Ser a manifestação de um intercâmbio considerável de valores humanos durante um determinado período ou em uma área cultural específica, no desenvolvimento da arquitetura, das artes monumentais, de planejamento urbano ou do desenho da paisagem...

[...]

IV. Ser um exemplo excepcional de um tipo de edifício ou de conjunto arquitetônico ou tecnológico, ou de paisagem que ilustre uma ou várias etapas significativas da história da humanidade...” (UNESCO, 2004:291)

O centro histórico da cidade foi reconhecido como Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO devido à singularidade do casario, legado colonial do período de exploração de diamantes, e, também, pelas atividades culturais que são produções sociais construídas ao longo do tempo. O sentimento de pertencimento e valorização do lugar foi reafirmado através da campanha Diamantina Patrimônio da Humanidade. Os empreendedores viram nesta ação uma oportunidade de ampliar os negócios para atender aos novos turistas que visitaram a cidade, ávidos por conhecer o patrimônio material e imaterial digno de reconhecimento mundial. Segundo relato de Cambraia (1999. IN: Dossiê do Patrimônio, 1999)

A justificativa para o pleito, que nasceu em meio a comunidade local, é de que Diamantina e sua paisagem natural e cultural constituem um testemunho excepcional da ocupação do território americano a partir da extração de diamantes, em vista do valor e raridade destas pedras, e ainda pela importância de seu acervo dentro da cultura latina. (CAMBRAIA, 1999. IN: Dossiê do Patrimônio, 1999)

Em 1999, Diamantina recebeu da UNESCO o título de Patrimônio Cultural da Humanidade e aumentou significativamente sua visibilidade na mídia. Fato que contribuiu para torná-la uma das cidades históricas de maior interesse, com casario colonial de inspiração barroca e, edificações e igrejas seculares. Sua singularidade é emoldurada pela paisagem natural da Serra dos Cristais. A Serra chama a atenção do observador que ainda se surpreende com a riqueza cultural diamantinense marcada pela forte tradição religiosa.

Olhar e sentir a paisagem são um exercício que permite apreciar cenas do cotidiano como, por exemplo, ouvir melodias entoadas por alunos estudando suas partituras em casa. É perceber que, entre o casario preservado, há edificações em ruínas que podem ser interpretadas como locais nos quais a ação do tempo se sobrepôs às determinações políticas de preservação do patrimônio, instituídas por órgãos de proteção. Estas ruínas são valiosas para que o usuário se lembre da importância da preservação e da temporalidade das construções. Assim como os seres humanos, são

produtos do meio e estão sujeitas às ações do tempo e do espaço em que estão inseridas. Aliar a experiência de apreciar o conjunto arquitetônico com a vida cultural, principalmente do centro histórico de Diamantina, é uma oportunidade de envolver o visitante, instigar sua curiosidade em conhecer mais sobre a região e, ao mesmo tempo, consolidar o município como motor de desenvolvimento regional. Como se vê, a motivação dos turistas que visitam as cidades coloniais mineiras, em última instância, se dá através da associação de uma paisagem a um modelo de uso (serviços) que propicia prazer, descanso, lazer. O centro histórico de Diamantina atrai turistas com a expectativa de conhecer um casario colonial e vivenciar o cotidiano onde a modernidade convive com casarões antigos e preservados. Pensar sobre as relações entre patrimônio e turismo é também pensar sobre os embates ligados à competição entre valores históricos, naturais e econômicos. A preservação em si engloba estratégias de conservação do bem para a população local e, quando possível, o mantém à disposição dos turistas. Estes, muitas vezes, pagam pela visita, e parte dessa quantia é destinada à manutenção do bem. A preservação é também uma oportunidade de despertar o interesse da população local que, antes, não valorizava o bem.

Medidas de valorização da paisagem e do patrimônio ligadas à atividade turística e implantadas sem o devido planejamento são questionáveis do ponto de vista da manutenção da identidade local. Em alguns casos, ocorre uma supervalorização de certos lugares, festividades e acontecimentos tradicionais em detrimento de outros. Castriota (2009) apresenta inquietações sobre a realidade de centros históricos apropriados para o turismo:

localizada e exibida para atrair turistas muito mais que para promover continuidades da tradição ou da vida de seus criadores históricos. [...] os centros históricos preservados são vítimas dessa desvalorização do meio ambiente cultural, e os críticos falam de uma ‘disneyficação’ do entretenimento e da recreação, processo que afetaria também a própria forma construída das cidades. (CASTRIOTA, 2009:111)

As manifestações culturais que acontecem em Diamantina são alvo constante de discussões nos meios acadêmicos sobre o limiar da sustentabilidade cultural e da transformação das mesmas em espetáculo. Existe a necessidade de se debater temas ligados ao patrimônio na cidade que possui manifestações culturais variadas.

A efervescência cultural e artística, a intensa religiosidade popular – que misturava às festas próprias da tradição católica os festejos profanos – e o caráter lúdico e delirante do chamado barroco mineiro criaram uma

urbanidade singular, traço distintivo da cultura das Gerais. (ALBANO, 2002:274)

Se por um lado Diamantina ainda não se consolidou como destino turístico<sup>3</sup>, por outro, a sociedade local consegue preservar costumes tradicionais sem a pressão externa que o turismo gera. Em contrapartida outra cidade colonial mineira, Ouro Preto, convive com um considerável fluxo de turistas durante todo o ano e sofre relativa pressão desta atividade econômica. Castriota (2009), discutindo as encruzilhadas do desenvolvimento em Ouro Preto coloca que

o turismo parece estar forçando a contraposição entre uma espécie de ‘falsa tradição’, para consumo externo, e uma ‘tradição secreta local’, que se mantém à margem e à revelia das políticas de preservação. Como, na tentativa de se homogeneizar o conjunto urbano e adequá-lo a uma imagem idealizada, procedeu-se a um apagamento sistemático da histórica local e à perda de sua memorabilidade, pode-se notar hoje uma falta de identificação entre a população e o cenário barroco criado, que é percebido como espaço para o turista. Para manter sua cultura e tradições, o habitante local desenvolve uma estratégia de ‘ensimesmamento’, fechando-se cada vez mais em seu próprio grupo. Com isso, consegue-se a sobrevivência de práticas pouco percebidas pelos turistas, e geralmente ligadas à forte tradição religiosa e popular local, tais como a linguagem dos sinos e a iluminação de varandas indicando o caminho das procissões. Para o forasteiro, são oferecidas imagens de uma história estilizada e com maior apelo comercial: réplicas de esculturas históricas, antiguidades recém fabricadas, e mesmo a possibilidade de passear com ‘trajes da época’ nas antigas ladeiras e ter sua imagem imortalizada em fotos envelhecidas artificialmente. (CASTRIOTA, 2009:151/152)

Este apelo comercial ainda não está consolidado em Diamantina. Tal fato pode ser considerado uma boa oportunidade pois permite que o setor turístico tenha condições de se realizar um planejamento adequado, que ressalte os valores da paisagem e do patrimônio a fim de promover o desenvolvimento turístico adequado e rentável.

---

<sup>3</sup> **Destino turístico** - Local, cidade, região ou país para onde se movimentam os fluxos turísticos.

**Fluxo turístico** – Todo e qualquer deslocamento de um conjunto de turistas que se movimenta de uma direção a outra, unidirecionalmente, num contexto espaço-temporal delimitado, com um ponto comum de emissão e um ou vários pontos de recepção. (Ministério do Turismo, 2010:176)

## 1.2 A TRAJETÓRIA DO PATRIMÔNIO – CONCEITOS

O estudo de caso sobre a formação urbana de Diamantina – MG elucidada questões que envolvem a trajetória da apropriação turística deste território e, ao mesmo tempo, remete a situações vividas em todo o centro histórico que conferem identidade ao lugar.

A fim de aprofundar as discussões sobre interpretação do patrimônio e sua relação com o turismo, se faz necessário discutir a trajetória do conceito de patrimônio na UNESCO e no Brasil, para, a partir disso, refletir sobre o tema aplicado à área de estudo. Patrimônio é a identificação que um povo tem com determinado objeto, acontecimento ou espaço; relacionando-o com a memória, a história e o tempo. É influenciado pela interação entre o ser humano e a paisagem que o abriga e envolve. Neste sentido, o patrimônio é caracterizado não apenas pelos monumentos e fazeres, mas também pelo território em que ocorre.

A relação do ser humano com a paisagem se expressa nos mais diversos ambientes e, dentre eles, também nas ruas que podem ser apropriadas como um lugar onde as atividades sociais e culturais convivem de forma integrada, uma influenciando a outra.

As definições da rua indicam que esta cumpre funções sociais. Uma, por exemplo, é instrumental, onde o objetivo da rua é proporcionar um enlace entre os edifícios, para que possam circular os bens e as pessoas necessárias à manutenção das atividades comerciais, administrativas, veículos... A segunda é expressiva, na qual a rua funciona como enlace entre pessoas, facilita a comunicação e a interação, e servindo assim para ligar a ordem social da polis. Na cidade barroca se cumpriu principalmente essa função expressiva fomentando o percurso das procissões pelas grandes avenidas que levavam aos palácios e catedrais. (ALMEIDA, 1998:34)

A rua é elemento essencial na formação urbana e pode ser percebida sob variados aspectos, dentre eles, sob o olhar da interpretação do patrimônio para o turismo, tema desta dissertação.

A interpretação do patrimônio, em sua melhor versão, cumpre uma dupla função de valorização. De um lado valoriza a experiência do visitante, levando-o a uma melhor compreensão e apreciação do lugar visitado; de outro, valoriza o próprio patrimônio, incorporando-o como atração turística. (MURTA; GOODEY, 2002:13)

Metodologicamente a UNESCO IPHAN utiliza a divisão entre patrimônio material (tangível) e imaterial (intangível). Segundo a UNESCO para o patrimônio intangível é

a totalidade das criações de base tradicional de uma comunidade cultural, expressadas por um grupo ou por indivíduos e reconhecidas como o reflexo das expectativas de uma comunidade na medida em que refletem sua identidade cultural e social; seus padrões e valores são transmitidos oralmente, por imitação ou por outros meios. Suas formas são, entre outras, língua, literatura, música, dança, jogos, mitologia, rituais, hábitos, artesanato, arquitetura e outras artes. Além desses exemplos, serão levadas em conta também, as formas tradicionais de comunicação e informação. (UNESCO, 2004)

Considera-se que a relação de um povo com o bem, que pode ou não ser intangível, é o que agrega identidade a ele, ou seja, o fio condutor que permeia todo e qualquer projeto de interpretação do patrimônio. Daí, a importância de compreender a trajetória do patrimônio intangível para o desenvolvimento deste trabalho. O texto a seguir apresenta, resumidamente, o histórico do patrimônio intangível na UNESCO e no Brasil, a fim de explicitar a posição brasileira de pioneirismo nas discussões sobre o tema dentro de um quadro global. Os fatos apresentados auxiliam a compreensão dos debates que têm contribuição de diversas áreas.

### **1.2.1 O patrimônio intangível e a Diversidade Cultural: sua evolução na UNESCO**

Inicialmente, a palavra patrimônio era designada apenas para caracterizar bens adquiridos por uma pessoa, ou seja, estava relacionada à propriedade. Com os avanços tecnológicos e das comunicações, as fronteiras se tornaram imprecisas e a necessidade de resguardar legados culturais emergiu como uma preocupação global. Houve uma ampliação do conceito de “patrimônio” que, desde então, precede alguns adjetivos como arquitetônico, paisagístico, natural, cultural, entre outros. Essas denominações diferentes objetivam repartir, delimitar faces de um mesmo objeto para fins de pesquisa e avaliação. São dimensões semânticas que permitem a construção de sentidos diversificados que, em última análise, são componentes de um todo. Neste cenário, emerge os debates sobre direito do autor e expressões folclóricas, que culminaram com a conceituação de patrimônio intangível.

Em 1952, ocorreu a Convenção Universal do Direito do Autor, que definiu parâmetros de proteção aos direitos autorais. Apesar dos parâmetros não abrangerem a preservação patrimonial, alguns países buscaram salvaguardar suas manifestações folclóricas através desta legislação. Apenas em 1967, na Conferência de Estocolmo, foram discutidas diretrizes internacionais para a proteção das expressões folclóricas,



assunto que trouxe à tona a relação da sociedade com o bem intangível. Porém, os problemas autorais permaneceram, uma vez que o folclore tem identidade e autoria coletiva e, de certo modo, indefinida. Isto dificultava a aplicação da legislação existente.

Em 1972, ocorreu a Convenção do Patrimônio Mundial, que incentivou os países a integrarem a proteção do patrimônio aos programas de desenvolvimento regional e priorizou questões relativas aos bens materiais, também conhecidos como bens de pedra e cal, tais como “igrejas, fortes, pontes, chafarizes, prédios e conjuntos urbanos representativos de estilos arquitetônicos específicos.” (ABREU; CHAGAS, 2003:11). Nesta Convenção discutiu-se questões acerca da instituição de patrimônios culturais e naturais universais centrados na excepcionalidade, além de questões sobre preservação ambiental dos espaços de caráter natural. E ainda houve um direcionamento para integrar o patrimônio na vida social, incentivando a corresponsabilidade das pessoas que habitam as áreas protegidas.

“A Convenção estabelece mecanismo complementar a proteção local, sem, contudo interferir ou impor algum tipo de medida coercitiva” (BO, 2003). No mesmo ano (1972) a Bolívia pediu que a UNESCO publicasse um protocolo sobre patrimônio intangível, mas não obteve sucesso. O principal problema enfrentado foi conciliar o direito do autor e a proteção. As questões relativas ao folclore, que naquele momento centralizavam as discussões, eram basicamente culturais, fora do alcance do campo de proteção do direito do autor (BO, 2003, modificado). A partir disso, o folclore passou a ser designado de formas distintas. Por um lado a UNESCO buscava compreender o fenômeno e propor políticas de preservação e revitalização, por outro a OMPI<sup>4</sup> tratava o tema sob o aspecto da propriedade intelectual.

Na tentativa de resolver o impasse, na década de 1980, houve reuniões entre a UNESCO e a OMPI cujos objetivos permeavam questões como exploração econômica e a cobrança de direitos autorais sobre atividades folclóricas. Não ocorreram avanços significativos e, em 1989, o órgão máximo deliberativo da UNESCO aprovou as Recomendações sobre a Salvaguarda de Cultura Tradicional e Folclore.

Estas Recomendações ressaltam que

a cultura tradicional e popular, na medida que se traduz em manifestações da criatividade intelectual individual ou coletiva, merece uma proteção análoga

---

<sup>4</sup> OMPI - Organização Mundial da Propriedade Intelectual.

a que se outorga as produções intelectuais. Uma proteção desta índole é indispensável para desenvolver, perpetuar e difundir em maior medida este patrimônio, tanto no país quanto no exterior, sem atentar contra os interesses legítimos (UNESCO, 2004)

Assim sendo, pode-se considerar que o folclore instigou discussões que, posteriormente, culminariam com a instituição da política internacional de patrimônio intangível. O texto sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional Popular, aprovado na Conferência-Geral de 1989, é a semente desta política. Apesar dos esforços, observa-se que os instrumentos legais de proteção são escassos devido à dificuldade em identificar e proteger manifestações e fazeres mutáveis que dependem da vontade alheia, seja individual ou de um grupo. A preservação, nestes casos, está mais relacionada ao incentivo à valorização e à transmissão das tradições através da história oral; bem como à ampliação do acesso aos benefícios por ela gerados. Neste ponto, o turismo desponta como uma possibilidade de incorporar valor comercial às atividades tradicionais.

Em 1998, a UNESCO criou a premiação para a Proclamação de Obras-Primas do Patrimônio Oral e Intangível da Humanidade com objetivo de incentivar a preservação de tais expressões. Em 2003, ocorreu a Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Intangível, que regula o tema, e assim complementa a Convenção do Patrimônio Mundial, de 1972, que cuida dos bens tangíveis, de modo a contemplar toda a herança cultural da humanidade.

Em 1992, é adotada a categoria de paisagem cultural que coloca a própria paisagem como um bem. O fato culminou, em 2000, com a Convenção Europeia da Paisagem que “valoriza uma abordagem do conceito que identifica na paisagem a inscrição das relações do homem com a natureza e estabelece como objeto para reconhecimento e proteção aquelas paisagens culturais detentoras de valores excepcionais.” (RIBEIRO, 2007:49) No evento, foram estabelecidas as Orientações para Guiar a Implementação da Convenção e, em 2005, os critérios por ora estabelecidos como culturais e naturais foram transformados em critérios únicos. Tal perspectiva de valorização da paisagem, considerada fundamental para compreensão do fato urbano de Diamantina, é tratada nos próximos capítulos. A seguir, são apresentados alguns marcos referenciais relativos a preservação do patrimônio brasileiro.

### 1.2.2 Breve histórico da preservação do patrimônio no Brasil

A partir da análise do histórico da política de proteção do patrimônio brasileiro frente ao da UNESCO, pode-se afirmar que o Brasil foi precursor de aspirações internacionais e detentor de instrumentos modernos de valorização. A preocupação patrimonial no Brasil iniciou-se, na década de 1920, devido, principalmente, às inspirações do movimento modernista. Este buscou resgatar o passado e valorizar as edificações, objetos e expressões da cultura nacional; em detrimento do que era considerado, até então, erudito e de grande valia, que era a cultura europeia. Assim, externalizou, uma preocupação com o que, mais tarde, os modernistas denominariam de identidade brasileira.

Com seu propósito declarado, os modernistas viajaram pelas cidades coloniais e perceberam as condições de decadência em que elas se encontravam resultado do declínio da exploração de ouro. Com isso, começaram a discutir a preservação das cidades mineiras e a buscar alternativas viáveis e adaptáveis, por perceberem a diversidade das manifestações culturais e dos modos de vida da região.

As condições materiais que favoreceram ter sido o território mineiro beneficiado, num lapso de tempo muito breve, com tamanho e tão valioso acervo de bens culturais, foram, obviamente, os efeitos da espantosa produção de ouro e diamante aqui ocorrida no século XVIII, sobretudo na primeira metade da centúria. (ANDRADE, 1969:12)

Os modernistas criticavam a arte acadêmica e buscavam identificar as raízes brasileiras como base para a identidade nacional. Portanto, consideraram Ouro Preto uma cidade muito especial por guardar um conjunto arquitetônico marcado pela influência europeia, mas com traços claros das raízes brasileiras. Fato que pode ser atribuído ao isolamento da cidade de difícil acesso, localizada no interior do continente. Assim, das discussões entre os intelectuais modernistas, nasceu a semente que daria origem à política de patrimônio brasileira.

Em 1933, Ouro Preto foi declarado “monumento nacional” pelo decreto nº 22.298. Em 1936, foi aprovada, no Congresso Nacional, a criação do SPHAN<sup>5</sup>, vinculado ao Ministério da Educação e Saúde. O órgão instituiu meios legais de preservação, com uma política definida, cujo principal instrumento é o tombamento.

---

<sup>5</sup> SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional que foi posteriormente denominado IPHAN.

Em 1937, Mário de Andrade se destacou na busca da identidade brasileira e elaborou um conceito abrangente considerado, na época, atual e aplicável. Ele foi um pioneiro ao registrar e sistematizar manifestações dessa natureza do patrimônio imaterial brasileiro. O tema foi retomado por Aloísio Magalhães, na Secretaria de Cultura do Ministério da Educação e Cultura e no IPHAN<sup>6</sup>. Ele foi responsável pela criação do Centro Nacional de Referências Culturais e, em sequência, presidiu o IPHAN. Após instituir a política de patrimônio difundiu-se mais amplamente a ideia de valorização com a proteção e a restauração de espaços considerados importantes. A Constituição Brasileira de 1988 reforçou a preocupação com a identidade dos grupos formadores da sociedade brasileira e não apenas a identidade nacional. Era uma estratégia política priorizar os “bens de pedra e cal” a fim de dar credibilidade à legislação de 1937 e ao SPHAN por ela criado. Tal fato ajudou a consolidar um modelo de preservação relacionado ao tombamento e ao patrimônio edificado, pedra e cal. Isto conduziu a análise de que os bens de tradição europeia, que se identificam com as classes dominantes, são os “verdadeiros” bens protegidos pela legislação. Entretanto, isto é resultado de uma estratégia política de proteção na qual se encaixavam as políticas internacionais vigentes no período, embora esteja em contradição com os anseios dos modernistas brasileiros. Tal seleção oficial ocasionou uma aparente redução do patrimônio cultural brasileiro, priorizando as raízes europeias. Protegeu-se o que tinha valor histórico e excepcional valor artístico, preocupados com a identidade nacional.

O Brasil é um país cujas raízes culturais europeia, africana, indígena são diversificadas e é imprescindível considerá-la na formação da sua matriz cultural e na construção da identidade nacional. Sob esta ótica, é elaborada a Constituição que considera o *patrimônio cultural brasileiro* e não mais o *histórico e artístico nacional*, resgatando a preocupação com a identidade dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

Deste modo, a elaboração do texto da Constituição (1988) foi influenciada por este movimento e preconiza que:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:  
I – as formas de expressão;

---

<sup>6</sup> IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

- II – os modos de criar, fazer e viver;
- III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V – os conjuntos urbanos e os sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

No final do século XX, houve mais apelo para a preservação e valorização de bens culturais e naturais. Tais fatos ocorreram em meio ao chamado processo da globalização que, analisado sob um determinado ângulo pode-se considerar que encurtou as distâncias e difundiu as informações de maneira muito rápida. Com isso, surge um aparente paradoxo: apesar das fronteiras no mundo globalizado, teoricamente, serem frágeis a ponto de permitir (ou mesmo estimular) um processo de aculturação; a afirmação da identidade torna-se fator primordial de valorização da cultura e do meio ambiente.

Neste quadro, a valorização patrimonial emerge como um exercício de olhar pra dentro de si e como uma forma de perceber o que se quer preservar. Tal percepção é, em parte, influenciada pela concepção de patrimônio adotada na cultura oriental na qual

os objetos não são indispensáveis para a perpetuação da tradição cultural. Dá-se mais valor ao conhecimento das tradições e a forma de reproduzi-las. Por conseguinte, são importantes no processo cultural oriental aquelas pessoas que transmitem as tradições, porquanto fica assegurada a preservação da identidade do povo. (FEITOZA, 2006:07)

Na cultura oriental, o mais importante é preservar e transmitir o saber fazer que produz o objeto em questão. A detenção do saber fazer pelas pessoas é mais importante que o objeto em si, por possibilitar a transmissão da tradição ao longo das gerações. O importante é assegurar a continuidade de um processo de reprodução que preserve os modos de fazer, o respeito aos valores e permita a adequação das técnicas tradicionais.

Considerando, em parte, a concepção de patrimônio difundida no oriente, em 2000, foi publicado, no Brasil, o decreto nº 3551 que institui o Registro de Bens Imateriais do Patrimônio Cultural em quatro livros:

- I - Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;
- II - Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;
- III - Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;
- IV - Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.

O Registro tornou-se o instrumento legal e oficial de seleção e preservação do patrimônio intangível brasileiro. Este método tenta descentralizar a política de proteção através da proteção solidária que envolve poder público e população local. O decreto ressalta a possibilidade da abertura de novos livros caso algum bem não se enquadre nos livros já definidos.

O Registro, por si só, não protege o bem. É apenas uma maneira de reconhecê-lo como patrimônio cultural da sociedade. E não são apenas aqueles bens registrados que devem ser protegidos. Por serem intangíveis, as ações que visam a transmissão das tradições que cercam o bem constituem uma dimensão essencial de sua preservação. Entretanto, as variações culturais entre diferentes gerações causam alterações nas manifestações ao longo do tempo, e não há como prever, ou mesmo interferir nestas alterações. As gerações mais novas incorporam às manifestações elementos ligados à percepção de mundo que eles têm, e neste sentido, recriam e reinventam tradições. Percebe-se que o acesso a informações, facilitado através dos meios de comunicação, contribui para a formação do indivíduo e tende a influenciar suas ações e, conseqüentemente, as manifestações culturais. Não deve haver juízo de valor quanto a este ser um fator positivo ou negativo. Neste aspecto, é primordial a percepção do limiar entre evolução de um fator de natureza cultural e a degeneração do mesmo. Esta linha é pouco nítida e, às vezes, a degeneração ocorre sem que se perceba que se caminha em direção a ela. Este é o cerne da diferença entre a preservação de bens imateriais e a preservação dos bens materiais, passíveis de tombamento e de instrumentos legais de coerção quando estão sujeitos e sofrem danos. Legalmente, a preservação do Patrimônio Material é passível de Tombamento e o Patrimônio Imaterial de Registro.

As ações de proteção do patrimônio partem, em geral, do âmbito governamental para a população, gerando um distanciamento e, algumas vezes, aversão da população local em relação ao patrimônio que se deseja proteger. Muitos são os exemplos de resistência ao tombamento. Em alguns casos, provocando ações para distanciar o bem a ser tombado das atividades cotidianas, ou, em outros casos, a não colaboração das prefeituras municipais na gestão dos sítios tombados.

Como se depreende das práticas já estabelecidas e das concepções reveladas nas manifestações, o patrimônio cultural traz a ideia de materialidade e imaterialidade se interagindo. O compartilhamento de sentidos e a preocupação patrimonial permitem um

olhar sobre atividades e espaços que antes eram pouco valorizados ou valorados. Cada olhar tem uma dimensão cultural e é diferente dos atores do patrimônio cultural em questão. Olhar o patrimônio é olhar o todo, o conjunto e o entorno. Ou seja, é olhar, analisar e compreender a paisagem.

## CAPÍTULO II

### 2.1. DIAMANTINA NO CONTEXTO DO TURISMO

A distância de 300 km de Belo Horizonte e 230 km de Montes Claros<sup>7</sup> torna a região um possível destino turístico cujo acesso é um pouco mais demorado quando comparado aos demais ícones coloniais mineiros: Ouro Preto, Mariana, São João Del Rey e Tiradentes. Esta distância dos principais centros urbanos, aliada à malha aérea deficiente, pode ser considerada um dos principais entraves para a consolidação da cidade como destino turístico. Salienta-se que a noção de distância depende do referencial de cada um, uma vez que turistas vindos de outros estados ou países podem considerar que as demais cidades coloniais estejam próximas a Diamantina. Apesar disso dados do Observatório do Turismo do Instituto Estrada Real<sup>8</sup> apontam Diamantina como a cidade colonial reconhecida pela UNESCO em Minas Gerais com a mais baixa taxa de ocupação em empreendimentos hoteleiros.

Não se pode afirmar que, em Diamantina, exista um fluxo de visitantes satisfatório se comparado a um destino turístico de sucesso no mercado. Segundo dados da pesquisa realizada pelo Observatório do Turismo do Instituto Estrada Real, a taxa de ocupação mensal dos empreendimentos de hospedagem gira entre 30 e 40%. Esta percentagem se mantém apesar do aumento significativo na oferta de leitos. Pode-se então inferir que há um crescimento do número de visitantes, ainda que não seja suficiente para ampliar a demanda dos empreendimentos hoteleiros.

---

<sup>7</sup> Belo Horizonte é a capital de Minas Gerais e principal emissora de turistas deste Estado para Diamantina, segundo pesquisa da UFVJM: “Perfil da Demanda Turística Real de Diamantina e Região – características da viagem, motivações, percepções e expectativas”, edições 2009/1 e 2010/1. A pesquisa revela a cidade de Montes Claros como o segundo emissor de turistas para Diamantina, e mostra que Minas Gerais afirma-se como principal Estado emissor contribuindo com aproximadamente 70% da demanda. Montes Claros possui clima quente e uma paisagem bem diversa da diamantinense, o que é considerado uma oportunidade de crescimento da demanda em Diamantina, já que o destino pode oferecer produtos específicos para este público.

<sup>8</sup> Instituto Estrada Real (2010). Pesquisa de demanda dos empreendimentos hoteleiros da Estrada Real; dados primários, ainda não publicados.



**Tabela 1** - Resumo do perfil da oferta hoteleira de Diamantina - 2003 a 2009

| Anos  | Empresas | Unidades Habitacionais (UH's) | Leitos | Taxa de Ocupação |
|-------|----------|-------------------------------|--------|------------------|
| 2003  | 36       | 612                           | 918    | -                |
| 2004  | 38       | 646                           | 969    | -                |
| 2005  | 34       | 544                           | 816    | -                |
| 2006  | 43       | 731                           | 1.097  | 36,31            |
| 2007  | 42       | 714                           | 1.071  | 38,39            |
| 2008  | 47       | 799                           | 1.199  | 36,08            |
| 2009* | 50       | 853                           | 1.280  | 34,47            |

Fonte: Min. Trab. Emprego / RAIS, Guia 4 Rodas, IER / Fiemg

\* Estimativa de dados sujeitos a retificação

Segundo dados da Prefeitura Municipal de Diamantina disponíveis no documento “Resumo do perfil da oferta hoteleira / 2003 a 2009”, a cidade possuía, em 2010, 43 empreendimentos de hospedagem em funcionamento, oferecendo em média 1.800 leitos. Este valor é suficiente para atender a necessidade de Diamantina, exceto em épocas de altíssima temporada como Carnaval, no qual são utilizadas casas de aluguel como meio de hospedagem.

A divulgação na mídia de informações referente à Diamantina é derivada, principalmente, do reconhecimento pela UNESCO, que embora promova a cidade, não foi capaz de reverter o quadro de baixa taxa de ocupação nos empreendimentos hoteleiros. A consolidação da cidade como destino turístico é discutida na Pesquisa de Demanda Real de Diamantina realizada pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM - que aponta a participação “internacional em 2010 muito pouco expressiva, mesmo sendo Patrimônio Cultural da Humanidade, o que indica necessidade de divulgação internacional e adequação da oferta de transporte, especialmente aéreo. A demanda real é composta especialmente por pequenos grupos que viajam em veículo próprio, indicando um destino familiar, e também por turistas que viajam em grandes excursões; é frequentador esporádico do destino Diamantina, com 55% dos entrevistados afirmando não ser sua primeira visita à cidade.” Os dados da pesquisa de perfil da demanda são fundamentais para definir as estratégias de ação e de possíveis intervenções para o setor. Conhecer o cliente é um princípio básico para consolidar vendas e o setor de turismo precisa oferecer produtos e serviços que atendam ao seu público. Diante do exposto, infere-se que a taxa de permanência e a taxa de retorno dos turistas à Diamantina poderiam ser maiores se ações de interpretação do patrimônio fossem implantadas na cidade.

Outro dado relevante, apontado pela pesquisa da UFVJM<sup>9</sup>, é o perfil do turista que frequenta o centro histórico: pessoas das mais diferentes origens, objetivos e idades. Segundo os dados, a principal motivação dos turistas que vão à Diamantina é a cultura, seguida da Vesperata<sup>10</sup> e da arquitetura. Embora a Vesperata também seja um evento cultural, na referida pesquisa ela foi especificada a fim de avaliar sua relevância em relação aos demais atrativos da cidade.

A investigação assinala ainda que o principal motivo de encantamento dos turistas que já estão na cidade é a arquitetura, seguida da hospitalidade, receptividade e das belezas naturais. A citação das belezas naturais é importante, elas são apontadas como motivo “encantamento” por mais da metade dos entrevistados. Apesar disso, apenas 44% dos entrevistados visitaram no mínimo um atrativo natural, demonstrando que a dispersão dos turistas pelo entorno da cidade ainda é pequena e que o segmento de turismo de natureza deve ser mais trabalhado.

Outro ponto a destacar é a diversidade da faixa etária dos visitantes. A maioria dos turistas tem entre 43 e 51 anos (28%), seguidos dos visitantes de 25 a 33 anos (15%) e daqueles de 34 a 42 e 52 a 60 (ambos 15%). Diante do exposto, urge mencionar que as características do perfil da demanda são positivas por demonstrar que a cidade atrai os mais diferentes públicos, pessoas com perfis bastante diversos. No entanto, do ponto de vista do planejamento, atesta-se que a falta de definição da imagem de Diamantina como produto turístico, reduz a eficácia das estratégias de marketing e, conseqüentemente, o número de pessoas que a visitam. Sabe-se que há a constante comparação de Diamantina com a cidade de Ouro Preto uma vez que ambas retratam períodos da colonização do território mineiro. Se esta comparação avaliar ambas as cidades como parecidas, pode haver a exclusão da visita de potenciais turistas que poderiam conhecer Diamantina, mas optam por ir apenas à Ouro Preto<sup>11</sup> e ficar mais próximos à Belo Horizonte, capital do Estado.

---

<sup>9</sup> “Perfil da Demanda Turística Real de Diamantina e Região – características da viagem, motivações, percepções e expectativas” UFVJM, edições 2009/1 e 2010/1.

<sup>10</sup> A Vesperata é um evento artístico-cultural, realizado na Rua da Quitanda em Diamantina, integrante do calendário turístico-cultural da cidade e realizado no período de março a outubro de cada ano. Constituído pela realização de um concerto musical com a participação de duas bandas locais de músicas orquestradas características da cultura tradicional mineira. Realizado ao ar livre, os regentes das duas bandas se postam em cima de um tablado e se revezam na regência dos músicos que se localizam nas sacadas dos casarões. (SECTUR, 2011:21)

<sup>11</sup> Ouro Preto dista 100 km de Belo Horizonte e 140 km do Aeroporto Internacional Tancredo Neves (Confins), principal portão de entrada aéreo de Minas Gerais.

Prats (2003) considera fundamental definir as estratégias de inserção no mercado, incluindo definição da imagem, para se ter um destino de sucesso. Para ele muitos locais se organizam com objetivo de tornar-se um destino turístico de sucesso, mas pecam na indefinição dos parceiros e na falta de estruturação da oferta.

Não se tem ideia clara de produto turístico nem de posicionamento de mercado, portanto se presta escassa atenção à adequação do interesse das empresas de hospedagem e alimentação (se existirem) em relação aos segmentos de públicos, o patrimônio é tratado como uma oferta turística independente e ignoram-se os processos de comercialização, por citar alguns dos problemas mais graves e recorrentes. (PRATS, 2003:131-132) (tradução da autora)

Em Diamantina, não existe um esquema de venda de serviços ligados ao turismo que funcione de forma satisfatória. Os mesmos são disponibilizados separadamente e não há uma rede, formal ou informal, na qual os comerciantes vendam passeios, entradas em atrativos turísticos, ingressos para eventos, etc. O turista encontra informações da cidade, sobre os locais de hospedagem, alimentação, horários de visitação dos monumentos e igrejas, e passeios disponíveis no Centro de Atendimento ao Turista<sup>12</sup>. Este não tem objetivo de comercializar e sim, informar. A venda de pacotes de viagens para a Vesperata é um exemplo que supera, em partes, as dificuldades apresentadas. Os empreendedores conseguem comercializar o evento de forma satisfatória, aliando a reserva das mesas para assistir ao evento às reservas de hospedagem.

A dificuldade do empresariado de trabalhar em rede destaca-se como gargalo para a estruturação de produtos turísticos vendáveis e rentáveis na região. Muitos empreendimentos são familiares e há uma desconfiança dos parceiros dificultando a consolidação de projetos conjuntos. Assim, o empresariado trabalha de forma desunida

---

<sup>12</sup> CAT – Centro de Atendimento ao Turista, projetado para disponibilizar informações de Diamantina e seu entorno, dando suporte aos municípios de Serro, Gouveia, Couto de Magalhães e etc. Observações da autora, durante visitas ao CAT, possibilitaram diagnosticar que não estão disponíveis informações de outras cidades, com exceção de alguns mapas e imagens de atrativos. Isso é um contra senso, uma vez que toda a política de turismo está voltada para o trabalho em rede, envolvendo municípios em torno de um polo. Como contribuir para o desenvolvimento regional se a informação do entorno não é disponibilizada para o turista? O turista, em última instância, é consumidor de lugares. Este problema pode ser derivado do formato de treinamento dado aos atendentes do local que não estão capacitados para falar da região. O problema é agravado pela alta rotatividade da equipe, composta por muitos estagiários. O CAT é o principal local de atendimento ao turista na região dos diamantes. Conta com estrutura de computadores com acesso à internet, telefones, sala com mesas e cadeiras, material promocional, entre outros. A atuação do CAT pode ser fundamental na decisão de visitantes em conhecer ou não o entorno de Diamantina, por ser um dos primeiros locais onde o turista busca informações. A capacidade de persuasão do atendente é decisiva na definição das atividades que serão feitas pelo visitante e também no número de dias que o mesmo permanecerá na região.

e perde força frente às demandas latentes do mercado e do poder público. O trabalho do setor privado não é canalizado de forma a potencializar o desenvolvimento do destino como um todo. Para obter sucesso, se faz necessário realizar ações para organizar o destino e torná-lo mais atrativo, dentre elas, salienta-se a interpretação do patrimônio.

A interpretação do patrimônio pode ser considerada uma estratégia que pode se valer de diversos recursos e suportes para contar a história do local, adensando o significado e a experiência da viagem. Portanto, cumpre o papel de despertar no residente o sentimento de pertencimento e instigar o turista a aprofundar o conhecimento sobre o local visitado conforme considera Albano (2002).

Independente da atividade turística, Diamantina é um polo de atração de pessoas do Vale do Jequitinhonha, que veem à cidade usufruir de alguns serviços considerados referência. As principais especialidades médicas, as faculdades (incluindo o Campus principal da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM), o comércio intenso e diversificado, as atividades culturais, e, por fim, atividades de lazer ora ligadas ao turismo, são alguns dos serviços concentrados em Diamantina e que contribuem para que a cidade se consolide como o principal polo regional. Tal condição permite que o cotidiano da cidade seja diversificado e intenso, não havendo a monotonia dos locais criados para atender apenas aos visitantes, como acontece em resorts, mas sim a espontaneidade de um ambiente dinâmico e variado. Esta característica é a essência do que se preconiza o turismo cultural que, segundo o Ministério do Turismo - MTur (2009:73), “compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura.”

A relevância de Diamantina para as cidades do entorno é também observada no âmbito turístico. Neste sentido, Boullón (2002) apresenta a teoria do espaço turístico em que se propõe “a distribuição territorial dos atrativos turísticos e dos empreendimentos, a fim de detectar os agrupamentos e as concentrações que saltam à vista” (BOULLÓN, 2002:80). O pesquisador recomenda a divisão teórica do território em Zona, Área, Complexo, Centro, Unidade, Núcleo, Conjunto, Corredor, Corredor de Traslado e Corredor de Estada, sendo a Zona a menor unidade territorial e o Corredor de Estada a maior. Com esta subdivisão, ele sistematiza uma forma de análise do território focada

no processo de regionalização, o qual a convivência de atividades é pressuposto básico para o desenvolvimento turístico.

A definição da área de influência de cada atrativo, ou conjunto de atrativos, é uma das maneiras de balizar o raio de influência real do mesmo, que depende do meio de transporte utilizado e das vias disponíveis para acesso aos mesmos. No caso de Diamantina, pode-se afirmar que a cidade está fora dos limites teóricos deste raio que, segundo estudos de Boullón (2002) sobre planejamento do espaço turístico, é de 200 km para pessoas que se deslocam por automóvel, pressupondo que haja redes viárias disponíveis. No caso de pessoas que se deslocam de ônibus, a distância reduz-se para 120 km (Fig. 01).

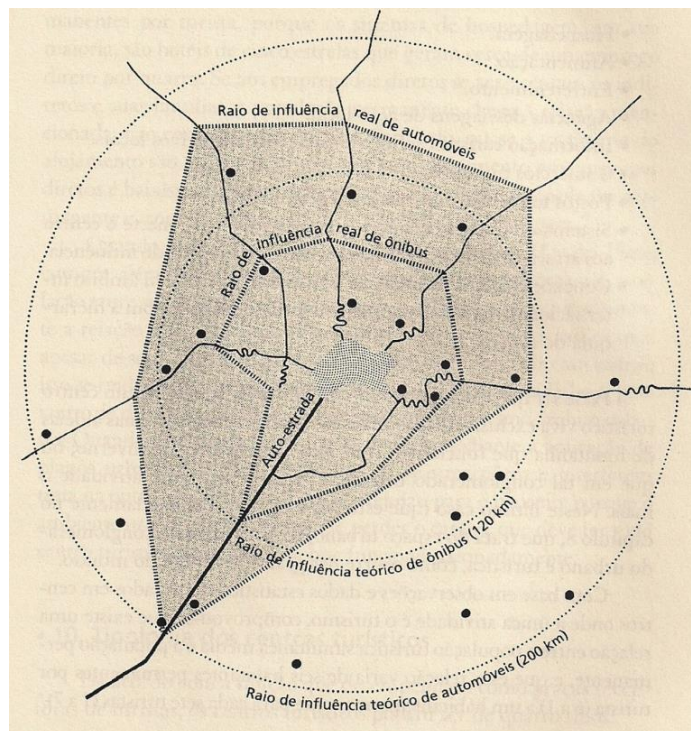


Figura 01: Raio de influência dos centros turísticos  
Fonte: Planejamento do Espaço Turístico (BOULLÓN, 2002:87)

Considerando estes valores, a cidade de Diamantina não está no raio teórico de influência de nenhum centro urbano de grande porte (que pode ser, analogamente, considerado um centro turístico), o que a obriga manter estratégias de marketing do destino e de gestão do produto turístico<sup>13</sup> que justifiquem o deslocamento do turista por distâncias superiores às usuais.

<sup>13</sup> Produto turístico – Conjunto de atrativos, equipamentos e serviços turísticos, acrescido de facilidades, ofertado de forma organizada por um determinado preço. Rotas, roteiros e destinos turísticos podem se constituir em produtos turísticos, por exemplo. (Ministério do Turismo, 2010:178)

### 2.1.1 Aspecto Natural

A cidade de Diamantina foi edificada sobre o topo da Serra dos Cristais, denominação local de uma parte da Serra do Espinhaço, cuja extensão vai de Minas Gerais à Bahia. Sua formação geomorfológica possibilitou a formação de metais e pedras preciosas. Em Minas, o Espinhaço, como é conhecido, foi palco das descobertas das minas de ouro e diamantes em cidades como Ouro Preto e Diamantina. Enquanto na Bahia, a região denominada Chapada Diamantina abriga as principais cidades que viveram da exploração de pedras preciosas.

O clima diamantinense é típico de topo de serra com relativa variação de temperatura ao longo do ano e estações definidas, prevalecendo as temperaturas amenas e o clima frio. O inverno é mais rigoroso que o da capital mineira, Belo Horizonte. A vegetação predominante é característica do cerrado, com árvores de troncos retorcidos e raízes profundas. Uma planta recorrente se tornou símbolo da região: a sempre viva, muito utilizada para confeccionar artesanato usado na decoração de residências.

A Serra dos Cristais emoldura o conjunto urbano e pode ser considerada um jardim natural cuja vegetação surge entre pedras reluzentes. A posição da cidade, no topo da serra, amplia o campo visual do expectador e produz a sensação de liberdade e amplitude em um cenário de serras, luzes, e, ao fundo, o Pico do Itambé<sup>14</sup>. A posição do sol reflete tonalidades variadas da Serra dos Cristais ao longo do dia, tornando o conjunto arquitetônico diamantinense uma paisagem colonial aberta, iluminada e alegre.

A paisagem local é, igualmente, feliz: campos de um verde seco e florido por quase todo o ano, com suas cores valorizadas pelo branco das pedras afloradas. Também branquíssimas são as praias dos ribeirões de águas claras vizinhos da cidade. Tudo é limpo, luminoso, em tons de aquarela ou pastel. (VASCONCELLOS, 2004:181)

Despertar o olhar do visitante para apreciar e sentir as mudanças da paisagem por meio da interpretação do patrimônio requer atenção especial aos cenários criados pela diferença de luminosidade ao longo do dia. Também é notória a diferença da paisagem nas quatro estações do ano, que são bem definidas. A diversidade natural da

---

<sup>14</sup> Pico do Itambé: pico mais alto da Serra do Espinhaço, localizado em Santo Antônio do Itambé, na região dos diamantes. Foi usado como marco referencial pelos tropeiros, viajantes e naturalistas. Em 1998, foi criado o Parque Estadual do Pico do Itambé, contribuindo para transformar a região em importante destino de pessoas que buscam aventura e contato com a natureza.

região permite oferecer roteiros que são apropriados para cada estação aproveitando as mudanças da paisagem e do clima ao longo do ano.

É importante ressaltar que cidades limítrofes a Diamantina, situadas também na Serra do Espinhaço, recebem influência direta das massas de ar vindas do Oceano Atlântico e apresentam vegetação típica de mata atlântica. Nesta vertente, encontra-se o Serro e Conceição do Mato Dentro, cujo nome faz referência direta a vegetação da mata atlântica. A outra vertente da Serra do Espinhaço é marcada por poucas chuvas apresentando vegetação típica do cerrado. Esta diversidade de vegetação em um raio inferior a 100 km torna a região singular por apresentar variedade de paisagens naturais.

A Serra do Espinhaço abriga nascentes de diversos cursos d'água e, no município do Serro, a nascente do Rio Jequitinhonha, considerado o mais importante da região. O Vale do Jequitinhonha prolonga-se até a Bahia. A região apresenta o menor índice de desenvolvimento humano de Minas Gerais. O Vale é também notório pela produção de artesanato, utilizando materiais disponíveis na área como: madeira, taboa, sempre viva, tecidos e cerâmica. Diamantina está no alto Vale do Jequitinhonha e o relevo acidentado propicia a existência de cachoeiras, um dos principais atrativos de lazer dos arredores da cidade, frequentados pela população local e por turistas.

A região dos diamantes é cercada por Unidades de Conservação, a saber: Parque Nacional das Sempre-Vivas, Parque Estadual do Biribiri, Parque Estadual de São Gonçalo do Rio Preto e Parque Estadual Pico do Itambé. As possibilidades de realizar atividades ao ar livre são inúmeras, aproveitando a estrutura já disponível nos parques acima citados. Empreendedores locais oferecem passeios para estes atrativos que, na maioria das vezes, têm duração de um dia. Existem áreas propícias para caminhadas, passeios de bicicleta e atividades de turismo de aventura como arvorismo, escalada, rapel e etc.

Diamantina concentra os atrativos turísticos naturais da região do alto Vale do Jequitinhonha que, associados ao clima frio de topo de serra e ao conjunto urbano, configuram um centro turístico<sup>15</sup> conforme classificação proposta por Boullón (2002). Este fator é um dos itens de grande valia para a formatação de produtos turísticos aliando atividades na natureza a experiências vividas no espaço urbano.

---

Segundo Boullón (2002) o centro turístico conta em seu próprio território ou dentro de seu raio de influência com atrativos turísticos de tipo e hierarquia suficientes para motivar uma viagem turística.

### 2.1.2 Aspecto Urbano

O chamado centro histórico de Diamantina é marcado pela arquitetura colonial brasileira, cujas edificações foram construídas durante o período da exploração de diamantes. As edificações religiosas católicas destacam-se na paisagem e constituem marcos referenciais para o observador que percorre as ruas da cidade. São construções imponentes que se destacam na paisagem, ora por suas dimensões, ora por sua posição no terreno e resultam em uma monumentalidade típica do ideário colonial. O núcleo central da cidade formou-se em uma encosta no topo da Serra. A expressão rococó no conjunto é notória e Vasconcellos (2004) descreve a diferença entre as cidades de Ouro Preto e Diamantina ao afirmar que

as Minas, felizmente, não são só Ouro Preto. No norte existe Diamantina. É uma cidade encantadora, com um caráter absolutamente distinto daquele encontrado na antiga capital de Minas. Cidade rococó, feminina, delicada, cheia de requintes, e com uma paisagem circundante que talvez não tenha similar em todo o país. (VASCONCELLOS, 2004:169)

O conjunto urbano é relativamente preservado. Emoldurado pela Serra dos Cristais, desperta o interesse de muitas pessoas, incluindo produtores brasileiros de cinema e televisão, que se encantam com a beleza da arquitetura colonial. Por isso, a cidade foi cenário da gravação de várias obras como Chica da Silva, A Cura e Irmãos Coragem, dentre outras. As exposições do conjunto urbano para o público nacional contribuem para divulgar imagens de Diamantina e despertar o interesse do expectador em conhecê-la.

O núcleo central de visitação turística corresponde ao Largo da Catedral de Santo Antônio, ladeado pela Rua Direita; a Praça Barão de Guaicuí, que abriga o Mercado Velho; e a Rua da Quitanda, local de realização da Vesperata, também muito usado como área de descanso e ponto de encontro nos finais de tarde (Fig. 02). A convivência entre os diferentes grupos e a mescla de usos da área central mantêm viva a identidade local e a proximidade dos diamantinenses e turistas neste espaço.



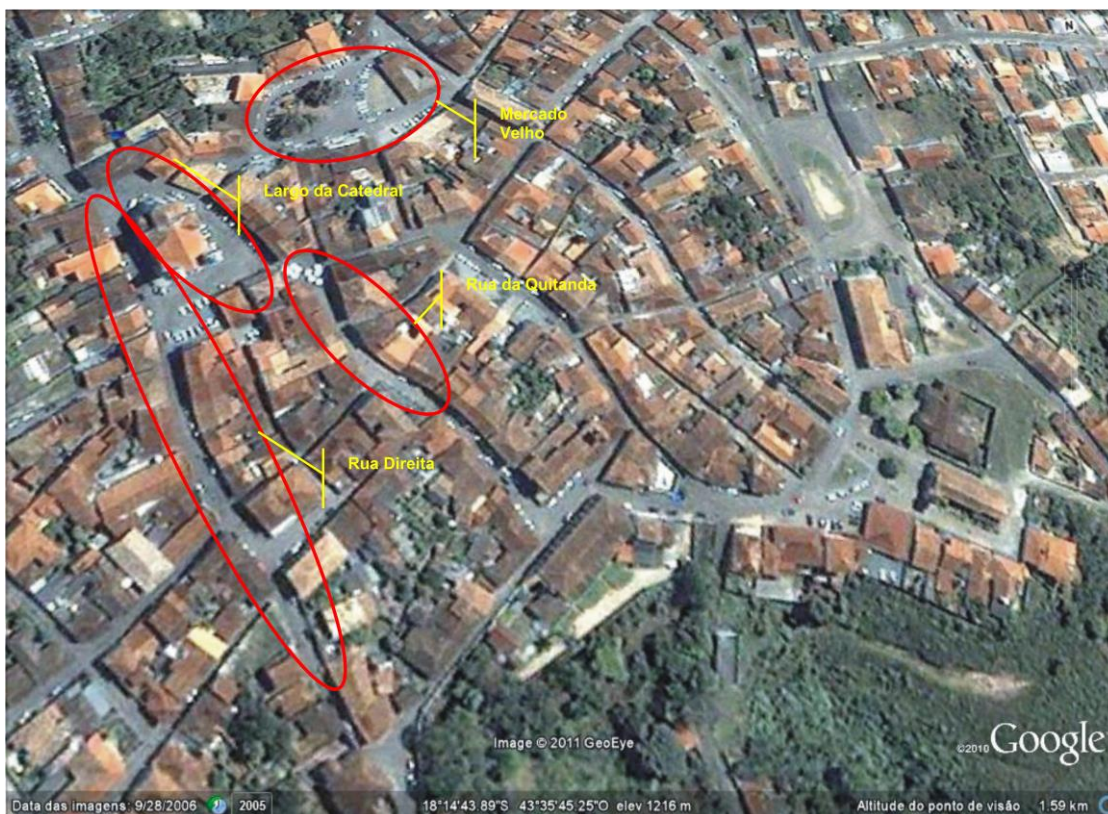


Figura 02: Delimitação do núcleo central de visitação turística  
 Fonte: Google (modificado). Acesso em: 09 ago. 2011.

O Largo da Catedral se consolidou como um centro político. Abriga a Prefeitura Municipal e a Catedral da Igreja Católica. Possui um casario preservado que chama a atenção do expectador pela beleza e peculiaridade das construções. Ao lado da Catedral, encontra-se a Rua Direita, uma das principais vias do centro histórico. Nela, viveram personagens importantes da história diamantinense e nasceu Juscelino Kubitschek, que se tornaria presidente do país. Aos sábados pela manhã, a população local frequenta o Mercado Velho com objetivo de comprar gêneros alimentícios vindos dos arredores da cidade. Produtores rurais da região vendem parte da produção em bancas montadas no Mercado. A área também abriga barraquinhas de artesanato, comida mineira e bebidas. Do final da manhã até o início da tarde, o Mercado torna-se o principal ponto de encontro dos turistas e da população local, que se reúnem para ouvir músicos da região, passear entre as bancas, e experimentar as comidas e bebidas vendidas nas barraquinhas.

O turismo provocou mudanças recentes no uso do espaço urbano de Diamantina, elegendo a Rua da Quitanda como uma das principais áreas de lazer dos visitantes. Nela, não é permitido o trânsito de veículos motorizados. Sua conformação topográfica permite um visual singular do casario colonial. (Fig. 03 e 04)



Figura 03: Rua da Quitanda – subida para a Rua do Carmo  
Foto: Rafael Ciquella (26 nov. 2010)

Embora exista certa declividade, a Rua da Quitanda é relativamente ampla e propicia que sejam colocadas mesas que são utilizadas para assistir a espetáculos como a Vesperata ou para degustar os alimentos e bebidas vendidos por bares que ali se instalaram.



Figura 04: Rua da Quitanda – descida para o Beco da Tecla  
Foto: Rafael Ciquella (26 nov. 2010)

O núcleo de visitação turística, incluindo a Rua da Quitanda, é um dos espaços de maior valorização imobiliária da cidade. Por ser um ambiente de convivência entre visitantes e comunidade receptora, os usos concomitantes, às vezes, são concorrentes. Áreas nobres do centro histórico são utilizadas por empreendimentos que visam suprir as necessidades do turista e da comunidade residente e expulsam gradativamente a população tradicional para áreas mais afastadas. Este é um dentre os diversos fatores de pressão sofridos pelo centro histórico que é vivo e preserva feições coloniais que convivem com pressões modernas. Embora a especulação imobiliária seja inevitável, é fundamental manter a característica dos usos das edificações para suprir as necessidades da população e, conseqüentemente, a vitalidade do local. Jacobs (2000) alerta para a importância da convivência de usos ao afirmar que

Por um lado, as pessoas que moram e trabalham (...) podem usufruir e desfrutar de um volume considerável de diversidade e vitalidade. As pessoas de fora ajudam imensamente. Mas não foram os visitantes que ficaram os alicerces da diversidade em locais como esses, nem nos vários bolsões de diversidade e eficiência econômica que pontilham, às vezes inesperadamente, as grandes cidades. Os visitantes farejam os locais em que já há vida e os procuram para compartilhar dela, alimentando-a ainda mais. (JACOBS, 2000:163)

Como se pode depreender da declaração de Jacobs (*op cit*), mesmo os problemas causados pela apropriação devem ser vistos por outros ângulos e tratados de outras formas. Estudar o espaço urbano diamantinense é uma possibilidade de entender a relação entre patrimônio e apropriação pelo turismo e os desdobramentos advindos desse diálogo.

### **2.1.3 Atividades Turísticas**

Do ponto de vista cultural, Diamantina convive com atividades e eventos musicais que atraem moradores e visitantes. Há apresentações de várias bandas de música, grupos de serestas e serenatas, banda Mirim, banda Militar, grupo de percussão e coral. A cidade abriga o Conservatório Estadual Lobo de Mesquita, que possibilita o ensino gratuito aos interessados em aprender a tocar algum instrumento ou aprimorar o canto.

A convivência com atividades artísticas tem raízes históricas e, desde o Brasil Colônia, a musicalidade marca os acontecimentos e celebrações diamantinenses. No período colonial, Lobo de Mesquita, considerado um dos grandes nomes da música erudita brasileira, viveu e se apresentou na cidade. Também outras personalidades passaram por Diamantina, como os integrantes do Clube da Esquina. A musicalidade dos grupos locais sempre alegrou as festas, eventos e os encontros. As atividades musicais são inúmeras, como, por exemplo, as serestas que percorrem as ruas da cidade e as serenatas, que cantam e encantam cidadãos surpreendidos com este presente bem embaixo de suas janelas. Segundo Fernandes (2007)

(...) a serenata marcou o contexto musical do século XX diamantinense, levando a cidade a ser conhecida mundialmente como 'terra nacional da serenata'. O costume de se cantar serenatas (...) firmou-se no arraial do Tijuco como um dos hábitos portugueses que a nobreza local preservou. (FERNANDES, 2007:52)

Terra de personalidades importantes tem como filho mais ilustre o ex-presidente da República Juscelino Kubistchek, conhecido com JK. Apaixonado pela arte musical e grande incentivador dos grupos de seresta, JK é lembrado em cantos, que percorrem as ruas da cidade. A criatividade dos músicos encantava o ex-presidente. A casa onde o mesmo viveu durante a infância, foi transformada em um museu no qual está retratada sua vida.

O mais famoso evento cultural de cunho turístico de Diamantina é musical: a denominada *Vesperata*. Consiste na apresentação de músicos locais nas sacadas dos casarões que ficam no largo da Rua da Quitanda. O público senta-se nas cadeiras dispostas ao ar livre no largo, e assiste por, aproximadamente, uma hora e trinta minutos um repertório musical variado. É notória a importância da *Vesperata* como um atrativo que compõe o insipiente produto turístico Diamantina. Criado em 1999, o evento se consolidou e figura entre os principais captadores de visitantes durante os finais de semana em que os espetáculos ocorrem. Em 2010, o evento recebeu o prêmio do MTur – como referência em sustentabilidade de produto cultural, destacando, mais uma vez, a importância do espetáculo para o cenário nacional.

Segundo relatos dos hoteleiros disponíveis no Relatório produzido pelo Grupo de Trabalho da *Vesperata* em 2010<sup>16</sup>, o público que assiste ao evento tem um poder de consumo menor que o público visitante de anos anteriores. Eles afirmam que houve uma diminuição do número de turistas em busca da *Vesperata* e o aumento da visita de pessoas cujo perfil possui menor poder aquisitivo. Tal fato pode ser avaliado como uma possível fase de estagnação do produto turístico. Butler (1980) analisa o Ciclo de Vida do Produto Turístico relatando que um destino passa pelas fases de exploração, assunção\crescimento, estabilização e a curva se mantém ascendente com a renovação, se estabiliza horizontalmente com a estagnação ou descende com o declínio do destino. Pode-se inferir que a aparente estagnação do produto *Vesperata* deriva-se do baixo investimento em melhorias do produto e, conseqüentemente, pouca inovação tanto no processo de gestão quanto na apresentação do evento. Neste sentido, ele estaria na etapa de estagnação proposta pelo modelo de Butler (1980). A análise das entrevistas semiestruturadas com proprietários de empreendimentos turísticos denotam que é necessário haver o reposicionamento de mercado da *Vesperata*, a fim de “atingir novos segmentos de mercado por meio de sensíveis alterações no produto, agregando elementos que confirmam *glamour* e charme ao evento”.

Inúmeras são as manifestações da cultura diamantinense que se expressam na música, na dança, na literatura, nas artes plásticas, nas apresentações folclóricas da cultura popular, entre outros. Para promover estas atividades como integrantes de um produto turístico, é preciso elaborar um calendário de eventos bem estruturado e

---

<sup>16</sup> SECTUR. Prefeitura Municipal de Diamantina (2010). Dados primários levantados pelo Grupo de Trabalho sobre a *Vesperata*. Resultados ainda não publicados.

divulgá-lo com antecedência para que o mercado (operadoras, agências de viagens, meios de hospedagem, restaurantes e consumidor final) tenha acesso. Entretanto, na prática, a espontaneidade das ações não segue datas pré-definidas e muitas manifestações não são conhecidas pelos agentes turísticos.

Se avaliarmos a situação do ponto de vista econômico, percebe-se que estas manifestações deveriam integrar os roteiros oferecidos. Para tal, elas precisam se organizar e ter um calendário pré-definido. Porém, questiona-se se este posicionamento é adequado, uma vez que sob a ótica da preservação do patrimônio intangível, afirma-se que a espontaneidade faz parte das manifestações e, adaptá-las para acontecerem em datas específicas, seria transformá-las em espetáculo e contribuir para a perda de identidade das mesmas. A crença de que o turismo pode transformar a economia local explorando todos os recursos é aqui contestada. Sabe-se do potencial das manifestações culturais diamantinenses. Mas, considera-se prematuro incentivar demasiadamente a alteração dos costumes locais, principalmente, no que diz respeito a espontaneidade da realização de eventos para atender aos anseios do mercado turístico.

Há o risco da transformação das manifestações em objetos de consumo, o que pode ocasionar marcas profundas nos agentes detentores das tradições. Tal posicionamento não é universal, uma vez que há formas de inserção das manifestações culturais espontâneas em roteiros turísticos sem perda de identidade das mesmas. Este é o caso, por exemplo, das atividades vivenciais proporcionadas por oficinas participativas em que o turista convive com os mantenedores da tradição e compartilham momentos da rotina do habitante local<sup>17</sup>.

Cabe destacar aqui a relevância das festas religiosas para a população local, como a Festa do Divino, Festa do Rosário, Corpus Christi, Páscoa e Natal. São festividades que relembram fatos sacros cujos costumes remetem ao período colonial. A maioria das manifestações acontece no centro histórico da cidade, e são apreciadas pelos turistas. A Festa do Rosário (Fig. 05 e 06) é tradicionalmente realizada pelos descendentes negros e as vestes utilizadas, os cantos e as danças têm influência africana.

---

<sup>17</sup> Um exemplo desta atividade é um café colonial servido no quintal da casa do artista plástico diamantinense Marcelo Brandt, que utiliza ervas colhidas do quintal para fazer chás e abre o ateliê para os visitantes. Observa-se que o artista aliou a expressão artística de suas obras a uma tradição local muito ligada a formação urbana de Diamantina: cultivar e degustar sabores vindos do próprio quintal.

Outras atividades realizadas, frequentemente, pelos turistas são as visitas aos museus e aos atrativos dos arredores de Diamantina, como cachoeiras e povoados.



Figura 05: Cortejo do Rosário  
Foto: Erika Alves (24 out. 2010)



Figura 06: Criança com trajes típicos  
Foto: Erika Alves (24 out. 2010)

#### 2.1.4 Institucionalização ou Políticas de Governo

O reconhecimento do centro histórico de Diamantina como Patrimônio Cultural da Humanidade institucionaliza algumas obrigações impostas pela UNESCO com o objetivo de salvaguardar o conjunto. Para tal, são desenvolvidos projetos de proteção como o Monumenta, programa de recuperação do patrimônio cultural urbano brasileiro, executado pelo Ministério da Cultura e financiado pelo BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento. Também para acompanhar e proteger o conjunto urbanístico de Diamantina atua o órgão federal IPHAN, cuja sede regional foi instalada na casa da Chica da Silva, na área central da cidade. O Instituto enfrenta muitos questionamentos sobre intervenções admissíveis em edifícios tombados e adequação dos mesmos para novos usos. Há uma discussão latente com o setor de turismo que pressiona para que haja a liberação de intervenções nem sempre aceitas pelo IPHAN.

[...] Na verdade, já não é tão prioritário tombar edifícios monumentais. Ninguém sabe o que fazer com eles e começa a ficar difícil inventar e conservar tantos museus. Muito mais urgente é manter as cidades vivas, oxigenar a sua água, em vez de trocá-la de fez, deixando apenas os peixes e alguns enfeites fixos no aquário. (SANTOS, 1984:09)

A postura adotada pelo IPHAN como “zelador do patrimônio”, quase sempre apoiado (sobretudo financeiramente) por empresas, demonstra claramente que a gestão pública (governamental) do patrimônio, que se via em 1938, está engessada e caminha

para uma gestão compartilhada, na qual a sociedade civil e a iniciativa privada discutem e buscam soluções conjuntas para as questões ligadas à cidade. A gestão coletiva é apontada como a melhor forma de preservação na Carta de Amsterdã (1975), que defende a apropriação do patrimônio como uma riqueza social:

[...] por um longo período, a forma de atuação dos órgãos do patrimônio, autoritária e restritiva, afastou do processo de discussão os moradores dos centros históricos, impedindo-os de compreender o significado das ações de proteção dos bens culturais.

Hoje, percebe-se um certo avanço nesse relacionamento. A ênfase dos órgãos do patrimônio é no estabelecimento de um diálogo contínuo com a população, informando-a sobre o valor de seus bens culturais e estimulando a participação de diferentes setores sociais na elaboração de planos e programas relacionados com a preservação. (ALBANO, 2002:274)

Esta postura é sensivelmente apropriada pelos técnicos que atuam no IPHAN Diamantina. Mas, ainda há pouquíssima participação dos mesmos em reuniões ou Conselhos que atuem em atividades relacionadas ao turismo. Isso dificulta, sobremaneira, a aproximação entre os dois setores e a inclusão da comunidade na elaboração dos planos de salvaguarda.

Ainda no âmbito federal, em 2003, foi criado o Ministério do Turismo, responsável por elaborar a política nacional que regulamenta o setor. A estratégia do governo federal é trabalhar o turismo por meio das regiões e pressupõe ações coordenadas entre os âmbitos federal, estadual e municipal. Na prática, o projeto foi denominado “regionalização do turismo” e visa organizar o setor e instituir um modelo de gestão descentralizada. Segundo o MTur

As diretrizes voltadas para a região turística devem ser compreendidas e ajustadas para a ação municipal, uma vez que o processo de desenvolvimento se inicia no município. Por isso, são dinâmicas, ajustam-se aos tempos e aos estágios de cada município, Estado e região, respeitam os compromissos pactuados e incorporam novos. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010:138)

Trabalhar o turismo a partir do conceito de região foi uma opção adotada pelos governos Federal (MTur) e Estadual (Setur MG), além de instituições ligadas ao setor que são analisadas a seguir, como o Circuito dos Diamantes e o Instituto Estrada Real – IER.

Pode-se fazer uma analogia entre a política proposta pelo governo federal e a teoria apresentada por Boullón (2002) que, conceitualmente, discute a teoria de organização do espaço turístico, propõe que os atrativos sejam conectados por vias

rodoviárias e haja um centro polarizador. Cada região é delimitada por características semelhantes ou complementares, com atrativos turísticos unidos por uma rede de estradas em que

se alguns atrativos tivessem ficado incomunicados, e depois de realizado o balanço comprovado que o empreendimento turístico é insuficiente, o diagnóstico deveria qualificar essa zona como parcialmente potencial, indicando que partes precisam desenvolver-se para que o conjunto funcione harmoniosamente. (BOULLÓN, 2002:82)

Segundo a perspectiva de análise do Boullón (2002) é necessário que o empreendimento turístico, neste caso o centro histórico de Diamantina, esteja ligado a outros atrativos por meio de estradas, e a região turística abranja uma superfície que possua propriedades semelhantes como a formação histórica ligada a exploração de diamantes. Para o autor, a influência de uma localidade na região em que está inserida varia de acordo com a distância e o poder de atração.

Voltando às ações governamentais, no caso específico deste trabalho, o centro de atração turística é representado por Diamantina e é denominado pelo MTur como Destino Indutor. “Os destinos indutores do desenvolvimento turístico regional são aqueles que possuem infraestrutura básica e turística e atrativos qualificados, que se caracterizam como núcleo receptor e/ou distribuidor de fluxos turísticos.” (MTUR, 2010). O MTur adotou a política de descentralização e implantou o Programa de Regionalização do Turismo em que foram escolhidos inicialmente 65 destinos prioritários para desenvolvimento turístico no país e Diamantina foi contemplada como um deles. Na prática significa prioridade na estruturação turística por meio de oficinas, cursos de capacitação, treinamentos para utilizar sistemas de gerenciamento do destino, canalização de recursos para execução de projetos, entre outros. Estas ações são realizadas por consultores contratados que executam as ações do Programa de Regionalização para disseminar a metodologia de estruturação do Destino Indutor.

No entanto, são encontrados entraves na execução das atividades propostas como a centralização das ações no Destino Indutor sem um transbordamento para os demais municípios pertencentes à região. O baixo comprometimento dos atores ligados ao turismo com a manutenção permanente das ações é outra dificuldade. Não há um acompanhamento efetivo das ações por meio de um técnico local. Esta responsabilidade fica a cargo de um representante do poder público do município que, em geral, enfrenta



sobrecarga de trabalho por haver uma reduzida equipe técnica. Por outro lado, não se observa uma convergência das ações de fomento ao turismo. As instituições não conversam entre si, e executam o planejamento que foi definido, na maioria das vezes, sem levar em consideração a realidade local. Assim, algumas atividades semelhantes são realizadas por instituições diferentes e os atores locais sentem-se perdidos e cansados de participar de reuniões que não se consolidam em resultados positivos. A aparente desconexão observada entre o Ministério do Turismo e a realidade local gera resultados pouco satisfatórios. Tais gargalos enfraquecem as discussões e podem minar a continuidade do projeto “Destinos Indutores”, que depende diretamente da interação entre a iniciativa privada (equipamentos de hospedagem, alimentação, transporte e etc) e o poder público.

Planejar o desenvolvimento turístico do município é atribuição da Prefeitura que precisa seguir os direcionamentos da política nacional e estadual a fim de organizar, articular e integrar questões ligadas ao planejamento e gestão do turismo. A criação de uma política municipal para o setor e o planejamento de curto, médio e longo prazos são fundamentais para indicar os caminhos que o município trilhará. A expectativa é que o turismo se posicione como uma atividade econômica importante, sobretudo, contribuindo para garantir empregos e a preservação do ambiente natural e cultural.

No entanto, as ações de planejamento e elaboração de políticas do poder público municipal diamantinense voltadas para o setor são tímidas e têm ocorrido mais como discurso do que como ações concretas. Tal circunstância torna-se um problema para o município, já que o poder executivo local não cumpre sua função principal de elaborar uma política clara contendo objetivos, metas e resultados. Com isso, torna-se evidente que as ações são realizadas pela Secretaria sem um planejamento prévio que atenda a política municipal de turismo, o que ocasiona a sobreposição de atividades e conflitos de priorização. Aliado a isso, existem várias entidades que atuam na região e demandam apoio do poder público municipal. Muitas delas têm um planejamento bem elaborado, mas que não atendem aos anseios da própria cidade por não terem claro, de antemão, uma política municipal. Como debatido ao analisar os Destinos Indutores, este é um grande entrave, pois há sobreposição de atividades com objetivos semelhantes, ações que poderiam ser potencializadas através de recursos financeiros oriundos de mais de uma fonte, e, conseqüentemente, a sensação dos atores ligados ao turismo de desperdício de esforços e recursos no que tange o desenvolvimento municipal.

Afirma-se que Diamantina é privilegiada por abrigar inúmeras instituições que, direta ou indiretamente, contribuem para o fomento ao turismo. A junção coordenada de esforços é, sem dúvida, uma oportunidade para auxiliar no incremento da atividade turística. Algumas são custeadas pela estrutura governamental, outras são instituições do terceiro setor. A área de atuação das entidades, muitas vezes, extrapola os limites municipais e fomenta a atividade em nível regional. Perceber o turismo como um fenômeno regional estimula os técnicos a discutirem ações em conjunto e participarem de espaços de discussão como Conselhos.

No Brasil, ainda não há uma cultura consolidada da coparticipação e do compartilhamento de obrigações e deveres para organizar e gerir o espaço público e atividades econômicas. Pereira (2004) discute a importância dos processos participativos e defende o modelo político em que o cidadão compartilha as tomadas de decisão através das instâncias de governança. Este modelo preconiza a formação de redes colaborativas com apoio dos atores locais, a fim de desenvolver projetos comuns. Neste ínterim, os municípios são representados por suas lideranças locais e a gestão participativa da região se consolida conforme proposto na Política Nacional de Turismo.

Diamantina pertence ao Circuito dos Diamantes, instância de governança regional que não integra a estrutura política vigente, sendo constituída como associação de direito privado. A existência do Circuito atende a orientação política da Secretaria Estadual de Turismo e aos direcionamentos do MTur, que prioriza ações que estejam de acordo com os princípios da gestão participativa. A cidade abriga a sede do Circuito, mas a instituição enfrenta problemas ligados à articulação política, e esses conflitos, se sobrepõem às necessidades regionais. Os representantes que compõem a diretoria, em geral, são ligados ao poder público, tornando as decisões engessadas e nem sempre viáveis para a iniciativa privada.

A cidade integra a Estrada Real (Fig. 07), conjunto de várias estradas do século XVIII no qual foram transportados os recursos minerais retirados das minas do Estado para as portas do litoral. E, no sentido oposto, levavam todo tipo de mercadorias para as cidades do interior. Sua origem remonta o auge da mineração, época em que os caminhos eram percorridos por imigrantes, viajantes, escravos negros, índios, mascates, administradores reais, homens do fisco, soldados mercenários e milícias oficiais.

“Estrada Real” é a denominação do projeto de desenvolvimento do turismo regional, cuja estratégia visa organizar um roteiro abrangente, capaz de ser percorrido por diferentes públicos em busca de experiências ligadas à cultura e à natureza. Com o objetivo de planejar e gerir ações de fomento do turismo na Estrada Real foi criado em 1999 o Instituto Estrada Real (IER), órgão ligado a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG. Primeiramente, o IER manteve o foco em ações de promoção e marketing do destino na mídia nacional e internacional. Foram celebrados diversos convênios com instituições de apoio ao desenvolvimento local, incluindo algumas de fomento internacional como o BID. Posteriormente, o enfoque foi deslocado para as ações de estruturação do destino por meio de sinalização indicativa e levantamento de necessidades do mesmo. Instalaram-se marcos indicativos (Fig. 08) em todo o eixo principal da Estrada Real. A cidade de Diamantina é o marco zero desta demarcação, reforçando a importância da cidade no Brasil Colônia.

O mapa da Estrada Real perpassa o território de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro e é composto pelos municípios que possuem em seu território o eixo principal dos caminhos e também pelos municípios dos arredores que tenham sua história aliada ao período colonial (Fig. 08).

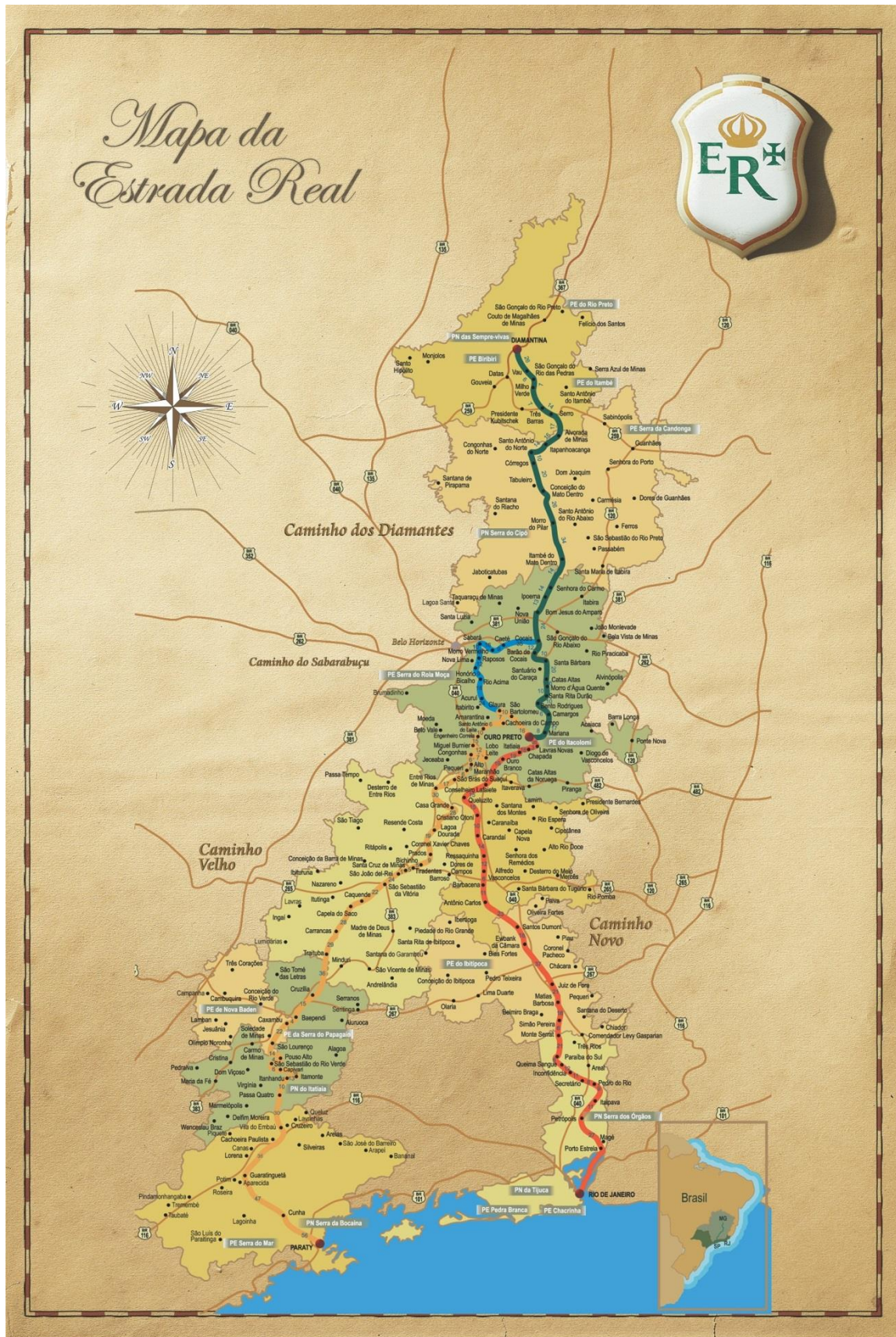


Figura 07: Mapa da Estrada Real  
 Fonte: Instituto Estrada Real (2010)



Figura 08: Marco da Estrada Real  
Foto: Erika Alves (09 jun. 2010)

O projeto turístico é resultado de estudos sobre a história regional e da escolha da área de atuação do Instituto Estrada Real que é um dos órgãos de fomento. Devido a isso, não há correspondência legítima entre trecho turístico e o caminho utilizado no período colonial. O marco zero do caminho é alvo de muitas críticas e está instalado em frente à Pousada do Garimpo, situada nos arredores do centro histórico de Diamantina. No local, havia um caminho de tropeiros, que estudos históricos apontam como secundário, sendo que o caminho principal levava até o chamado centro histórico e era conhecido como “Caminho do Carro”. Analisando a formação urbana da cidade, o Caminho do Carro corresponde à saída para a Vila do Príncipe. É a ligação de Diamantina com o Vale do Rio Doce. Este percurso adentra o centro histórico passando pela Cavallhada Velha (atual Praça Dr. Prado), e chegando à área do quadrante central do Tejuco, a Praça da Matriz (hoje Catedral Metropolitana) e a Cavallhada Nova (atual Mercado Velho). Este caminho é referido por Vasconcellos (1959) como caminho de Itabira.

Segundo alguns relatos de funcionários do Instituto Estrada Real<sup>18</sup>, a colocação do marco em frente à referida pousada foi uma decisão política acertada entre os

<sup>18</sup> Dados obtidos pelo método de observação participante durante reuniões que a mestranda participou no Instituto Estrada Real no ano de 2010.

gerentes do equipamento de hospedagem e a diretoria do Instituto Estrada Real. Porém, o local é alvo de muita crítica do empresariado do setor turístico que não concorda com a situação e considera inviável instigar o turista hospedado em seu empreendimento a conhecer o marco zero da Estrada Real que está em frente ao empreendimento do “concorrente”. Neste aspecto, questiona-se o posicionamento dos empresários, que através desta atitude privam turistas de conhecer o local, ao invés de disponibilizar o máximo de informações e incentivar o hóspede a conhecer não apenas o marco zero, mas o trecho que liga Diamantina ao Serro. Por outro lado, questiona-se o posicionamento do Instituto Estrada Real que, ao instalar o marco zero em frente a um empreendimento privado sem o devido embasamento histórico, tornou vulnerável o trecho inicial do caminho turístico.

A despeito destes esforços, o projeto enfrenta outras dificuldades e cenários críticos identificados pelo Instituto Estrada Real<sup>19</sup>. Dentre eles, ressalta-se o baixo conhecimento do projeto junto ao público-alvo, o que dificulta a captação efetiva de novos turistas. As pessoas têm dificuldade em compreender o que é a Estrada Real, pois não está claro se ela é uma única estrada (como o nome sugere) ou uma região (como de fato ocorre). Isso contribui para uma imagem difusa do destino, muito ligada às cidades separadamente e não ao percurso como um todo. Outra dificuldade enfrentada é a área de abrangência da Estrada Real, que inclui as principais cidades do período colonial de Minas Gerais. Desta forma, o turista visita um ou dois municípios integrantes do destino, mas não percebe a inserção dos mesmos no contexto geral. Além disso, muitos turistas (instigados por destinos como Santiago de Compostela e publicações sobre a Estrada Real de bicicleta, a cavalo ou a pé) se frustram ao perceberem que não existe um caminho único, seguro e bem sinalizado para se percorrer.

A carência de uma proposta mais assertiva para o turismo na região é sentida também pelos atores locais, incluindo a iniciativa privada, que questiona a credibilidade do projeto e os resultados por ele alcançados. Conceitualmente, a Estrada Real pode ser considerada um itinerário cultural que, para se consolidar no mercado, se faz necessário implantar estratégias de interpretação do patrimônio que integre comunidade e turistas.

O conceito de Itinerário Cultural revela-nos o conteúdo patrimonial do fenômeno específico de mobilidade e de trocas humanas que se desenvolveu

---

<sup>19</sup> Dados do Plano de Marketing elaborado para o Instituto Estrada Real pela *Time Expertise*, outubro/2006.

através das vias de comunicação que facilitaram a sua expansão e que foram utilizadas ou deliberadamente postas ao serviço dum objectivo concreto e determinado. Pode tratar-se de um caminho que foi traçado expressamente para atingir esse fim ou de uma via que utilizou, inteiramente ou em parte, caminhos já existentes e que serviram diversos fins. Mas, além da sua função como via de comunicação ou de transporte, a sua existência e o seu sentido enquanto Itinerário Cultural propriamente dito explica-se unicamente pela sua utilização histórica com um fim concreto e determinado e por ter favorecido a criação dos elementos patrimoniais associados a esse fim e que, sendo o resultado da sua própria e singular dinâmica, refletem a existência de influências recíprocas entre grupos culturais diversos durante um longo período da história. (ICOMOS, 2008:02)

A tentativa de consolidar o destino turístico Estrada Real como um itinerário cultural inclui o fomento à gestão compartilhada de ações através da Rede Organizada para o Turismo Autossustentável – ROTA ER<sup>20</sup> – uma rede de empresários que visa o desenvolvimento turístico. Em 2010, a estratégia adotada pelo IER esteve de acordo com as diretrizes nacionais e estaduais, que preconizam organizar a atividade turística pautada nos conceito de gestão compartilhada da atividade econômica.

As ações de marketing do Instituto Estrada Real surtiram efeito em um mercado em que muitas pessoas procuram fugir da rotina das cidades grandes e buscar belezas naturais e culturais. E, para isso, procuram conhecer modos de vida alternativos, contato com as culturas visitadas e compreender o período colonial brasileiro. Observa-se que a motivação de grande parte dos turistas que visitam a Estrada Real é a possibilidade de vivenciar experiências em contato com a cultura e a natureza local. O perfil do turista é caracterizado por pessoas que caminham pela cidade e arredores sem ficar confinadas em áreas restritas. Nas observações em campo, foi possível observar turistas contemplando o casario nas ruas da cidade e banhando-se em cachoeiras. A existência da Estrada Real contribui para valorizar e difundir o acervo histórico/natural e despertar a vocação para o turismo da região.

---

<sup>20</sup>ROTA ER – Os empreendedores da Estrada Real, em geral, atuam de forma desarticulada, sem se organizarem de forma associativa. Isto gera um enfraquecimento do setor privado que, constantemente, reclama que suas necessidades não são vistas como fundamentais nos processos de organização do destino. A ROTA é um grupo de empresas turísticas que buscam, por meio do associativismo, a melhoria da competitividade dos empreendimentos e do posicionamento do destino Estrada Real no mercado. Têm como objetivo ampliar sua capacidade de receber visitantes e aumentar receitas de forma ordenada. Para tal, elas usufruem de benefícios como cursos de capacitação, organização de eventos, marketing, assessoria técnica, acesso a sistemas gerenciais informatizados, entre outros.

Na proposta defendida por esta dissertação, a Estrada Real pode estar inserida em todo o processo de interpretação do patrimônio. É uma possibilidade de se referenciar atrativos e lugares que tenham relação direta com a formação urbana do centro histórico de Diamantina.

Por fim, é indubitável a relevância da UFVJM que se consolida como detentora e difusora de conhecimento sobre a região dos diamantes e do Vale de Jequitinhonha, cumprindo sua função de disseminar conhecimento para a sociedade. Ressalta-se, no setor de turismo, apoio da mesma como formadora de opinião e de mão de obra - uma vez que oferece o curso de graduação na área. A UFVJM apoia o desenvolvimento econômico e social regional e realiza pesquisas periódicas cujos resultados são disponibilizados para todo o setor. Também contribui com a participação de professores mestres e doutores em reuniões estratégicas, que visem planejar ou gerir questões relevantes para o destino turístico.

Portanto, pode-se afirmar que há inúmeras instituições atuantes na região. Mas, os esforços descoordenados e desarticulados reduzem os efeitos positivos das ações por elas realizadas. Por outro lado, há possibilidades de se estruturar o destino turístico Diamantina a partir de uma visão regional, integrando municípios do entorno em uma rede de atrativos e serviços, que possa potencializar a captação do público e, conseqüentemente, o incremento econômico derivado da atividade.

### **2.1.5 Dificuldade de acesso a informações: possíveis estratégias de interpretação do patrimônio**

A paisagem natural aliada ao conjunto arquitetônico possibilita que os turistas vivenciem diversos segmentos turísticos em Diamantina e seu entorno. Na região, o turismo pode ser explorado sob inúmeras perspectivas e o desafio a ser vencido é a montagem de uma adequada estrutura informacional que estimule o turista a visitar os atrativos do entorno e a conhecer a diversidade local. Não há referências claras aos vários parques e às atividades de lazer disponíveis nos mesmos. Observa-se também poucas atividades disponíveis que propiciam vivências culturais ligadas à identidade diamantinense, remetendo à música e ao garimpo, por exemplo. Estes gargalos são



derivados da ausência de uma estratégia de interpretação dos patrimônios natural e cultural.

A técnica da interpretação ao comunicar através de mensagens a história e a cultura de um lugar faz com que ele adquira nova dimensão. Por meio dela é possível destacar o caráter diferencial de suas atrações culturais, estimular o olhar do visitante, diversificar o produto turístico e por último, mas não menos importante, despertar o interesse e o orgulho da comunidade sobre o significado de seu patrimônio cultural, incentivando práticas preservacionistas. (MURTA, S.; GOODEY, B. 1995 apud ALBANO, 2002)

Não há, no centro histórico, qualquer referência às atividades do entorno para que o turista sintam-se instigado a experimentá-las. Aliar o turismo cultural às atividades que envolvem contato com a natureza é uma possibilidade de distinção do destino “Diamantina”, fortalecendo-o com produtos de qualidade, competitivos e com alto valor agregado.

Uma alternativa que contribui para consolidar Diamantina como destino turístico é pensar a cidade a partir da sua formação urbana, suas formas e lugares como oportunidade de aproximar o leitor (observador) da paisagem à história e à identidade local. A partir disso, implantar, no centro histórico, elementos interpretativos que façam referência ao entorno, incluindo as Unidades de Conservação. Além de apresentar roteiros temáticos incluindo assuntos aliando natureza e cultura.

Vasconcellos (2004:171) afirma que “o conhecimento da região circunvizinha valoriza cada um dos pontos considerados, pelos paralelos, que suscitarão, pelas descobertas de similitudes e diferenciações, pela possibilidade de preferências...” No projeto interpretativo, será importante que a pessoa compreenda a importância do diamante e que não é possível entender todo o contexto e história local visitando apenas o centro da cidade. É interessante que o turista conheça, por exemplo, o Garimpo Real, um local de garimpo artesanal autorizado pelos órgãos ambientais e aberto à visitação. O projeto interpretativo fará referência a este garimpo localizado no entorno da cidade. A interpretação faz com que fatos, lugares e celebrações adquiram nova dimensão; resgata sentimentos de pertencimento e encanto na comunidade, ao mesmo tempo em que estimula o visitante a conhecer melhor não apenas a cidade, mas toda a região.

A oferta de produtos turísticos como o Garimpo Real resgata e fortalece a cultura local por meio da valorização de lugares referência para a comunidade, que antes não eram percebidos. Esta atividade vivencial está associada às motivações do

turista que, na maior parte dos casos, busca prazer, entretenimento, educação e proximidade com novas culturas. Há certo temor de que a interpretação turística prejudique as expressões culturais que ocorrem em Diamantina. E, neste aspecto, há que se considerar que

algumas vezes o sentido do lugar pode ser arruinado pela interpretação. Quem interpreta deve estar atento e ser sensível na avaliação do lugar e das oportunidades oferecidas, e até recomendar a não interpretação, se assim for necessário. Afinal, espaços destinados pura e simplesmente à contemplação são tão importantes quanto os que passaram por um processo de interpretação. (MURTA e GOODEY, 2005: 33)

Algumas pessoas descobrem a história da qual fazem parte através da interpretação do patrimônio. Apesar da interpretação, geralmente, objetivar fins turísticos, propicia ao cidadão entender a importância de Diamantina em determinado período, compreendendo o contexto em que se insere a cidade na economia global. Desta forma, torna-se factível que a população local entenda o porquê a cidade é reconhecida como Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO.

A interpretação do patrimônio é uma forma de valorizar a história do lugar, sempre relacionando eventos passados com o presente, a fim de permitir ao observador um canal de comunicação que o faça sentir parte do processo histórico e natural da região visitada. A interpretação contribui para a montagem de uma atração turística que faz referência a várias outras e, assim, manter o turista por mais tempo na região, ao mesmo tempo em que atrai mais pessoas fascinadas com a singularidade local.

Diamantina desperta o interesse de visitantes a procura de paisagens singulares e manifestações culturais seculares. O turismo cultural, não depende apenas do que se vê, mas, principalmente, de como se vê.

O estudo da paisagem diamantinense revela cenários fascinantes, indica possibilidades de interpretação do patrimônio que considere as mudanças da paisagem durante as estações do ano e, também, ao longo do dia. As ladeiras favorecem caminhadas lentas, cujo movimento permite apreciar ângulos variados de um mesmo objeto. As vias urbanas são tortuosas e se assemelham, se assim se pode dizer, a um labirinto para o expectador desatento ou novato.

Na cidade o espaço “fala”, e a interpretação é a tradução deste falar. Santos (1984:06) resume esta posição ao afirmar que “os espaços urbanos são livros abertos,

que a cada instante dizem aos que estão neles não só onde estão, mas quem são e quem são os outros.” E, para se tornar a leitura do espaço urbano acessível a diferentes públicos, sugere-se como o eixo temático da interpretação do patrimônio do centro histórico de Diamantina “A Formação Urbana”. Nesta dissertação, no que tange a caracterização urbana, far-se-á um recorte do chamado centro histórico, a fim de verticalizar os estudos da área.

### 2.1.6 A influência da cultura do garimpo na atividade turística em Diamantina

Diamantina está entre as principais atrações turísticas do Estado que surgiram com a atividade econômica do garimpo. A cidade abriga sinais da busca incessante por pedras e metais preciosos. Com a decadência do garimpo, os trabalhadores da área procuraram diferentes atividades econômicas para sobreviver e, dentre elas, o turismo. Embora existam várias outras atividades econômicas alternativas ao garimpo, serão abordadas somente as questões relacionadas ao turismo.

Observa-se que a influência da cultura herdada do garimpo está arraigada na sociedade. Em Diamantina, é comum encontrar pessoas que trabalharam no garimpo e vivem sem a nostalgia de retornar para a atividade. Mas, mesmo com a proibição do garimpo, ainda existem “fisqueiros”, pessoas que usam a bateia para garimpar clandestinamente em locais proibidos. Para o observador externo, pode parecer obsessão a busca e o desejo por encontrar pedras preciosas. Entretanto, existe a influência de décadas em que a principal atividade econômica foi o garimpo.

O garimpo de diamantes proporcionou o enriquecimento de várias famílias diamantinenses. São gerações inteiras beneficiadas por um garimpeiro que “tirou a sorte grande”. As famílias mais abastadas percebem a oportunidade de transformar os casarões (ora vazios e com vários ambientes em desuso devido à evasão da população para outros centros urbanos), em pousadas, restaurantes, lojas e *delikatessen*. Surgem, então, os empreendedores do turismo que, muitas vezes, são pessoas advindas de outras profissões, mas que enxergam na atividade turística uma possibilidade de trabalho. As camadas menos favorecidas empregam-se como funcionários dos empreendimentos turísticos. Com frequência, percebe-se que esta é uma alternativa de sobrevivência e não corresponde a uma vontade efetiva de atuar no setor. Este cenário propicia a presença de profissionais que não se preocupam em se capacitar e atingir postos de trabalho mais altos, gerando uma estagnação prejudicial ao desenvolvimento da atividade turística.

Algumas similaridades podem ser ressaltadas entre ambas as atividades econômicas, como é o caso da sazonalidade. A inconstância do ganho financeiro é uma variável conhecida do garimpeiro, que convive com dias de extrema lamúria, sem encontrar uma só pedra, e dias de grande alegria, nos quais pode tornar-se milionário

caso encontrar uma “pedra boa”. O garimpeiro de sorte comum vive em busca das pedras mais valiosas. Mas, em geral, consegue recursos suficientes apenas para sobreviver e continuar a luta diária. Desta forma, ele precisa gerenciar seus recursos financeiros quando encontra diamantes, pois não se sabe quando terá sorte igual. O garimpo se assimila ao turismo por possuir períodos de alto ganho que, analogamente, correspondem à alta temporada, e períodos de baixo retorno, denominada baixa temporada. Embora a sazonalidade seja inerente à atividade garimpeira, esta é apontada como o principal gargalo para o profissional da área. Normalmente o garimpeiro não faz uma boa gestão dos recursos e não se prepara adequadamente para enfrentar os períodos de baixa. A mesma situação se repete nas ações dos empreendedores turísticos, e é um dos motivos de insatisfação e falência de empreendimentos.

Observa-se certa dificuldade em trabalhar em rede (que pressupõe um ambiente cooperativo), pois percebe-se que a maneira de ser e agir da população foi influenciada e ainda está muito ligada ao garimpo, atividade solitária, que tem como pressuposto o individualismo. O garimpeiro é um profissional que esconde os diamantes encontrados em sua lida diária e desconfia, a todo tempo, da postura e esperteza dos demais garimpeiros. Em contraposição a este fato, o desenvolvimento turístico implica o trabalho em rede e a atuação conjunta dos envolvidos para alcançar ganhos coletivos. Mas, o garimpo continua vivo nas lembranças, nas edificações, nos quintais, nos encontros de final de tarde e nas discussões e posturas que influenciam o desenvolvimento turístico.

## Capítulo III

### 3.1. CARACTERIZAÇÃO URBANA DE DIAMANTINA

O estudo da formação do tecido urbano de Diamantina é o ponto de partida para direcionar estratégias de interpretação do patrimônio que possibilitem a interface do ambiente construído e o patrimônio intangível. A interpretação desperta o olhar do observador para cenas e objetos que remetem a situações do período colonial como curiosidades do modo de viver da comunidade diamantinense e particularidades do saber-fazer de peças de joias de coco e outo, tapetes arraiolos e festejos tradicionais.

A cidade colonial portuguesa teve o processo de urbanização muito ligado à vontade dos colonizadores, sendo que o amoldamento do tecido urbano às condições da natureza era uma constante. O traçado urbano das cidades reflete a mentalidade do colonizador e pode externalizar anseios e vontades dos conquistadores. Sérgio Buarque de Holanda analisa a ocupação na América Latina e pondera diferenças marcantes entre o processo espanhol e o português.

O português preocupou-se mais em espoliar os recursos da terra sem se preocupar com as construções, o planejamento das cidades, as áreas para agricultura... Em contrapartida, o espanhol percebia a construção das cidades como instrumento de dominação.

A colonização espanhola prima pelo ‘predomínio militar, econômico e político da metrópole sobre as terras conquistadas, mediante a criação de grandes núcleos de povoação estáveis e bem ordenados. (HOLANDA, 1936: 95 e 96)

Esta preocupação é expressa no traçado das cidades espanholas que é retilíneo e “não se deixa modelar pela sinuosidade e pelas asperezas do solo” (HOLANDA, 1936:96). A escolha do local para povoar seguia uma série de critérios que incluía a disponibilidade de mão de obra, a facilidade de urbanização do terreno e a abundância natural da região. Em contrapartida, o português centrava todos os esforços na retirada do maior volume possível de riquezas do território e a ocupação ocorria de forma quase espontânea. Já na colonização espanhola,

A construção da cidade começaria sempre pela chamada praça maior. (...) quando em zona mediterrânea, ao centro da povoação. A forma da praça seria de um quadrilátero (...) que servia de base para o traçado das ruas: as quatro principais saíam do centro de cada face da praça. De cada ângulo saíam

mais duas, havendo o cuidado de que os quatro ângulos olhassem para os quatro ventos. (...) Assim, a povoação partia nitidamente de um centro (...) a praça seria como referência para o plano futuro da rede urbana. (HOLANDA, 1936: 96)

Os espanhóis se esforçavam para que o terreno fosse regulado e o traçado fosse a forma de dominar e externalizar a força e o poder da metrópole. Enquanto os espanhóis repetem a mesma organização da cidade de origem, os portugueses focam a exploração comercial em detrimento do planejamento urbano como sendo uma preocupação central da colonização. Este perfil demonstra uma das faces da colonização portuguesa em que os dominadores

viam na colônia um local de passagem, de exploração total dos recursos naturais e minerais sem a preocupação com a permanência a médio e longo prazo no território. Portugal usa “de uma energia puramente repressiva, policial, e menos dirigida a edificar alguma coisa de permanente do que a absorver tudo quanto lhe fosse de imediato proveito. (...) É o que se verifica em particular na chamada Demarcação Diamantina, espécie de Estado dentro do Estado, com seus limites rigidamente definidos, e que ninguém pode transpor sem licença expressa das autoridades. Os moradores, regidos por leis especiais, formavam uma só família, governada despoticamente pelo intendente-geral. “Única na história”, observa Martius, ‘essa idéia de isolar um território, onde todas as condições civis ficavam subordinadas à exploração de um bem exclusivo da Coroa.’ (SPIX & MARTIUS, op. cit., IIp. 436 apud HOLANDA, 1936: 103)

Vasconcellos (1936) defende a teoria de que as cidades coloniais portuguesas não foram planejadas, sendo resultado de necessidades momentâneas, em que os colonizadores construía de acordo com o que cada terreno oferecia. Encontravam um lugar economicamente viável e construía o arraial sem regras rígidas pré-estabelecidas. Em contraposição, o modelo de colonização espanhola, tinha um modelo rígido em que a praça principal era o centro cívico e era a partir que se desenhava o tecido urbano e as primeiras vias, independente da adequação das mesmas às nuances, curvas de nível ou reentrâncias do terreno.

Questionando esta teoria, Delson (1997) considera que a colonização portuguesa seguia uma estratégia de ocupação do território que fazia com que mesmo os lugares mais distantes fossem colonizados segundo as regras básicas descritas nas cartas régias que, no século XVIII, já eram bem mais restritivas. No caso de Diamantina, cuja ocupação ocorre nesta época, já era comum a presença dos engenheiros militares que tinham a função de planejar a ocupação do terreno.

As pesquisas de Delson (1997) revelam que a Coroa portuguesa entendia o povoamento do Brasil como uma estratégia para demonstrar às outras potências do

mundo, naquela época, que o país estava colonizado. Assim sendo, colonizar o sertão era uma ação planejada e calculada. Não deixavam longas distâncias sem a instalação de um povoado ou arraial, a fim de que toda a região fosse minimamente ocupada. Esses povoados e arraiais que, posteriormente, se tornaram vilas interioranas, demonstravam a expansão e consolidação da Coroa portuguesa no território que abrangia muito além dos limites litorâneas.

Ambos os estudos contribuem para a análise do Arraial do Tejuco, nomenclatura atribuída, inicialmente, ao povoado que começou a se formar na primeira metade do século XVII e que daria origem a Diamantina. Vasconcellos (1959) possibilita compreender o processo de formação urbana de Diamantina, enquanto Delson (1997) elucida questões que definem o local onde fundar um novo povoado. Vasconcellos (1959), ao estudar a formação do Tejuco, coloca que os colonizadores seguiam minimamente os requisitos da carta régia, ou seja, houve um direcionamento da Coroa para urbanizar o terreno. Por outro lado, Delson (1997) afirma que colonizar o interior era uma estratégia de apropriação das regiões mais longínquas do litoral. Ressalta-se que, no caso do Arraial do Tejuco, o ponto que definiu o local de sua existência foi a descoberta de ouro nos seus arredores. Ainda assim, as colocações de ambos são fundamentais para a compreensão de questões ligadas à área.

Analisando o tecido urbano de Diamantina Vasconcellos (1959) defende que o processo de ocupação da cidade ocorreu de forma aleatória e apresentou diferenças fundamentais das demais cidades mineradoras do território brasileiro. O estudo de Vasconcellos (1959) é uma rica fonte de informações e inspiração para se estruturar uma estratégia de interpretação do patrimônio de Diamantina a partir do fato urbano.

A Coroa percebeu a necessidade de instituir regras rígidas. Foi criado, então, um Estado dentro do próprio Estado, para controlar o abundante fluxo de pessoas que queriam adentrar o Arraial do Tejuco em busca de melhoria econômica derivada da extração dos diamantes. Para residir no local, era preciso autorização do intendente geral e uma justificativa plausível para tal. Toda a região era vigiada. A força militar era exercida através de legislação específica que restringia o direito de ir e vir e de permanência nas áreas mineradoras.

Percebe-se que “mesmo em seus melhores momentos, a obra realizada no Brasil pelos portugueses teve um caráter mais acentuado de feitorização do que de



colonização. Não convinha que aqui se fizesse grandes obras, ao menos quando não produzissem imediatos benefícios” (HOLANDA, 1936: 107). Esta postura está refletida, claramente, nas edificações que foram construídas com materiais disponíveis na colônia, com objetivo de suprir a necessidade imediata de moradia dos dominadores e trabalhadores. A ocupação ocorreu de forma irregular e pareceu acontecer segundo os anseios dos proprietários, sem um planejamento prévio definido. Assim, os proprietários seguiam apenas suas vontades, a concepção prévia (modelo mental) de residência, comércio e lugar público herdado de seu local de origem. Em Minas Gerais, onde o terreno é bastante montanhoso, e, quando possível, o traçado obedecia à topografia. Vasconcellos (1977) exemplifica este método de ocupação do território analisando Ouro Preto. Ele ressalta que havia um eixo principal de ocupação que não seguia as reentrâncias e desvios do terreno, fato também observado posteriormente no Arraial do Tejuco. Sobre Ouro Preto,

convém frisar que o eixo longitudinal da povoação e as suas ruas mais importantes fazem-se no mesmo sentido do vale e da serra de Ouro Preto, vencendo, com inadequada valentia, as ondulações dos contrafortes que se antepõem à diretriz estabelecida, sem maior obediência, como seria de desejar-se, à topografia do lugar. Raramente procuram adaptar-se às curvas de nível do terreno, só aproveitadas quando impostas por interesse especial, tal o caso da Rua do Rosário. Em geral, não atendem às conveniências dos planos naturais, amenizando-se apenas, nas ladeiras, pelo colear tão característico dos caminhos abertos pelo trânsito. (VASCONCELLOS, 1977:79)

As informações sobre a ocupação original do espaço urbano de Ouro Preto foram disponibilizadas aos visitantes através de placas interpretativas dispostas em edificações e em áreas públicas. O tema central do projeto interpretativo teve como base os estudos de Vasconcellos (1977), que denomina de estrada tronco o trecho que revela o traçado original da cidade.

A Vila tem, assim, uma configuração linear apegada à estrada tronco que, aos poucos, se corrige em trechos de melhor traçado, em geral mais ao alto que os primitivos, atralhando-os e ao mesmo tempo acompanhando a marcha das minerações que, a princípio apegados aos vales profundos, foram depois galgando a serra. Todas as igrejas e edifícios principais da Vila balizam esta rua tronco com poucas exceções. (VASCONCELLOS, 1977:76)

Desta maneira, se empregou o fato urbano como base para a interpretação do patrimônio de Ouro Preto. Embora existam estudos similares em relação ao Arraial do Tejuco, sendo que um dos principais foi realizado pelo próprio Vasconcellos (1959), não identificou-se na cidade um trabalho neste sentido. O tecido urbano diamantinense é uma das fontes de informações para se elaborar um projeto interpretativo.

No Arraial do Tejuco, conforme afirma Joaquim Felício dos Santos (1956) as primeiras ruas do povoado fazem a ligação do rio com as áreas mais altas, onde o povoado se consolidou. Em contraposição ao posicionamento de Vasconcellos (1959) e Delson (1997), Holanda (1936) afirma que “a cidade que os portugueses construíram na América não é produto mental, não chega a contradizer o quadro da natureza, e sua silhueta se enlaça na linha da paisagem. Nenhum rigor, nenhum método, nenhuma previdência, sempre esse significativo abandono (...)” (HOLANDA, 1936: 110). Ele compara metaforicamente a ordem do espanhol ao ladrilhador e do português ao semeador.

A ordem que aceita não é a que compõem os homens com trabalho, mas a que fazem com desleixo e certa liberdade; a ordem do semeador, não a do ladrilhador. É também a ordem em que estão postas as coisas divinas e naturais pois que, já o dizia Antônio Vieira, se as estrelas estão em ordem, ‘he ordem que faz influência, não he ordem que faça labor. Não fez Deus o Céu em xadrez de estrelas [...]’. (HOLANDA, 1936: 116)

Por outro lado, Milton Santos (1982:13) chama a atenção para um ponto de similaridade que é fundamental no processo de urbanização de toda América Latina ao expor que “todas as cidades nasceram a serviço das relações internacionais com os países mais evoluídos”. Tal constatação traz consequências profundas na organização social dos países, pois “a cidade surgiu a serviço de uma colonização verdadeiramente arraigada.” Em Minas Gerais, onde a sociedade já nasceu urbana, o processo de formação sociocultural permitiu desde o período do Brasil colônia uma sutil mobilidade social, uma vez que o comércio e a atividade garimpeira criaram condições para tal. Entretanto, a relação da colônia com a metrópole era de espoliar os recursos tal qual nas colônias espanholas.

Para Milton Santos,

na América Latina a colonização fundava-se na expansão agrícola e na exploração mineira, responsáveis pelo comércio que alimentava a vida urbana. (...) A necessidade de um grande número de agentes para o desenvolvimento da atividade econômica e administrativa é um dado importante quando se trata de interpretar o desenvolvimento do fenômeno urbano. (SANTOS, 1982:13)

A rápida ocupação sem um planejamento prévio e a necessidade de grande volume de pessoas para trabalhar nas atividades agrícolas e minerárias, obrigou os colonizadores a construir edificações com os materiais disponíveis no terreno o que originou conjuntos arquitetônicos singulares como é o caso da área de estudos dessa dissertação.

Compreender o processo de formação urbana de Diamantina permite resgatar a história e as curiosidades ligadas ao traçado urbano, às edificações e aos acontecimentos que remetem ao período colonial. Como exemplo, cita-se a história da Catedral de Santo Antônio, que desperta a curiosidade do observador porque a Igreja Matriz, que deu origem a Catedral, tinha a frente voltada para a Rua Direita. Ocorre que, depois da elevação de Diamantina à vila, considerou-se que a Matriz de Santo Antônio era muito simples e pequena, não sendo capaz de representar a grandeza e a majestade de uma catedral da igreja católica. Por isso, a Igreja Matriz foi demolida e a Catedral foi reconstruída em outro formato, com as dimensões aumentadas, revelando a importância da Vila Diamantina. Com isso, foi alterado o local da frente da igreja, que avançou diminuindo o espaço que era uma praça com coreto. São curiosidades como estas que elucidam acontecimentos passados e desafiam o profissional que trabalha com a interpretação do patrimônio a iluminar questões da cidade histórica de forma que, “conservando seus valores e singularidades, a função turística se integre harmoniosamente, convertendo-se em uma aliada da recuperação e desenvolvimento urbano” (VINUESA, 2004:35).

### 3.1.1 Formação do Arraial do Tejuco e Interpretação do Patrimônio

Do ponto de vista da preservação<sup>21</sup> do patrimônio de Diamantina, é fundamental a convivência entre passado, presente e perspectivas de um futuro que acompanhe as evoluções da sociedade de forma harmoniosa. Possuir o título de patrimônio da humanidade pela UNESCO pressupõe que a comunidade que ali vive seja corresponsável pela preservação do sítio, uma vez que um dos grandes riscos de localidades reconhecidas como patrimônio é o congelamento físico e cultural do lugar sob a prerrogativa de preservação. Isso ocorre quando o sítio se torna estático, como se estivesse congelado no tempo e, à medida que o tempo passa o lugar não absorve as atividades recentes. Não há então um ambiente favorável para consolidar atividades da vida presente. Mas sim, uma vida em função de um passado que já existiu.

No caso do centro histórico de Diamantina, não se observa esta estagnação, pois a comunidade usufrui da área em seu dia a dia. Uma via que exemplifica tal afirmativa é a Rua Direita, local em que a convivência entre vários tipos de serviços são característicos. Há alguns serviços direcionados para a comunidade, e outros quase exclusivos para turistas. Na Rua Direita, observa-se pessoas caminhando, passeando de automóvel ou ônibus. O local preserva edificações cujo uso é residencial. Outras foram transformadas em museus, e há algumas que se destinam ao comércio, comprovando se tratar de uma rua com vida pulsante/intensa.

Utilizar a interpretação do patrimônio enquanto veículo de comunicação, faz com que comunidade e turistas reconheçam, no conjunto urbano, sinais de um período importante da história econômica do Brasil, que influenciou a economia do globo no

---

<sup>21</sup> Sabe-se que existe uma diferença conceitual entre preservação e conservação, cujas discussões envolvem campos científicos distintos como a biologia, a história, a geografia, etc. O conceito de “conservação” refere-se a permanência ao longo do tempo integrando o dinamismo da vida moderna enquanto o “preservação” implica manter o local, objeto ou edificação estático, intocado. Embora esta diferença exista no texto desta dissertação, ela não foi considerada uma vez que ambas as palavras foram usadas como sinônimos. Optou-se por esta solução por ser considerado mais comum, no campo de estudos sobre patrimônio, o uso do termo “preservação”.

Porém, alguns estudiosos sobre o tema discutem as consequências de políticas de preservação ou conservação do patrimônio. Para Barreto (2000), que estuda a relação entre turismo e legado cultural, “a preservação acaba sendo uma proposta que leva, muitas vezes, à destruição gradativa do patrimônio por causa da falta de condições financeiras das obras de restauro ou de simples manutenção, e a conservação é o que permite evitar a deterioração dos bens, ou seja, é o que permite proteger o bem dos efeitos do tempo e lucrar com ele para conseguir mantê-lo.” (BARRETO, 2000:17)

A discussão acima é muito rica e possibilita entender melhor as políticas de proteção do patrimônio implantadas no país.

período colonial. Para tanto, se propõe um estudo da formação do tecido urbano do centro histórico de Diamantina segundo os preceitos de Vasconcellos (1959), a fim de que este conhecimento seja a base para o plano interpretativo. Situação semelhante foi implementada em Ouro Preto, que sinalizou e interpretou a estrada tronco identificada por Vasconcellos (1977) e, desta forma, despertou o olhar do observador para o fato urbano.

Vasconcellos (1959) afirma que a formação urbana do Arraial do Tejuco se assemelha à observada pelos povos litorâneos brasileiros em que o traçado das vias é ligeiramente reticulado. Esta concepção é exemplificada por Paulo Santos (2001) ao dizer que as cidades litorâneas fundaram-se sob o pensamento de afirmação da posse e defesa da costa com traçado muitas vezes levemente reticulado. Santos (2001) atribui às raízes históricas do urbanismo português a cidade informal da idade média, em que não havia um traçado prévio e sim uma maneira genuína e orgânica de edificar a cidade; e ao renascimento, que incorpora os traçados regulares para a planificação das cidades. Esta maneira aparentemente dúbia de concepção do traçado urbano fica evidente quando Vasconcellos (1959) publica o artigo “Formação Urbana do Arraial do Tejuco”, no qual defende que o atual

Arraial do Tejuco (...) adotou solução quadrangular, concentrada e reticular, semelhante à observada pelos povoados litorâneos brasileiros, mais de acordo com os princípios urbanísticos recomendados pela administração portuguesa. Deles difere apenas pela ausência de praças, que se pode atribuir a inexistência, no lugar, de Casa de Câmara e Cadeia, com seu competente pelourinho, construções que, por sua dignidade, no geral determinavam as aludidas praças. (VASCONCELLOS, 1959:121)

No Arraial do Tejuco, uma via importante é a Rua Direita que, dentre outras atribuições, abriga um centro cívico - o Largo da Matriz - onde se localiza a Catedral Metropolitana de Santo Antônio e a Prefeitura, que no período colonial era a Casa da Intendência. A Rua Direita e o Largo da Matriz são marcados por uma miscelânea de espaços públicos, semi-públicos e privados. Embora não haja uma praça principal nos moldes existentes em cidades de colonização portuguesa e espanhola, o Largo da Matriz cumpre, em parte, este papel. Fica evidente que Vasconcellos (1959) considera que os portugueses determinavam normas urbanísticas gerais. Ele ressalta que era frequente as cartas régias recomendarem “por se fazer ruas tão largas quanto possível, direitas e alinhadas por casas da mesma figura”. Porém, nem todas as determinações eram

seguidas devido às condições locais e as normas estabelecidas por meio das Intendências e da Real Extração.

Castriota, ao comentar a formação do Largo de Coimbra, em frente à Igreja de São Francisco de Assis (Ouro Preto), analisa o processo de formação do local. Suas considerações podem ser aplicadas ao Largo da Matriz de Diamantina. Para ele,

nestas cidades formadas de forma orgânica, a malha viária termina apresentando, ao lado das ruas e praças, uma sucessão de outros tipos de espaços públicos – largos, pátios e terreiros-, de forma geralmente irregular, muitas vezes articulados por uma edificação religiosa e que desempenham importante papel de articulação urbana e sociabilidade. (CASTRIOTA, 2009:143)

Considerando os estudos de Vasconcellos (1959) para caracterizar o fato urbano como base da estratégia de interpretação do patrimônio de Diamantina, afirma-se que o Arraial do Tejuco, área correspondente ao centro histórico preservado, se consolidou no entroncamento de outros três arraiais. Cabe observar que os diamantes não foram extraídos no local onde se aglomerou a povoação. Portanto, “pode deduzir-se que, embora fruto do diamante, não se configurou ela, (as faisqueiras), diretamente, em razão das minerações ou das extrações. [...] aquelas se localizaram na periferia do arraial, limitando-o e não ampliando-o, como em Ouro Preto” (VASCONCELLOS, 1959:124). Esta peculiaridade foi identificada por Vasconcellos (1959), que sugere que a povoação, provavelmente, tenha nascido da polarização de pequenos núcleos isolados com mineração em sua periferia, entroncamento de caminhos (Fig. 09).

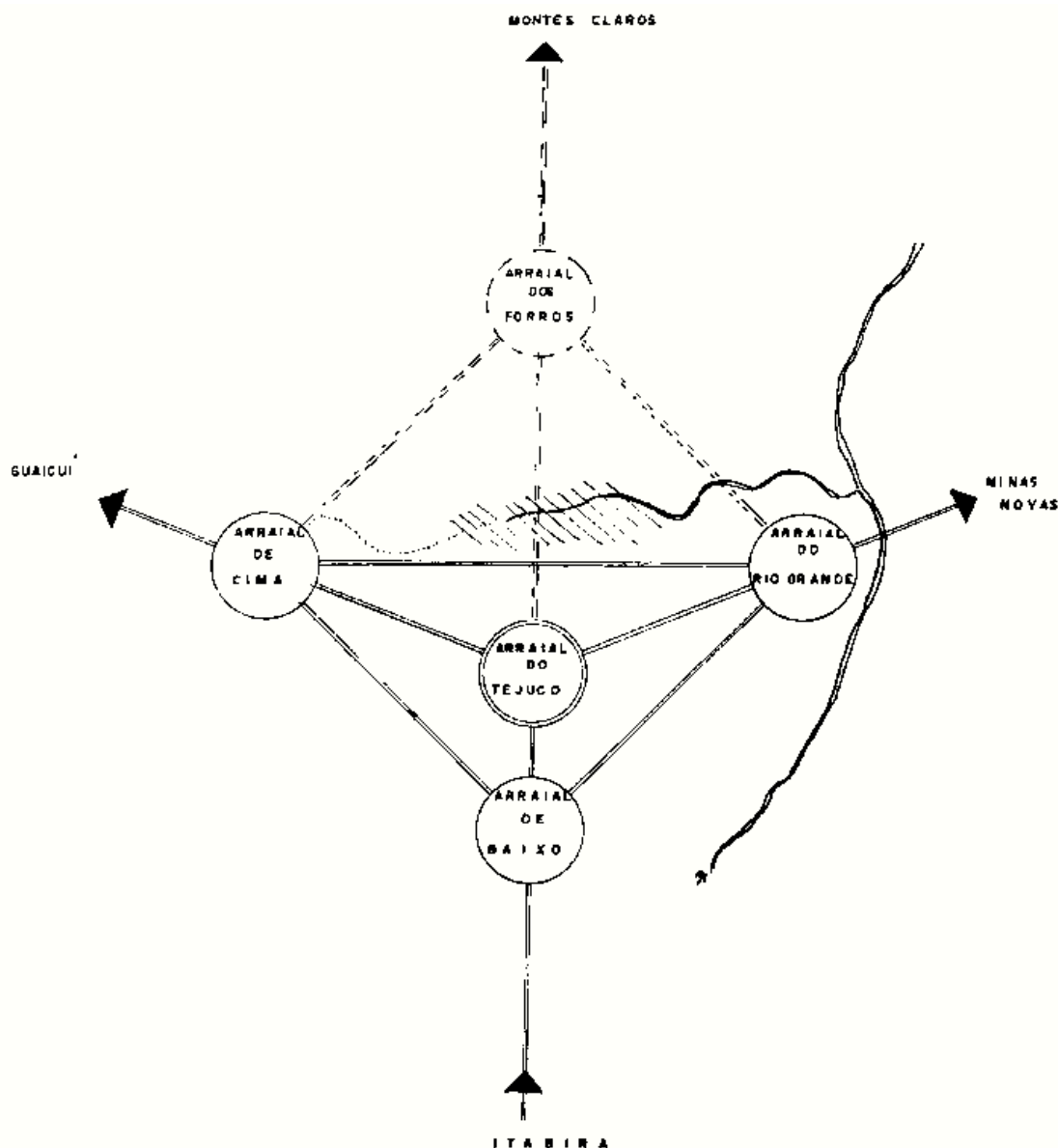


Fig. 3 O povoamento passa a configurar uma área quadrangular.

Figura 09: Formação esquemática do Arraial do Tejuco  
 Fonte: Vasconcellos, 1959, p. 137.

Para ele, os primeiros arraiais da região surgiram da exploração aurífera e eram denominados Arraial de Baixo, Arraial de Cima e Arraial do Rio Grande. O Arraial de Baixo correspondia às imediações da Igreja do Rosário, era a saída para a Vila do Príncipe, Serro, e era a porta de ligação da região com Itabira, acesso para o vale do Rio Doce.

O Arraial de Cima, em torno da Igreja das Mercês, era muito utilizado pelas pessoas que saíam em direção à Barra do Guaicuí, local onde se instalavam os currais

para o gado vindo da Bahia. A Barra do Guaicuí localiza-se próximo a Pirapora, que integra o caminho que ligava as regiões mineradoras à Bahia, trecho percorrido pelos tropeiros para abastecer o território mineiro com alimentos. No local, comunidade e visitantes podem ser instigados a conhecer um pouco mais os atrativos turísticos localizados na saída para este trecho. Mostrando as dificuldades enfrentadas pelos tropeiros que transitavam nestes caminhos. Houve a tentativa de incluir o percurso da Bahia à Diamantina no projeto de desenvolvimento turístico da Estrada Real. Mas, sem sucesso devido a área de abrangência já incluir quase duas centenas de municípios e a estratégia política naquele momento não integrar tal região.

O arraial do Rio Grande (próximo ao Burgalhau) era a passagem de pessoas que vinham de Minas Novas (Arraial do Rio Grande), área do Vale do Jequitinhonha. As belezas naturais e as peculiaridades culturais do Vale do Jequitinhonha, que engloba a cidade de Diamantina, pode ser o tema principal abordado no local do Arraial do Rio Grande. A importância deste lugar no período da colonização, e a corrida pelo ouro e diamante no Rio que dá nome à localidade são assuntos a serem abordados na interpretação deste patrimônio.

As primeiras vias surgiram para interligar estes arraiais e, no entroncamento delas, foi se consolidando o que foi denominado Arraial do Tejuco (Fig. 09). Constatase a influência das condições naturais do terreno para a escolha do local onde se instalou o Arraial do Tejuco que “está alocado na encruzilhada de três bacias hidrográficas – Doce, Jequitinhonha e São Francisco, sendo que a crista do divisor de águas era o caminho preferido para penetração no território da região aurífera” (VASCONCELLOS, 1959: 127).

Posteriormente, um quarto arraial se organizou junto ao córrego da Caridade: o Arraial dos Forros ou Macau. Este surgiu na saída do caminho para a cidade de Montes Claros e limita o quadrante do que configuraria o Arraial do Tejuco. A expansão do Arraial do Tejuco foi contida por determinações da Coroa, que visava manter o controle de toda a riqueza produzida. É interessante citar que “os caminhos que ligavam entre si os quatro arraiais periféricos, cruzavam-se exatamente onde é o cento urbano da cidade: Rua do Amparo/Mercês com Quitanda/ Carmo” (Fig. 10) conforme evidenciado na imagem a seguir:



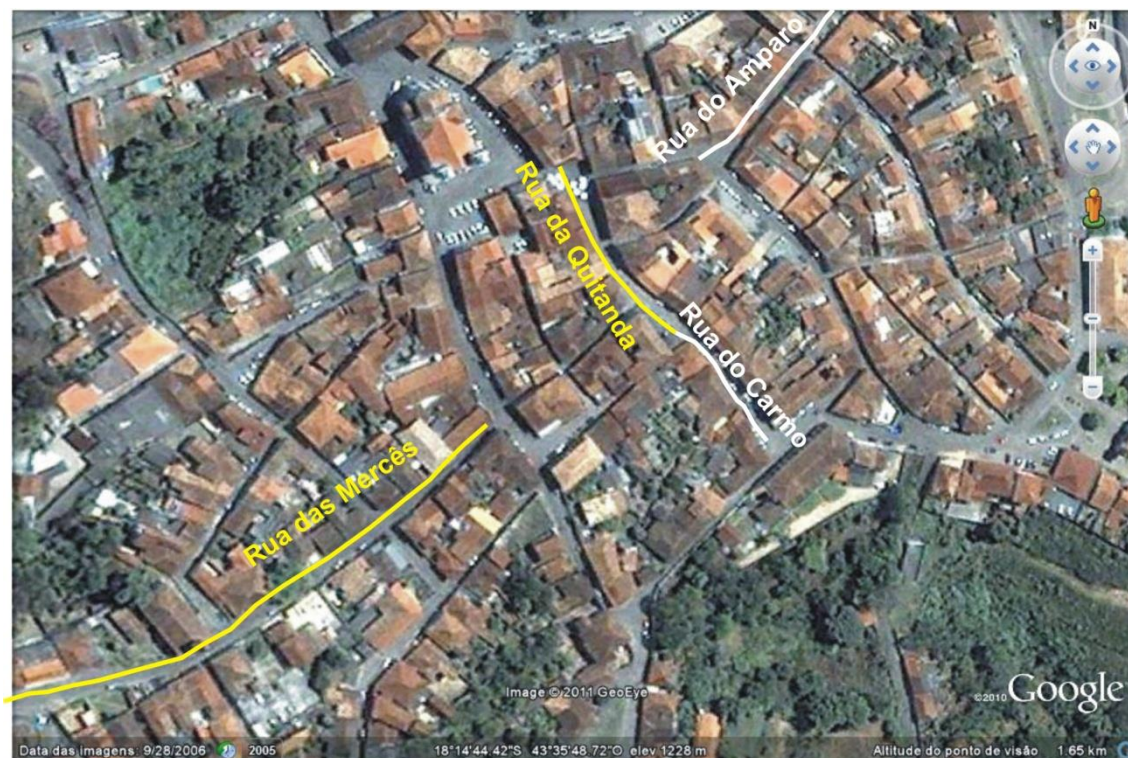


Figura 10: Delimitação dos caminhos que ligavam os arraiais periféricos  
 Fonte: Google Maps (modificado) Acesso em: 09 ago. 2011.

Havia também as vias que ligavam os arraiais dois a dois. Estas se constituíram perimetrais e delimitaram a área central do Arraial do Tejuco, local onde as ruas mudavam de nome. O arruamento no interior da área central vai se consolidando e a Rua Direita surge neste período, sendo ainda hoje uma das mais importantes da cidade (Fig. 11).

“No caso do Tejuco, não se conhecem determinações reais que houvessem dado origem à sua urbanização reticular. Em consequência, deve esta originar-se de peculiares condições, às quais não seria estranha a situação geográfica do arraial. Entroncamento de caminhos, com minerações em sua periferia, é provável que a povoação tenha nascido da polarização de pequenos núcleos isolados.” (VASCONCELLOS, 1959:127)

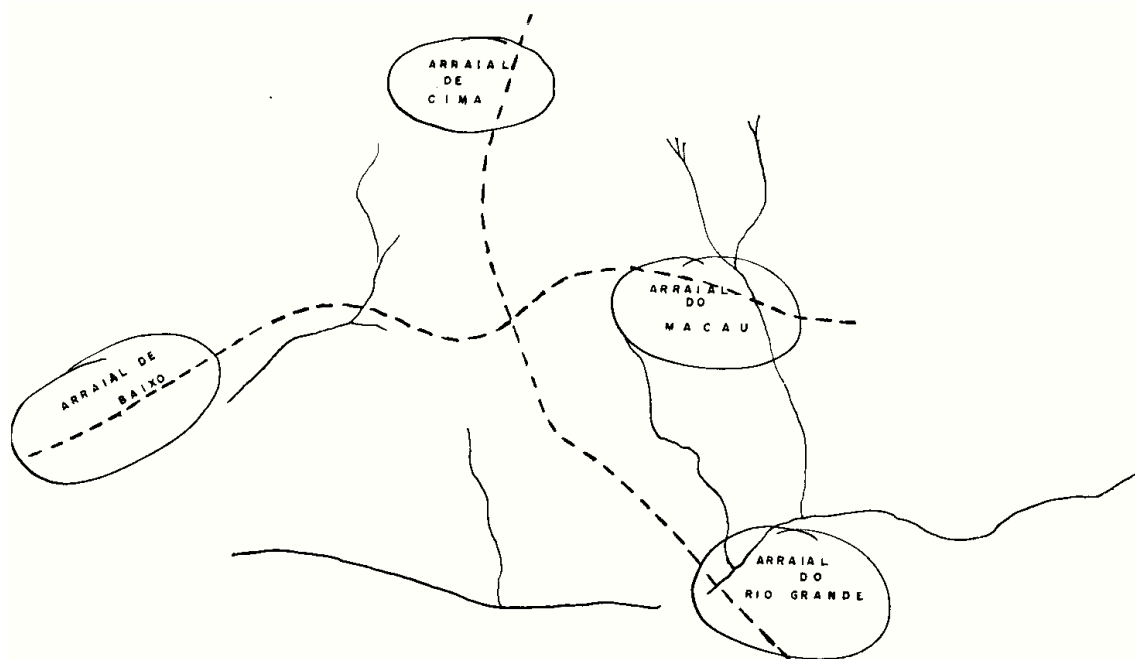


Fig. 4 — Os arraamentos mudam de nome.

Figura 11: Os arraamentos mudam de nome.

Fonte: Vasconcellos, 1959. P. 138.

Em um segundo momento, as vias de ligação entre os quatro arraiais delimitaram, ainda que espontaneamente, o local onde se edificou as construções do centro histórico. Seguindo a orientação das vias principais, o traçado interno do centro ficou razoavelmente reticulado e concentrado. Vasconcellos (1959) reitera que “é curioso observar que a configuração do centro da povoação, constituído pelas ruas Direita, Contrato e Quitanda/Carmo constitui uma área mais ou menos triangular, com vértice na Matriz.” A área periférica estava fora dos limites das vias principais. A solução urbanística do Tejuco pautou-se na concentração, ao contrário do que se observa em outras cidades coloniais mineiras, como é o caso de Ouro Preto que teve um desenvolvimento linear, que Vasconcellos (1977) denomina *caminho tronco* em sua obra Vila Rica. Outro ato que influenciou, diretamente, na concentração das edificações, na área delimitada na Fig. 12, é o estabelecimento da Real Extração em 1772. A cidade foi fechada para livre trânsito e permanência de pessoas, sendo preciso obter permissão para passar ou permanecer em terras diamantinas. O fato parece ter freado uma possível expansão urbana derivada do volume de pessoas interessadas em tentar a sorte no garimpo de diamantes.

O arraial transforma-se em cidade fechada. Tais circunstâncias promovem conformações sociais e urbanísticas diversas das verificadas na zona do ouro. A riqueza concentrada determina a formação de restrita elite de funcionários, em meio à multidão escrava ou sob rigoroso controle. A povoação é um oásis proibido no deserto sertanejo. (VASCONCELLOS; LEFÈVRE. 1968: 41)

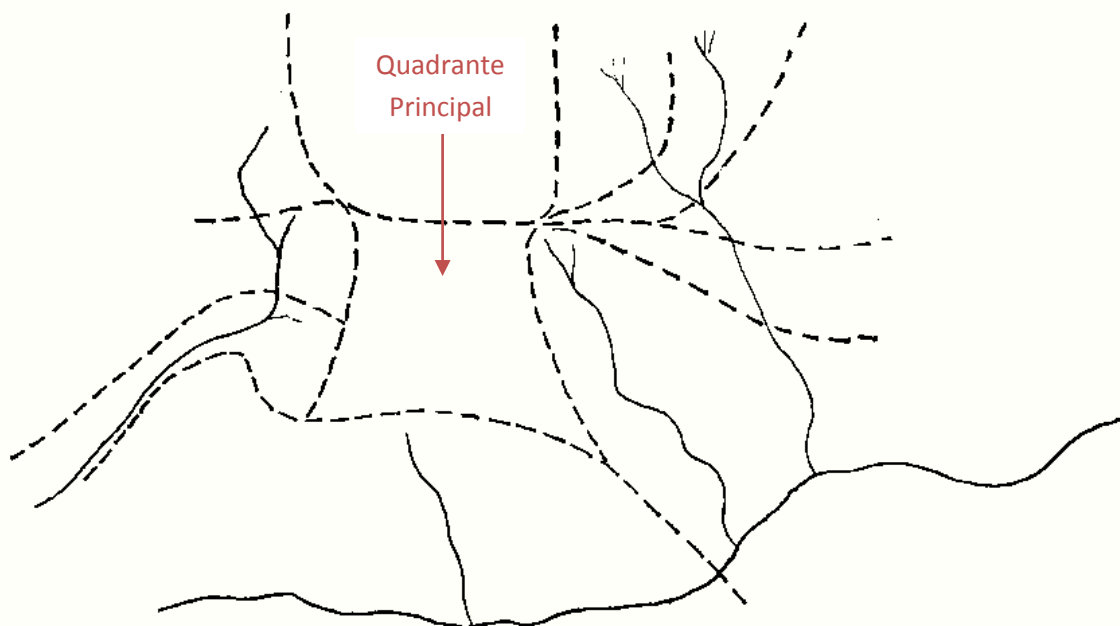


Fig. 5 - - Ligar-se os arraiais periféricos, dois a dois, por intermédio de tangentes ao núcleo central.

Figura 12: Formação do núcleo central de Diamantina.  
Fonte: Vasconcellos, 1959. P.139.

Neste cenário, consolida-se na área central do Arraial do Tejuco a Rua Direita e a Praça da Matriz de Santo Antônio, que serão objetos de uma análise mais detalhada neste trabalho. No limite externo do quadrante principal, algumas ruas mudam de nome, mesmo havendo continuidade da via fora dos contornos do centro, conforme evidenciado na Fig. 10. Este fato ocorre, por exemplo, com a Rua Direita que recebe outra nomenclatura ao extrapolar o núcleo central do então Arraial do Tejuco, passando a se chamar Rua Vieira Couto. Estas são algumas das particularidades que chamam atenção do visitante e despertam no residente o sentido de pertencimento e valorização do lugar. Compreender a formação do tecido urbano permite apreciar a história e entender o porquê da localização das edificações.

Diamantina é singular em sua maneira de ser, tanto física como abstrata. Sua fisionomia concreta é feminina e frágil; o caráter de sua gente, alegre e generoso. A natureza contribui para tanto: são limpos os campos próximos, tintos de verde-seco, pintalgado de flores. O céu é de um azul luminoso incomparável, responsável pelo colorido pastel que se derrama pelo cenário. (VASCONCELLOS; LEFÈVRE. 1968:43)

A seguir, realizar-se-á a caracterização da Rua Direita de Diamantina a partir do fato urbano, a fim de que seja possível traçar uma proposta de interpretação do patrimônio nos moldes do que será trabalhado no centro histórico da cidade, embasada em estudos como os apresentados por Vasconcellos (1959).

### 3.1.2 Aspectos da Rua Direita de Diamantina

Como já citado, anteriormente, a história de Diamantina é ligada à exploração do ouro e diamante. SANTOS (1956) relata a situação da área no período da ocupação no qual “a Rua Direita e o Largo de Santo Antônio, hoje aformoseados com ricos e elegantes edifícios, eram de uma densa mata, onde os mineiros cortavam madeira para o labor e a construção de seus humildes tugúrios.” A ocupação foi rápida e o surgimento do povoado foi se adensando com a chegada de novos mineiros (Fig. 13 e 14).



Figura 13: Casario colonial da Rua Direita  
Foto: Rafael Ciquella (05 ago. 2010)



Figura 14: Casario colonial da Rua do Amparo  
Foto: Rafael Ciquella (05 ago. 2010)

Durante o processo de ocupação, uma das vias que interligava os arraiais estava a frente da igreja Matriz de Santo Antônio, denominada Rua Direita. Era uma via principal onde residiam personalidades importantes no período colonial e, segundo relato de Aires da Mata Machado,

A travessa Barão de Guaicui leva-nos à praça Conselheiro Mata. Ganhando a seguir a rua Direita, ou Tiradentes, a primeira casa que encontramos, à direita, foi a residência do inconfidente Rolim, hoje ocupada pelo Museu do Diamante. São de notar, um pouco acima, um sobrado com pinturas no teto, visíveis da própria rua, e o chamado sobrado dos Brants, de três andares, o cinema e a União Operária, na esquina da rua das Mercês pela qual vamos subir até o ângulo com a rua Augusto Néelson, que, dobrando a direita, nos leva à Avenida Getúlio Vargas, rumo da Estação da Central. (MACHADO, 1957:184)

O traçado urbano e a arquitetura civil da Rua Direita externalizam a beleza do conjunto urbano e guardam segredos da sociedade diamantinense. A casa do inconfidente Rolim, importante personagem da história mineira; a Igreja Matriz, que congrega boa parte da população da cidade e ocupa lugar de destaque na paisagem diamantinense; o cinema, espaço de lazer e cultura da população local; o sobrado dos Brants, tradicional família diamantinense... A análise do texto permite afirmar que a

mescla de usos privado, público e semi-público é observada na Rua Direita desde sua formação. Em pesquisa realizada nos arquivos do IPHAN lê-se:

A ausência de um centro político definido em Diamantina reunindo instituições representativas dos interesses da comunidade, não favoreceu a formação de um espaço urbano-arquitetônico de ligação, coesão e concentração. Entretanto, a proximidade de dois dentre os principais edifícios acabou estabelecendo um centro público relativamente semelhante aos demais importantes núcleos urbanos mineiros, o Largo de Santo Antônio, marcado pela Casa da Intendência, construída entre 1734-1735, atual sede da Prefeitura Municipal de Diamantina, e pela Igreja de Santo Antônio, edificada neste mesmo período, no local onde hoje se encontra a catedral Metropolitana. No início do século XIX, com a autonomia administrativa do arraial, alguns dos antigos prédios que passaram a abrigar as instituições oficiais e outros construídos, dando uma nova conotação aos espaços públicos, antes só ocupados por ocasião das festas religiosas. (DOSSIÊ DO PATRIMÔNIO, 1999)

Esta descrição do espaço ratifica a diversidade de usos do centro histórico diamantinense que, ao longo dos séculos, é palco para festejos religiosos, acolhendo procissões, cortejos e ritos de origem católica. O Arraial do Tejuco despertou o interesse de alguns viajantes e, dentre eles,

Saint-Hilaire encontrou no Tejuco ‘um ar de abundância que não havia observado em nenhuma parte da Província, [...] mais instrução que em todo o resto do Brasil, mais gosto pela literatura e um desejo mais vivo de instruir’ (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 29-33 apud FURTADO, 2007). [...] Ele se deslumbrou com o ambiente de luxo e abundância que ali reinava e com a pujança do comércio local, onde as lojas estavam abastecidas de objetos importados, como louças inglesas e da Índia, tudo transportado no lombo de burros. (FURTADO, 2007:317)

Percorrer o centro histórico atento aos detalhes do conjunto urbano permite “decifrar” a cidade de Diamantina e sentir-se revivendo nuances do período colonial. A inserção de instrumentos interpretativos, que valorizem áreas e elementos identificados pela comunidade, amplia a percepção do visitante sobre o lugar. A Rua Direita é uma das vias mais antigas de Diamantina e faz parte do tecido original, conforme relata Vasconcellos (1959) e Santos (1956). O processo de ocupação da Rua Direita é descrito por Joaquim Felício dos Santos, no trecho a seguir:

É o que narra a antiga tradição sobre a origem do Tijuco (hoje cidade Diamantina) (...) que em sua origem o arraial só ocupava o pequeno circuito que abrange as atuais Ruas da Beata, do Burgalhau e do Espírito Santo, além de um outro colmado mais distante. O Largo do Bonfim era uma pequena e verdejante campina, sombreada por uma copada gameleira, onde à tarde costumavam se reunir os habitantes fatigados do trabalho do dia a espaiecerem em uma inocente e folgazona palestra. A Rua Direita e o Largo de Santo Antônio, hoje aformoseados com riscos e elegantes edifícios, eram de uma densa mata, onde os mineiros cortavam madeira para o labor e a construção de seus humildes tugúrios. Gigantescos toros de braúna e de peroba foram cortados em um torrão mais fértil, onde é o Arraial de Baixo, e

que então era um covil de feras bravias. As Ruas do Macau, Chafariz, São Francisco e Cavalhada, descendo da Gupiara até o Rio Grande, eram um vasto tremedal, que no tempo das águas se alagava, tornando intransitável e servia como barreiras às feras, que, acossadas pelos índios, subiam pelo desfiladeiro apertado do Arraial de Baixo. (SANTOS, 1956:53)

Numa situação em que o colonizador precisava ocupar rapidamente para ter condições de ampliar e consolidar a exploração diamantífera, o ambiente de natureza diversificada e terrenos com elevado desnível eram dificultadores. Conforme descrito por Felício dos Santos, as madeiras retiradas das áreas colonizadas eram utilizadas na construção das edificações. E, neste aspecto, a Rua Direita abriga um casario colonial e histórias curiosas como a da Catedral Metropolitana de Santo Antônio, que evidenciam a ligação do passado com o presente através da arquitetura preservada do século XVIII.

A Catedral Metropolitana foi construída, entre 1933 e 1940, no mesmo local da Igreja Matriz de Santo Antônio do Tejuco, edificação construída no séc. XVIII e demolida para reconstrução da nova Catedral. A reconstrução alterou a configuração da igreja, que passou a ocupar parte do espaço que, antigamente, compunha o largo da Matriz. Além de retirar a entrada principal da Rua Direita. Para Andrade (1969), “das igrejas ou capelas de ordens terceiras, irmandades e confrarias mineiras, importa assinalar que representam, por meio de seus exemplares principais, a melhor contribuição da arquitetura brasileira para o patrimônio artístico universal.”

A Igreja Matriz de Santo Antônio foi erigida, no início da ocupação da região, sobre um ponto de destaque na paisagem e com a frente voltada para a Rua Direita. Para Cannigia (S/D), a posição das igrejas em posição central no tecido urbano e, geralmente, nos terrenos mais elevados, são reflexos do caráter barroco. Marx (1991)<sup>22</sup> completa esta observação ao afirmar que a posição da igreja é escolhida pelos fiéis de forma a impulsionar a construção de suas casas nos arredores, dando origem aos arraiais. Para ele, a igreja é fator primordial para a formação do tecido urbano, e a influência eclesiástica, torna-se tão maior quanto mais importante for o templo em questão. Em contrapartida, Santos (2001) lembra que a posição central da igreja é uma herança medieval muçulmana que foi incorporada e replicada pelos portugueses em suas colônias.

(...) O costume de se destacar o templo na paisagem transcendia, por isso, uma questão de lógica, uma força da tradição, uma vontade plástica. Obedecia, na verdade, a uma legislação clara a ser cumprida se se quisesse a

<sup>22</sup> No anexo 02 apresenta-se um esquema de evolução urbana proposta por Marx (1991) que é definido principalmente por marcos religiosos. Na oportunidade, faz-se um esforço comparativo da fundação do Arraial do Tejuco até ele ser elevado à condição da cidade, denominada Diamantina.

sagração, ainda que de uma pobre capelinha, se se desejasse a sua aceitação e eventual promoção futura pela Igreja, que a reconheceria como tal; que lhe conferiria, pelos seus estritos rituais, a qualidade de local onde se poderiam oferecer os sacrifícios e os sacramentos; que lhe indicaria um sacerdote, em caráter permanente ou não. (MARX, 1991: 22)

A reconstrução da igreja, no século XX, aumentou a monumentalidade da edificação, transformando-a em Catedral Metropolitana de Santo Antônio. Houve um destaque da edificação no conjunto, atribuindo a ela realce visual. Torna-se não apenas um símbolo da religiosidade, mas também um marco referencial da cidade.

(...) o local da igreja matriz, (...) que possibilitava o seu contorno quando das procissões; aquele setor da povoação privilegiado pela concentração de gente, de atividades e de negócios que a proximidade do templo estimulava. A presença diante do edifício religioso, de um espaço aberto, de seu adro, palco de tantos e tão variados agrupamentos, objeto de carinho e do gasto maior da comunidade, conservado, ampliado e composto sempre com mais empenho e capricho, alcançará também outra dignidade e expressão. O mesmo espaço aberto, a mesma articulação, todavia, ou seja, o ponto focal, institucional e espacial permanecerá o mesmo num outro estágio da evolução social e institucional, que reflete – o que realmente importa – uma outra etapa da evolução urbana da localidade. (MARX, 1991: 27 e 28)



Figura 15: Procissão na Rua Direita  
Fonte: (autor desconhecido)



Figura 16: Antiga Igreja da Sé de Santo Antônio  
Fonte: (autor desconhecido)

Destaca-se que o visitante registra mentalmente alguns marcos referenciais no espaço, para facilitar seu deslocamento em um lugar ainda desconhecido. No caso de Diamantina, certamente a Catedral Metropolitana é uma das principais referências no centro histórico (Fig. 17, 18 e 19).



Figura 17: Vista da cidade de Diamantina  
Fonte: autor desconhecido



Figura 18: Catedral de Santo Antônio  
Foto: Rafael Ciquella (20 set. 2010)



Figura 19: Vista da cidade de Diamantina com a Catedral de Santo Antônio  
Foto: Rafael Ciquella (20 set. 2010)

O centro histórico de Diamantina mantém vivas as tradições herdadas do período do garimpo. Santos (1956) relata que as procissões passavam pela Rua Direita. No período colonial, a Rua Direita ligava os núcleos (arraiais) e, hoje, interliga monumentos históricos que se transformaram em atrativos turísticos. É um importante caminho que o visitante percorre para conhecer a cidade. As calçadas da rua são estreitas e íngremes com a presença de muitos degraus em alguns trechos. Desde o período colonial, até os dias atuais, esta via é um importante acesso entre os pontos da cidade, de onde se observa casarões bem conservados e um conjunto arquitetônico bastante expressivo.



Figura 20: Rua Direita antes da demolição da Igreja Matriz de Santo Antonio.  
Fonte: (autor desconhecido)



Figura 21: Rua Direita de Diamantina  
Província de Minas Gerais, 1868.  
Fonte: Fotografia de Augusto Riedel.  
Coleção Biblioteca Nacional



Muitos dos casarões são comerciais, sendo que alguns foram transformados em empreendimentos ligados a atividade turística, como é o caso das agências de viagens, restaurantes e museus. O centro histórico diamantinense e, em especial a Rua Direita, é um espaço onde vivências culturais da população são mantidas através do comércio local, da continuidade de celebrações e festas que acontecem periodicamente. Empreendimentos de lazer também ocupam este espaço. O Planetarium, uma casa de shows, é um dos principais pontos de encontro da juventude residente. Os estudantes das universidades movimentam Diamantina e dão uma feição cosmopolita. Nos dias úteis, o movimento na Rua Direita é intenso pelo fato dela abrigar boa parte do comércio local, e ainda por ser o principal ponto de ligação entre as regiões leste e oeste da cidade. É um espaço bastante utilizado pela população local e por turistas e sua declividade propicia ao caminhante observar o conjunto arquitetônico e marcos paisagísticos da cidade. Uma das explicações para justificar a diversidade<sup>23</sup> de usos da

---

<sup>23</sup> Jane Jacobs (2000:165) discute o conceito de diversidade onde pressupõe a convivência de várias atividades para manter os sistemas urbanos em harmonia. E exemplifica algumas condições básicas para gerar uma diversidade exuberante nas ruas e nos distritos:

1. **A necessidade de usos principais combinados:** O distrito, e sem dúvida o maior número possível de segmentos que o compõem, deve atender a mais de uma função principal; de preferência, a mais de duas. Estas devem garantir a presença de pessoas que saiam de casa em horários diferentes e estejam nos lugares por motivos diferentes, mas sejam capazes de utilizar boa parte da infraestrutura.

Este item é observado na Rua Direita de Diamantina que atende a diversos públicos e possui empreendimentos comerciais que funcionam durante o dia e a noite sendo direcionados para residentes e visitantes.

2. **A necessidade de quadras curtas:** A maioria das quadras deve ser curta; ou seja, as ruas e as oportunidades de virar esquinas devem ser frequentes.

As quadras são curtas e irregulares pois não há uma similaridade no tamanho das mesmas. Além disso, a declividade em alguns pontos é mais acentuada, ficando claro que os pedestres se aglomeram mais frequentemente na Praça da Sé, início da Rua Direita, por ser mais aplainado e possuir ampla área para permanência tranquila das pessoas enquanto os veículos continuam a transitar no local.

3. **A necessidade de prédios antigos:** O distrito deve ter uma combinação de edifícios com idades e estados de conservação variados, e incluir boa porcentagem de prédios antigos, de modo a gerar rendimento econômico variado. Essa mistura deve ser bem compacta.

A maioria dos prédios localizados na Rua Direita de Diamantina são tombados pelo IPHAN o que pressupõe a preservação e conservação dos mesmos. Os imóveis situados nesta área são muito valorizados e torna-se difícil manter atividades pouco rentáveis neste local pois os aluguéis são consideráveis.

4. **A necessidade de concentração:** Deve haver densidade suficientemente alta de pessoas, sejam quais forem seus propósitos. Isso inclui alta concentração de pessoas cujo propósito é morar lá.

Esta prerrogativa também é atendida pela Rua Direita em Diamantina que possui edifícios comerciais, residenciais, públicos, semi-públicos e, muito comum, parte da edificação ser comercial e, outra, residencial. O local ainda preserva os famosos quintais que são espaços tradicionais das famílias diamantinenses.

Rua Direita, ao longo do tempo, é que “a escolha do sítio natural e o traçado da malha urbana vão definir as características ou a personalidade da localização comercial” (AMARO, 2006) que é influenciada pelo número de esquinas, a declividade e a proximidade do centro. Para Amaro (2006), “relevos distintos oferecem ‘espaços cênicos’ distintos e alguns deles indicam, acolhem ou favorecem o encontro de compradores e vendedores” o que, no caso da Rua Direita, propiciou a instalação de equipamentos de comércio, consolidando a via como de uso misto, haja vista que parte do comércio local convive com empreendimentos voltados para turistas. Além disso, as atividades voltadas para a comunidade também são bastante variadas, incluindo casa de shows, papelaria, loja de conserto de sapatos, restaurantes, museus... Jacobs (2000) afirma que os visitantes farejam os locais em que já há vida e os procuram para compartilhar dela, alimentando-a ainda mais.

As manifestações culturais que desfilam pelo centro histórico e também pela Rua Direita são alvo constante da discussão entre sustentabilidade cultural e a transformação das mesmas em espetáculo. A festa do Divino Espírito Santo, carinhosamente chamada de Festa do Divino, é uma das mais tradicionais da cidade. Por ser de origem europeia, nas roupas é enaltecida a pompa e o exagero das cortes reais. Na Festa do Divino, percebe-se a demonstração de poder dos festeiros ao realizar uma apresentação mais pomposa a cada ano. Há uma concorrência velada e não declarada entre os participantes.

Em outra vertente existe a festa do Rosário, que também utiliza o mesmo espaço público para suas apresentações. Tem origem no culto africano aos santos católicos, em especial os negros. As roupas e paramentos usados são confeccionados em estilo africano e com materiais simples, que eram usados no período da escravocrata. Em parte, as roupas utilizam materiais que seriam descartados como lixo e, portanto, foram reciclados.

Sabe-se que os festeiros procuram marcar a apresentação em um final de semana que aconteça a Vesperata, a fim de aproveitar os turistas já presentes na cidade em função da mesma. Esta é uma estratégia questionada pelos técnicos da área de turismo, que buscam alternativas para atrair fluxo nos finais de semana que não ocorre a Vesperata. Observa-se que há uma distorção na função principal da festa que, originalmente, era religiosa, mas neste panorama é adequada a datas turísticas.

Um dos graves problemas do turismo cultural e histórico tem sido a falta de planejamento. Grandes operadoras internacionais, interessadas apenas em maximizar seus lucros, começaram a vender determinados atrativos culturais em diversas partes do mundo, ao sabor do próprio mercado. Os núcleos receptores, também no afã de lucro, criaram e recriaram produtos pseudoculturais, sem mediação de pesquisa, no estilo hollywoodiano, e merecem as críticas de muitos antropólogos. A intervenção de planejadores de turismo pode ser decisiva para que o turismo cultural possa ser um produto realmente autêntico e trazer benefícios não somente econômicos como também socioculturais aos protagonistas. Pode-se criar um produto turístico cultural sem falsificações para agradar aos turistas. Basta pensar que o produto está dirigido não apenas a uma platéia de curiosos forasteiros (estrangeiros ou não), mas também aos próprios cidadãos locais, que seu objetivo é mostrar às gerações jovens qual foi o processo pelo qual a sua sociedade passou para chegar ao ponto que se encontra. (BARRETO, 2000: 76-77)

Neste sentido, retoma-se as discussões acerca do envolvimento da comunidade local no desenvolvimento turístico, para que ela se reconheça como parte do lugar e se sinta representada em todo o processo interpretativo. Esta experiência já foi vivida em outros locais como a Grã-Bretanha, que assistiu ao patrimônio cultural desenvolver-se após sensibilizar e engajar grandes segmentos da população britânica por meio da interpretação e preservação do patrimônio ambiental urbano. Este se consolidou como o principal recurso da atividade turística, conforme relata Murta e Goodey (1995:21)<sup>24</sup>.

Atualmente a cultura britânica absorve – poder-se-ia dizer ‘consome’ – ambientes interpretados: por todo o país diversos tipos de trilhas sinalizadas apontam os principais recursos naturais e edificados de uma área; os centros de informação para turistas e visitantes fornece dados sobre a história de uma cidade e sua evolução até os dias atuais; painéis e mapas ilustrados informam e orientam moradores e visitantes sobre detalhes do tecido urbano; museus apresentam histórias e lendas locais através de uma variedade de técnicas, inclusive interpretações ao vivo; os eventos artísticos tornaram-se elementos essenciais para a manutenção de áreas comerciais e para o lançamento de novas áreas de expansão urbana. (MURTA; GOODEY, 1995:21) Grifo nosso.

---

<sup>24</sup> O trabalho destes autores, referido no texto, é um fascinante Guia de Interpretação do Patrimônio para o turismo sustentado, em que apontam os principais itens que devem ser considerados para a formatação de um plano interpretativo e apresentam experiências de sucesso. As prerrogativas conceituais de envolvimento da comunidade no processo de interpretação e de preservação do patrimônio são as bases fundamentais do Guia por eles proposto. Os autores relatam que “nos países europeus e nos Estados Unidos, os planos de interpretação ambiental com a participação da comunidade tornaram-se comuns, passando a influenciar decisivamente o próprio desenho urbano. Identificando áreas e elementos valorizados pelos moradores, a interpretação incentiva os urbanistas e as instituições públicas e privadas a reconhecerem e protegerem marcos importantes na paisagem. O processo de interpretação baseado na comunidade responde, pois, à necessidade do planejamento municipal de proteger e desenvolver um sentido de lugar, de transmitir seus valores, sua ecologia e sua história para as novas gerações.”

Observa-se que Murta e Goodey (1995:21) usam os termos interpretação do patrimônio cultural, do patrimônio ambiental e do patrimônio ambiental urbano como sinônimos. Para este tema tais conceitos podem ser tratados como sinônimos sem prejuízo na qualidade do trabalho e, a eles, acrescentar-se-ia interpretação da paisagem.

Democratizar o conhecimento do lugar consolidou-se como aliado fundamental para comunidade e visitantes. No entanto, quando realizada sem o devido planejamento, os resultados da interpretação são questionáveis como foi o caso de algumas cidades que

no afã de promover cidades e regiões como destinos turísticos, investindo na restauração, interpretação e apresentação de seu patrimônio, bem como na diversificação de seus atrativos, o hemisfério norte muitas vezes cometeu erros que se fizeram notar de forma mais aguçada apenas nos anos noventa. Em geral, o principal pecado foi a exclusão da população local de um planejamento que se fez sem uma efetiva parceria criativa entre órgãos de preservação e turismo, resultando na montagem de atrações históricas fossilizadas e pasteurizadas para o rápido consumo turístico, sem a vitalidade das práticas culturais e sociais das comunidades locais. (LANE BERNARD apud, MURTA; GOODEY, 2005:16)

O resgate histórico da formação urbana da cidade aliado às manifestações culturais é o ponto de partida para se traçar uma metodologia de trabalho que envolva a comunidade e permita a implantação de um projeto interpretativo de qualidade.

A fidelidade aos fatos históricos, ao que está guardado nos arquivos, tanto oficiais quanto da memória coletiva, a recuperação das histórias da vida cotidiana, a compreensão dos nexos entre os grandes feitos e a *petit histoire*, tudo isso é condição para trabalhar bem um recurso cultural do ponto de vista de sua aplicação ao turismo. (BARRETO, 2000:77)

## CAPÍTULO IV

### 4.1 INTERPRETAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE DIAMANTINA: UMA POSSÍVEL VISÃO REGIONAL?

O turismo oferece oportunidades e também nos coloca diante de novos desafios. O centro histórico de Diamantina se configura como espaço de lazer e objeto de consumo sob a ótica da atividade turística. Por outro lado, é também um lugar que faz parte do dia a dia de muitas pessoas que nele convivem, o tem como local de uso cotidiano. Deste modo, é delicada a definição de uma estratégia de interpretação do centro histórico que tenha a pretensão de incluir informações do entorno. Pressupõe-se a adoção de um tema que será a linha mestra de todo trabalho interpretativo. Neste sentido,

[...] o especialista em interpretação desempenha um papel crucial. De um lado, ele deve ser audacioso na leitura dos cenários, mas de outro tem que saber evitar temas polêmicos, datas imprecisas e informações que podem desagradar algum segmento social. (ALBANO, 2002: 280)

A interpretação produzida por especialistas de fora pode constituir-se em um problema. Um sistema que permita envolver a comunidade no processo de forma que ela se torne protagonista das estratégias de interpretação é um desafio que precisa ser alcançado.

Considera-se que o destinatário principal da interpretação é o turista que não é frequentador cotidiano do centro histórico e o visita em seu tempo livre. A definição clara dos objetivos e do público receptor das informações transmitidas a partir do processo interpretativo é um ponto fundamental.

Ao adotar um ou mais temas para se elaborar a interpretação, espera-se que o turista e o morador, ao caminharem pela cidade, sintam-se como parte de uma história que é viva, e precisa ser contada, apreciada e remontada a todo o momento. Assim, objetiva-se que sentimentos como o desejo de conhecer mais sobre o ambiente interpretado e a emoção de se entender como parte do lugar sejam despertados.

Na Escócia, a experiência do Projeto Estratégico de Interpretação das Highlands (Terras Altas, região norte) as instalações interpretativas envolvem uma gama de provedores do setor público, privado e do trabalho voluntário. A boa interpretação leva, como sabemos, a uma melhor experiência do visitante, o que beneficia vários segmentos do turismo. Não há exclusividade na prática interpretativa, que é exercida de várias formas por órgãos públicos e entidades privadas na Escócia. Despertar a consciência ambiental nas pessoas, ampliar sua apreciação do patrimônio e garanti-lo para as futuras gerações é vital para todas as comunidades e para o sucesso duradouro do turismo. No que se refere às Highlands e às Ilhas da Escócia, buscou-se este objetivo por meio de uma interpretação que reconhecesse o caráter único e especial de suas diferentes áreas. (GIBB, 2005:202)

A busca do “caráter único e especial” referido por Gibb (2002) é o que sugere o estudo da formação urbana de Diamantina como um possível direcionamento para o plano interpretativo, que deverá considerar também o garimpo de diamante, tema transversal que permeia todo o povoamento da região e foi o principal fator que levou a formação das cidades e lugarejos no período colonial. O garimpo de diamantes é a linha mestra que irá propiciar unidade a um possível plano interpretativo fazendo referência a toda região.

Abordar este tema como alternativa para a elaboração de um plano interpretativo é valorizar não apenas espaços já reconhecidos por órgãos oficiais do patrimônio como importantes, mas, todo o entorno e a relação da cidade de Diamantina com o mesmo. Este tema é um dos componentes da identidade regional que tem grande parte de sua história de povoamento ligado ao garimpo de diamante, e, em alguns casos, de ouro. O garimpo é o elo cultural e econômico de toda a região e, devido a isso, inspirou o nome da delimitação regional proposta pela Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais - Circuito dos Diamantes, conforme descrito no item 2.1.4<sup>25</sup> do Capítulo II.

Nesta perspectiva, alguns atrativos e espaços fariam referência a outros e assim sucessivamente, de forma a consolidar uma rede que instigaria o turista a visitar a região e, ao mesmo tempo, aumentaria a permanência dele por mais tempo na cidade de Diamantina. A infraestrutura de apoio<sup>26</sup> para receber o turista é um diferencial e faz com que muitos optem por realizar passeios nos arredores e retornarem para pernoitar.

Não houve exploração de diamantes onde se fundou o centro histórico de Diamantina. O garimpo, desde sua origem, cumpre papel de centralizador da sociedade

---

<sup>25</sup> Item 2.1.4 – Institucionalização ou políticas de governo

<sup>26</sup> Segundo Beni (2001:287) considera-se infraestrutura de apoio turístico as condições básicas necessárias que garantem uma boa qualidade de vida para a comunidade e à prática do turismo, tais como: sistema de transportes, sistemas de comunicação, energia elétrica, serviço de abastecimento de água, rede de esgotos e outros.

diamantinense em arraiais urbanos, conforme descrito no capítulo III desta dissertação. Visto de outra perspectiva, o garimpo é também um dispersor do núcleo urbano. A cada nova descoberta de pedras preciosas, um contingente considerável de pessoas se deslocava para os novos locais e, em geral, nestes pontos nascia um povoado. Assim, o garimpo é um dos fatores que influenciou a formação de arraiais. Contribuiu consideravelmente para a sociedade urbana do Alto Vale do Jequitinhonha uma vez que foi o motor para a ocupação do entorno do Distrito Diamantino. Analogamente, do ponto de vista do turismo, espera-se que a elaboração de um possível plano interpretativo cumpra papel semelhante de centralizar informações e, ao mesmo tempo, propiciar que as pessoas visitem as localidades do entorno.

Seguindo tais preceitos<sup>27</sup>, propõe-se a instalação de centros de referência no centro histórico de Diamantina que atuem de forma complementar e abordem os temas supracitados. Um deles seria no Museu do Diamante, que adquiriria um formato que possibilitasse compreender a atividade garimpeira em si, disseminando suas práticas e técnicas, além de divulgar alternativas de vivenciar atividades ligadas ao garimpo na região dos diamantes. O outro seria no Mercado Velho, espaço de convivência social e trocas comerciais desde o período colonial. Posto isso, apresenta-se de forma sucinta um possível abordagem de interpretação do patrimônio que incorpore os posicionamentos defendidos na dissertação.

---

<sup>27</sup> Segundo Miranda (2005:96) “a interpretação deve provocar atenção, curiosidade ou interesse na audiência. Se não atraímos a atenção, dificilmente poderemos transmitir uma determinada mensagem, ou algum conteúdo, ao público visitante;

- deve relacionar-se com a vida cotidiana do visitante. Deve conectar-se com o “eu” e com os esquemas mentais do visitante, para que este “personalise” a informação que recebe e a entenda como algo útil e de interesse para ele;

- deve revelar a essência do significado do lugar ou do objeto. É como um “destilado” da informação disponível, uma vez que nem sempre se pode transmitir ao visitante tudo o que se sabe sobre um determinado sítio ou fenômeno (natural ou cultural);

- deve unir as partes em um todo. Cada lugar pode apresentar diferentes aspectos e conter muitos detalhes, que terão que inter-relacionar para transmitir uma ideia coerente;

- é uma “arte”, portanto deve produzir impacto no público. Isto significa que além de transmitir significados, deve-se produzir sensações e emoções. E os responsáveis pela interpretação – como os bons comunicadores – devem aplicar as técnicas disponíveis, com grande dose de criatividade, para chegar ao coração das pessoas.”

#### 4.1.1 Centro de Referência do Garimpo – Museu dos Diamantes

As histórias, as técnicas e as conquistas do garimpo de diamantes encontram-se compiladas no Museu dos Diamantes que, transformar-se-á em Centro de Referência do Garimpo. No local, pode-se (re)viver a história da extração desta pedra preciosa. Apresentam-se, de forma cronológica, curiosidades sobre a atividade econômica além de mostrar as ferramentas que foram utilizadas pelos garimpeiros, as formas e a evolução do processo extrativo, a riqueza da Real Extração, etc. O Museu, situado na Rua Direita, ocupa uma área privilegiada para a visitação turística, no incipiente centro cívico da cidade, ao lado da Igreja Matriz de Santo Antônio, próximo ao Mercado Velho e à Rua da Quitanda. A Rua Direita reafirma-se como importante via de acesso urbana conforme análises do capítulo III, item 3.1.1<sup>28</sup>.

A edificação que abriga o Museu dos Diamantes é de propriedade do IPHAN e foi residência do Inconfidente Rolim, personalidade que teve destaque na sociedade diamantinense no período colonial. No local, o visitante conhecerá como era a vida de um garimpeiro e será instigado a conhecer, nos arredores da cidade próximo à rodovia que liga Diamantina à cidade de Gouveia, um garimpo legalizado e artesanal aberto a visitação, denominado Garimpo Real. Nele, os turistas poderão conhecer a rotina de um garimpeiro, entender as diferentes formas de extração, usar a bateia, conhecer os abrigos onde os garimpeiros descansam e se alimentavam e etc. Esta prática denominada turismo vivencial pode ser entendida como a imersão de um visitante na experiência diária de uma atividade praticada por residentes do local visitado. O Centro de Referência apresenta de forma lúdica e envolvente os atributos do Garimpo Real para que o turista que esteja na cidade, tenha interesse em conhecer este lugar que é tão representativo para a formação histórica diamantinense (Fig. 22).

---

<sup>28</sup> Item 3.1.1 – Aspectos da Rua Direita de Diamantina





Figura 22: Garimpo Real  
Foto: Erika Alves (05 nov. 2010)

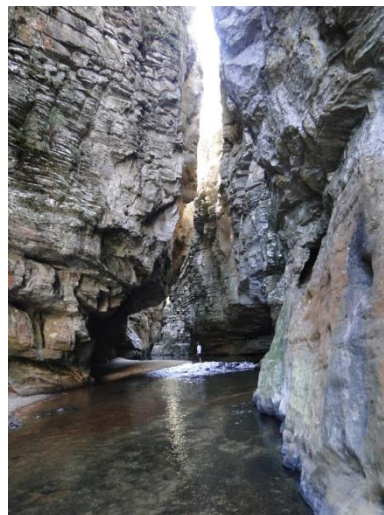


Figura 23: Cãnion do Funil  
Foto: Erika Alves (30 jun. 2010)

Também no Centro de Referência, será possível conhecer algumas façanhas de garimpeiros que, em busca de enriquecimento, empreenderam grandes obras de engenharia civil, como a extração de diamantes do Cãnion do Funil (Fig. 23). Assim, espera-se que os visitantes sintam-se motivados a conhecer o Cãnion situado no município de Presidente Kubistchek. Município de pequena expressão do ponto de vista turístico (Fig. 24) que dista aproximadamente 60 km do centro histórico de Diamantina. Distância que está de acordo com os pressupostos teóricos propostos pela teoria do espaço turístico elaborada por Boullón (2002) e apresentada no capítulo II.



Figura 24: Praça de Presidente Kubistchek  
Foto: Rafael Ciquella (30 jun. 2010)

O Cãnion do Funil é um atrativo natural de beleza singular e teve sua configuração natural alterada após a exploração garimpeira, havendo o aprofundamento do leito do rio. O local foi intensamente procurado para retirada de diamantes e protagonizou histórias de superação tecnológica de extração em um rio encaixado no cãnion. Este atrativo natural é um ponto turístico relevante do ponto de vista natural e cultural para as pessoas que querem conhecer um pouco mais sobre a região.

Também de relevante importância no contexto da exploração do diamante é o arraial de Mendanha<sup>29</sup>, localizado a aproximadamente 27 km do centro histórico de Diamantina em um dos caminhos que levam para o Vale do Jequitinhonha. O arraial possui o clima mais ameno que a sede municipal (Diamantina) e é banhado pelo Rio Jequitinhonha. Neste local, o rio teve seu leito revolvido para extração de diamantes, passou por processos artesanais e, em seguida, mecanizados de extração, deixando marcas visíveis e um leito bastante assoreado. Diante disso, Mendanha no Centro de Referência do Garimpo, cumpre o papel de disseminar parte da história do diamante ao mesmo tempo em que situa Diamantina no Vale do Jequitinhonha. Neste caso, pode-se usar e estimular o turista a conhecer o Vale em si, e, assim, contribuir para que a dinamização econômica regional seja efetiva. Diamantina é polo do Alto Vale do Jequitinhonha em relação à educação, saúde e comércio. Na atividade turística a situação se repete. Por isso, implantar ações de divulgação das potencialidades do Vale são fundamentais para se ampliar o conhecimento sobre a região, e, conseqüentemente, despertar o desejo de conhecê-la. O propósito de desenvolver toda a região é também compartilhado pela UFVJM, conforme análises apresentadas no cap. II, item 2.1.4<sup>30</sup>.

O Vale do Jequitinhonha, no âmbito turístico, tem sua mais famosa expressão ligada ao artesanato de cerâmica. No entanto, as manifestações culturais e a singularidade da paisagem expõem feições dos biomas que transitam entre o cerrado, a mata atlântica e a caatinga. Tamanha diversidade é um diferencial que pode ser aproveitado com objetivos turísticos. Embora haja estas possibilidades, o Centro de Referência do Garimpo, irá referenciar Mendanha como um dos portões de entrada do Vale do Jequitinhonha a partir da cidade de Diamantina, mas não aprofundará nas questões ligadas ao Vale, que poderiam se consolidar como tema de um plano interpretativo.

Retomando o debate sobre técnicas garimpeiras, pode-se interpretar as marcas na paisagem derivadas da extração de diamantes. São catas, grupiarias, rios revolvidos, desvios de cursos d'água e marcas na cultura da sociedade local, conforme abordagem do capítulo II, item 2.1.6<sup>31</sup>. Em alguns locais, como o Cânion do Funil em Presidente

---

<sup>29</sup> Privilegiado por clima ameno, Mendanha é um dos mais antigos arraiais da região, habitado desde os tempos coloniais, quando ali era intensa a atividade mineradora. A comunidade teve papel fundamental na interligação de antigos caminhos e estradas à região diamantífera. (PINHO, 2010:19)

<sup>30</sup> Item 2.1.4 - Institucionalização ou Políticas de Governo.

<sup>31</sup> Item 2.1.6 – A influência da cultura do garimpo na atividade turística em Diamantina

Kubistchek, e o Rio Jequitinhonha na localidade de Mendanha, encontram-se destroços de dragas que foram utilizadas para a extração diamantífera. São pedaços do maquinário abandonado que possibilitou revolver os rios e extrair a maior parte dos diamantes nele contidos. Segundo Santos (1984:01)

a história do homem acaba sendo enquadrada pelos espaços que inventou para que neles acontecesse a sua história. Não há maneira de pensar espaço significativo desacompanhado de história que o explique (quando se trata dos chamados ‘povos sem história’ substitua-se história por mito...). Da mesma forma, é impossível imaginar história ou mito não referenciados a espaços reais ou imaginários. (SANTOS, 1984:01)

Outra marca na paisagem resultante da riqueza proporcionada pelo diamante no período colonial, são as edificações religiosas. A abundância de recursos permitiu à sociedade da época investir parte de suas economias em obras religiosas que são, na grande maioria, resquícios de um período áureo. Lordello (2008) relembra que um das “particularidades do traçado diamantinense é a localização das igrejas, integradas ao casario, não dominando visualmente a malha urbana, e ostentando pequenos adros, de singelos desenhos.” O Centro de Referência pode, neste caso, abordar a questão da religiosidade sob a ótica do garimpeiro e, a influência deste pensamento na formação urbana da cidade. A Rua Direita é um ponto privilegiado para tal abordagem por abrigar a Catedral Metropolitana, antiga Igreja Matriz, e ser uma das vias onde as personalidades importantes do período colonial residiam<sup>32</sup>.

O Centro de Referência incita o turista a visitar os monumentos religiosos de Diamantina e região, e desperta o expectador para a importância de tais edificações na formação do povoado. Conforme descrito no capítulo III, item 3.1, a formação dos núcleos urbanos está diretamente ligada às convicções religiosas, com destaque para a religião católica. Assim, a religião cumpre papel central na formação urbana de Diamantina, ao lado da atividade econômica do garimpo, e aponta as dicotomias de uma sociedade em conflito característica do barroco. Como marca na paisagem, as edificações religiosas se destacam e são elementos de referência espacial para turistas e moradores.

Sugere-se reservar um espaço para este assunto e destacar as festas religiosas, expressões da cultura diamantinense que revelam costumes e influências da atividade

---

<sup>32</sup> Ver item 3.1.1 – Aspectos da Rua Direita de Diamantina

garimpeira nas vestimentas, na gastronomia e no modo de fazer destas manifestações herdadas do período colonial.

[...] A partir da interpretação patrimonial pode-se refletir sobre questões polêmicas, como o que fazer com a cultura resgatada apenas em vídeos e discos e propagandas em diversos idiomas. Os grupos que manifestam a cultura vivem de que modo, quanto aos seus direitos coletivos e individuais? O que os discos e vídeos vendidos revertem para os grupos culturais? (FARIAS, 2005:60)

São questionamentos pertinentes e profundos que precisam ser levantados e debatidos abertamente para que se alcance um trabalho interpretativo de qualidade. Questões estas que, sugere-se, sejam esgotadas em outra pesquisa.

Ao pensar sobre a religiosidade sob a ótica do turismo há que se referenciar a presença de um considerável público idoso que visita Diamantina com objetivo de apreciar a Vesperata. Este é um dos perfis que se interessa pelo segmento religioso<sup>33</sup>, e confrontá-lo com informações desta natureza, é uma forma de mantê-lo na cidade por mais dias e instigá-lo a retornar. Alguns eventos periódicos como a Festa do Divino Espírito Santo e a Festa do Rosário, referidas no capítulo III, item 3.1.1, já motivam a viagem de alguns turistas que buscam conhecer as manifestações religiosas.

Olhar a cidade valoriza o desenho das ruas e elucida detalhes das edificações construídas. É no espaço público das vias urbanas que se dá o convívio social, o encontro entre visitantes e turistas ávidos por conhecer um pouco mais sobre o lugar visitado. Na atividade turística

[...] o meio urbano configura-se no maior desafio em termos de reordenação de nossas vidas em favor da sobrevivência. Se quisermos repensar a cidade, reconhecendo a sua importância cultural e econômica advinda da convergência humana, é para o futuro que devemos olhar; é a crença em um futuro sustentável que deve orientar a nossa busca por uma melhor compreensão dos centros urbanos e das formas de construir e de reconstruí-los. Nessa perspectiva, o passado é apenas um espetáculo à parte. (GOODEY, 2005:76)

A fim de compreender e debater os desafios impostos por um centro histórico reconhecido como Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO, há que se

---

<sup>33</sup> Segundo classificação proposta pelo MTur (2009:76) Turismo Religioso é um nicho do denominado Turismo Cultural e caracteriza-se por atividades turísticas decorrente da busca espiritual e da prática religiosa em espaços e eventos relacionados às religiões institucionalizadas, independentemente da origem étnica ou do credo. E caracterizam-se pelo deslocamento aos locais para participação em eventos de natureza religiosa: peregrinações; romarias; roteiros de cunho religioso; retiros espirituais; festas, comemorações, apresentações artísticas de caráter religioso; encontros e celebrações relacionadas à evangelização de fiéis, visitação a espaços e edificações religiosas, etc.

trabalhar o envolvimento da comunidade de forma que os moradores e estudantes de áreas afins das Universidades da região, sejam encorajados a propor projetos de intervenção no centro histórico tendo como objetivo a interpretação do patrimônio.

Sabe-se que atitudes de descentralização do poder e de planejamento integrado (poder público, privado e sociedade civil) requerem tempo e uma habilidade considerável do mobilizador. O planejamento interpretativo é apenas mais uma das opções para se trabalhar a identidade do lugar. Por fim, coloca-se que os assuntos sugeridos não pretendem esgotar a questão e sim propor alguns direcionamentos para o planejamento interpretativo do local.

#### **4.1.2 Centro de Referência do Garimpo - Mercado Velho<sup>34</sup>**

O Mercado Velho, oficialmente denominado Centro Cultural David Ribeiro, se consolidou como um dos ícones da cidade de Diamantina e possibilita através de feiras e eventos que nele acontecem, a manutenção de costumes sociais como a compra e venda de produtos da região. O local seria um dos espaços de referência no que tange a disponibilizar informações sobre a sociedade formada com a exploração do garimpo de diamantes na região.

A escolha do Mercado deve-se ao fato de ser um lugar de encontro da população residente com o mundo (desde o período colonial por meio do tropeirismo e, posteriormente, sob a influência dos turistas). Protagonista de situações vividas pelos encontros e despedidas da sociedade diamantinense com tropeiros e viajantes, pode ser analogamente comparado a uma estação de trem. A música composta por Milton Nascimento e Fernando Brant<sup>35</sup> expressa alguns dos sentimentos externalizados em um lugar desta natureza. A letra diz que

Todos os dias é um vai e vem  
A vida se repete na estação  
Tem gente que chega para ficar  
Tem gente que vai pra nunca mais  
Tem gente que vem e quer voltar  
Tem gente que sai e quer ficar  
Tem gente que veio só olhar  
Tem gente a sorrir e a chorar

<sup>34</sup> Também conhecido como Cavahada Nova.

<sup>35</sup> Composição de Milton Nascimento e Fernando Brant.

E assim chegar e partir  
São só dois lados da mesma viagem  
O trem que chega é o mesmo trem da partida  
A hora do encontro é também despedida  
A plataforma desta estação é a vida deste meu lugar  
É a vida deste meu lugar  
É a vida... (NASCIMENTO; BRANT, 1985)

Embora a composição citada se destine a revelar as nuances de uma estação de trem, ela se aplica a vida do Mercado Velho que, historicamente, propicia trocas comerciais, além de encontros e despedidas. Tropeiros, viajantes e, num segundo momento, turistas, se assemelham no sentido de representar o que vem de fora, pessoas que levam e trazem informações, costumes e dinheiro para Diamantina. São forasteiros que observam os costumes e tradições locais, ao mesmo tempo em que também são observados, uma troca cultural que gera influência direta nos modos de ser de cada um. Nesta perspectiva, o Mercado Velho é uma referência para a cidade, como já citado anteriormente, é um dos lugares de encontro e convivência.

O Mercado é, em sua essência, um espaço de trocas comerciais e culturais. Já foi palco da venda de escravos que serviram para a exploração de diamantes e lugar onde os tropeiros realizavam suas trocas comerciais. É também, historicamente, um espaço de trocas gastronômicas. Os tropeiros trocavam itens da sua alimentação diária com outros característicos da região. Ainda em 2010 e 2011, o Mercado Velho abriga uma feira que moradores da região detêm o direito de exploração de barraquinhas que servem comidas típicas para os visitantes. Assim, turistas e população residente têm a oportunidade de experimentar ícones da culinária regional preparados por pessoas do lugar. Também se comercializa o excedente da produção de pequenos proprietários rurais como frutas, legumes, hortaliças e outros alimentos para os residentes do núcleo urbano e para os turistas (Fig. 25).



Figura 25: Feira no Mercado Velho  
Foto: Erika Alves (06 mar. 2011)

Apresentar situações passadas confrontando-as com o presente é uma forma de envolver as pessoas no processo interpretativo, uma vez que

há muito trabalho a ser feito para conectar visitantes e moradores na apreciação da evolução de nossas cidades. No mínimo, eles precisam entender que as decisões tomadas sobre planejamento e a preservação dos centros urbanos sempre afetam sua imagem. É importante fazê-los sentir também a necessidade de se enfatizar os valores particulares de cada lugar, que oferecem imagens, idéias e soluções capazes de contrabalançar as forças da globalização. (GOODEY, 2005:77)

A Praça do Mercado Velho, local de chegada dos tropeiros no período colonial, é um lugar adequado para se apresentar de forma esquemática as primeiras ruas que compunham o tecido urbano do Arraial do Tejuco, e confrontá-la com o tecido urbano da primeira década do século XXI. A partir disso, o observador é instigado a olhar para o entorno, entendendo a paisagem como matriz que abriga marcas passíveis de interpretação, conforme posição defendida por Berque (1998) e discutida no capítulo I, item 1.1<sup>36</sup>.

Resultante do entroncamento de caminhos, o Arraial do Tejuco é marcado pelo trânsito de pessoas que buscam outras regiões desde sua formação. Analogamente, a atividade turística é composta pelo deslocamento de pessoas que visitam um determinado local com objetivos específicos. Ao analisar a região como destino

<sup>36</sup> Item 1.1 – Paisagem Cultural: um conceito em construção.

turístico, a característica da cidade de Diamantina como polarizadora se mantém. Neste caso, a Praça do Mercado Velho se consolidaria como referência aos caminhos que chegam e partem de Diamantina. O Mercado Velho cumpriria a função de referenciar caminhos ora usados por tropeiros, ora por viajantes, ora pelos residentes, ora por turistas.

Como exemplo, sugere-se trabalhar informações sobre os caminhos que chegavam ao Arraial do Tejuco como o Caminho do Carro, que o ligava ao Serro. Vasconcellos (1959) afirma que a Igreja do Rosário é a chegada usada pelos tropeiros que vinham do Serro. Assim, ações na Praça do Mercado Velho estimulariam o turista a conhecer esta via que também integra o projeto turístico da Estrada Real. A cidade possui sua formação histórica ligada a exploração de ouro, diferentemente de Diamantina, que surgiu com a descoberta de ouro, mas se consolidou com a exploração de diamantes. A formação urbana de Diamantina pode ser confrontada com detalhes do centro histórico do Serro (Fig. 26), cidade que viveu a exploração aurífera e teve seu contingente populacional esvaziado com a descoberta de diamantes no Arraial do Tejuco.



Figura 26: Vista do centro histórico do Serro  
Foto: Rafael Ciquella (03 jul. 2010)

O papel da interpretação do patrimônio é também difundir ícones da gastronomia da região possibilitando que o turista, dentre outras opções, vivencie situações como a produção do queijo artesanal do Serro, registrado como patrimônio pelo IEPHA e, posteriormente, pelo IPHAN.



O modo de fazer, isto é, o processo de produção do Queijo Artesanal da região do Serro, em Minas Gerais, representa uma das mais significativas e importantes manifestações tradicionais, do ponto de vista econômico e social, enraizadas no universo do cotidiano da comunidade. Por assim ser, constitui-se em referência cultural relacionada à identidade, à memória e à ação desse grupo social. (IEPHA,2011)

No Serro, pode-se conhecer o processo artesanal de fabricação do queijo em uma fazenda aberta a visitação. No local, o visitante pode conhecer o processo de produção deste alimento e experimentar uma refeição preparada no fogão à lenha da sede da fazenda. Posto isso, afirma-se que

a interpretação [...] não tem nenhuma obrigação contratual com o passado nem com lugares removidos da experiência cotidiana. Se a interpretação significa alguma coisa, ela deve ser um processo aplicável a qualquer lugar, em qualquer tempo. Podemos interpretar o futuro assim como o passado, podemos interpretar os pobres como temos interpretados os ricos, podemos interpretar o que é cruel e pouco confortável, assim como frequentemente interpretamos o que é aceitável e tolerável. (GOODEY, 2005:76)

O entorno de Diamantina e o Vale do Jequitinhonha inspiram artesãos a trabalharem com os mais diversificados materiais, sendo possível conhecer parte deste acervo no Mercado Velho. O local poderia ser reestruturado com o objetivo de se tornar um espaço em que o turista possa conhecer o artesanato e, se desejar, visitar a localidade na qual é produzido, vivenciando a forma como se faz o artesanato. Desta maneira, as áreas produtoras terão contato com parte dos turistas que compram suas obras e têm a chance de agregar valor ao produto artesanal. Como exemplo, pode-se citar os tapetes arraiolos, heranças do “saber fazer” português, cuja técnica de confecção foi trazida para a região no período do povoamento. Outro ponto a ser destacado é como a extração de pedras preciosas atraiu um número considerável de ourives. Alguns deles começaram a produzir peças com coco e ouro o que propiciou reduzir os preços de comercialização das joias. A técnica foi aprimorada e é um dos atrativos para os turistas. A Joalheria Pádua é a mais antiga em funcionamento e é datada de 1888.

Conforme afirma Morales (1998. In: MIRANDA, 2005:95), “a interpretação do patrimônio é a arte de revelar *in situ* o significado do legado natural, cultural ou históricos, ao público que visita esses lugares em seu tempo livre”. O turista é livre para decidir visitar ou não as atividades ou espaços interpretativos. Os assuntos apresentados nesta dissertação indicam abordagens possíveis de um plano interpretativo que integre o Mercado Velho em uma estratégia de promoção turística que esteja de acordo com os pressupostos da preservação do patrimônio e valorização do entorno.

## CONCLUSÃO

As cidades coloniais mineiras, em geral, se propõem a desenvolver atividades voltadas para o turismo. Contudo, os investimentos em pesquisas sobre o tema e infraestrutura para o setor são reduzidos. No decorrer do trabalho, várias recomendações foram explicitadas a fim de indicar possíveis ações para o desenvolvimento do turismo em Diamantina e seu entorno. São ações que demandam aporte de recursos considerável e, em grande maioria, necessitam do apoio do setor público para se concretizarem. Questiona-se o modelo proposto pelos órgãos governamentais que pressupõe que o Destino Indutor transbordará benefícios para seu entorno, incluindo os econômicos. Do ponto de vista teórico, esta concepção é válida e interessante, porém, na prática não se concretiza. A ação pouco assertiva dos órgãos públicos responsáveis por elaborar e executar as políticas de desenvolvimento é um dos fatores que contribuem para o aparente fracasso da política de regionalização. Delega-se ao poder privado a missão de se integrar ao entorno. No entanto, as empresas visam lucro e não se interessam em indicar alternativas para o turista que possam resultar na dispersão do mesmo.

Neste contexto, defende-se a interpretação do patrimônio como forma de sensibilizar a sociedade civil e os turistas para a relevância de Diamantina e seu entorno. Embora seja fundamental implantar uma estratégia interpretativa, há que se tomar especial cuidado com o quanto esta ação pode contribuir para transformar a cidade em mercadoria. Uma estratégia participativa é o único caminho possível para um trabalho de sucesso, embora se compreenda a dificuldade em partilhar decisões com a sociedade. Neste ponto, é inquietante a posição de Gaudin (1999):

Será que, através do caos das negociações instáveis e regulações assimétricas, uma nova ordem política está sendo construída? Do contrário, a ação pública negociada permanecerá sendo apenas uma bricolage gestonária, invocando uma eficiência que muitos, de fato, negam porque se revela, na prática, excessivamente consumidora de tempo e energia não atendendo às condições de uma verdadeira legitimidade social e política. (GAUDIN, 1999)

O caminho traçado pelo Brasil no setor turístico, desde a instituição do MTur em 2003, é de gerir o setor por meio de políticas participativas. Porém, como afirma Gaudin (1999), há que se questionar até que ponto elas são adequadas. Entende-se que é um processo de aprendizagem cuja trajetória poderá ser mais bem avaliada no futuro.

Entretanto, é imprescindível um posicionamento crítico que permita ao profissional da área agir com clareza e discernimento. Pode-se afirmar que compreender a formação urbana de Diamantina permite delimitar ações mais assertivas no que tange a interpretação do patrimônio e atuar de maneira crítica ao buscar o envolvimento da população. Acredita-se que o plano interpretativo seja capaz de atender os anseios da população residente<sup>37</sup>, despertando sentimentos de pertencimento e valorização, ao mesmo tempo em que estimula os turistas a conhecerem elementos que rememorem o período colonial.

A pesquisa permitiu analisar a ocupação turística do centro histórico de Diamantina por meio de dados históricos e morfológicos como exemplificado pelos debates e investigações sobre a Rua da Quitanda, o Mercado Velho, o Largo da Matriz, a Rua Direita, dentre outros. O uso mais frequente destes pontos pelos turistas está relacionado aos serviços oferecidos nestes locais e as atividades culturais neles existentes. Atestou-se que o centro histórico diamantinense pode ser considerado uma atração turística e, neste sentido, sugere-se implantar instrumentos interpretativos que façam referência aos atrativos turísticos existentes na região, incluindo o município do Serro. Propõe-se incitar o visitante que está no centro histórico a conhecer outros locais e a percorrer caminhos que os levem a vivenciar experiências sensoriais. Um exemplo seria percorrer a estrada que liga Diamantina ao Serro e identificar a alteração da paisagem natural que deixa de ter feições do cerrado para exibir a mata atlântica, conhecida no período colonial como região do mato dentro.

Atesta-se que a interpretação do patrimônio é uma alternativa para se incluir no planejamento urbano as necessidades da atividade turística. Espera-se que esta dissertação contribua para despertar o interesse dos atores locais pelo tema, a fim de que sejam elaboradas outras pesquisas e possíveis propostas que permitam captar recursos para implantar um projeto interpretativo na cidade.

Por fim, reitera-se que as discussões levantadas nesta pesquisa são importantes, pois instigam os profissionais do setor a debaterem as possíveis intervenções no espaço.

---

<sup>37</sup> Segundo Gibb, (2005:202) “quando se trabalha com comunidades, há pelo menos dois princípios a serem seguidos: convencer as pessoas a se envolver e convidar o maior número possível de grupos e indivíduos para participar. É fundamental engajar diferentes faixas etárias, certificar-se de que o envolvimento da comunidade não seja apenas uma formalidade, e fazer contato desde o princípio com os grupos comunitários, órgãos e entidades, patrocinadores privados e públicos que participam do processo.”

Essa prática contribui para que a atividade turística seja capaz de gerar benefícios econômicos, sociais e ambientais para Diamantina e seu entorno.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs). Introdução. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

ALBANO, Celina. O sentido da interpretação nas cidades do Ouro: São João Del Rei e Tiradentes. In: ALBANO, Celina; MURTA, Stela Maris. (Coord.) Interpretar o Patrimônio: um exercício do olhar. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002. P. 273-282.

ALMEIDA, Reginaldo Magalhães. A rua como elemento de representação do imaginário coletivo. Curso de Especialização de Urbanismo. Escola de Arquitetura da UFMG, Belo Horizonte, 1998.

AMARO, João Júlio Vitral. Pesquisa sobre paisagem urbana, diversidade e adequação ao relevo natural do comércio de pequeno porte – indicações para avaliação de leis de uso e ocupação de solo. In: Revista Paisagem e Ambiente, São Paulo: FAU - USP, 2006.

ANDRADE, Rodrigo M. F. Palestra proferida em Ouro Preto, a 1-7-1968. (comemoração do 257º aniversário da elevação à categoria de Vila) In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. nº 17, 1969. P. 11-29.

ARANTES, Antonio A. A guerra dos lugares: sobre fronteiras simbólicas e liminaridades no espaço urbano. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. nº 23, 1994. P. 191-201.

BARRETO, Margarita. Turismo e legado cultural: as possibilidades do planejamento. 6.ed. Campinas, São Paulo: Papirus. 96p. 2000. (Coleção Turismo).

BARRETO, Margarita; BANDUCCI Jr., Álvaro (Orgs). Turismo e identidade nacional: uma visão antropológica. 4.ed. Campinas, São Paulo: Papirus. 208p. 2005. (Coleção Turismo).

BENI, Mário Carlos. Análise estrutural do turismo. 6. ed. atual. São Paulo: SENAC, 2001. 516p.

BERQUE, Augustin. Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz elementos da problemática para uma geografia cultural. In: Paisagem Tempo e Cultura. CORRÊA, Roberto Lobato, ROSENDAHL, Zeny. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. P.84-91.

BO, João Batistas Lanari. Proteção do patrimônio na UNESCO: ações e significados. Brasília: UNESCO, 2003. 186 p.

BOULLÓN, Roberto C. Planejamento do espaço turístico. Tradução Josely Vianna Baptista. – Bauru, SP: EDUSC, 2002.

BRASIL, Decreto nº 3551, de 04 de agosto de 2000. Dispõe sobre o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 07 ago. 2000, p. 02.

BRASIL. Constituição (1998). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

BUTLER, R. W. The concept of a tourism area cycle of evolution: implications for management resources. *Canadian Geographer* (24), 1980. P. 5-12.

BURNS, Peter M. Turismo e antropologia: uma introdução. Tradução Dayse Batista. São Paulo: Chronos, 2002. (Coleção Tours).

CANCLINI, Néstor García. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. Tradução de Maurício Santana Dias. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. P. 95-115.

CANNIGIA, Gianfranco; MAFFEI, Gian Luigi. Interpreting basic building. S/D, p.194-225.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. Alternativas contemporâneas para políticas de preservação. *Topos – Revista de arquitetura e urbanismo*. Belo Horizonte, v.1, n.1, p.134-138, jul./dez. 1999.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. Patrimônio Cultural: conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume, Belo Horizonte: IEDS, 2009. 380p.

CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. São Paulo: Estação Liberdade; Unesp, 2001.

COSGROVE, Denis. A geografia esta em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: *Paisagem Tempo e Cultura*. CORRÊA, Roberto L.; ROSENDAHL, Zeny. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

COSTA, Everaldo. A dialética da destrutiva na consagração do patrimônio mundial: o caso de Diamantina (MG). 2009. 297p. Tese de Doutorado – Departamento de Geografia da USP, São Paulo, 2009.

Declaração universal da UNESCO sobre a diversidade cultural. Paris, 2 de nov. de 2001.

DELSON, Roberta Marx. Novas Vilas para o Brasil-Colônia: planejamento espacial e social no século XVIII. [tradução e revisão, Fernando de Vasconcelos Pinto; composição gráfica, Frank Svensson; capa Adriana Tavares de Lyra, Mirian Vargas]. – Brasília: Ed. ALVA-CIORD, 1997, C1979. 124 p.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. Métodos e técnicas de pesquisa em turismo. São Paulo: Futura, 2002.

DOSSIÊ DO PATRIMÔNIO. Diamantina – Proposta de inscrição de Diamantina na lista de patrimônio mundial. Anexo 09. 1999.

FARIAS, Eny Kleyde V. A construção de atrativos turísticos com a comunidade. In: ALBANO, Celina; MURTA, Stela Maris.(Coord.) *Interpretar o Patrimônio: um exercício do olhar*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005. P. 59-73.

FEITOZA, Paulo. Patrimônio cultural da nação: tangível e intangível. Revista da Escola de Artes e Turismo Aboré – UEA (Amazonas), 2006, edição 2/06. Disponível em: <[http://www.revistas.uea.edu.br/old/abore/artigos/artigos\\_2/Artigos\\_Professores/Paulo%20Feitoza.pdf](http://www.revistas.uea.edu.br/old/abore/artigos/artigos_2/Artigos_Professores/Paulo%20Feitoza.pdf)>. Acesso em: 15 ago. 2011.

FERNANDES, Antonio Carlos; CONCEIÇÃO, Wander José. La mezza notte: o lugar social do músico diamantinense e as origens da Vesperata, 1751-1895-1997. 2ª edição. Diamantina: UFVJM, 2007. 210 p.

FURTADO, Junia. O distrito dos Diamantes: uma terra de estrelas. IN: História de Minas Gerais. As Minas Setecentistas. Vol. 1. Belo Horizonte: Autêntica, Companhia do Tempo, 2007. P. 303-320.

GAUDIN, Jean-Pierre. A governança moderna, ontem e hoje: alguns esclarecimentos a partir das políticas públicas francesas. IN: Teoria e Sociedade. Belo Horizonte: UFMG, nº 4, out. 1999. P. 247-272.

GIBB, Rona. O planejamento interpretativo na Escócia. In: ALBANO, Celina; MURTA, Stela Maris. (Coord.) Interpretar o Patrimônio: um exercício do olhar. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005. P. 201-214.

GOMES, Denise M. C. Turismo e museus: um potencial a explorar. In: FUNARI, P.P.; PINSKY, Jaime (Orgs). Turismo e Patrimônio Cultural. São Paulo: Contexto, 2001. P.27-34.

HOLANDA, Sergio Buarque. O semeador e o ladrilhador. In: Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1936. 6ª edição, 1995. P. 93-137.

HUYSSSEN, Andreas. Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000. P. 09-40.

ICOMOS. Carta dos Itinerários Culturais (CIIC) do ICOMOS, ratificada pela 16ª Assembleia Geral do ICOMOS em 04 de Outubro de 2008 no Quebec, Canadá. Disponível em <<http://goo.gl/L1fuqZ>> Acesso em: 15 de agosto de 2011.

IEPHA MG – Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. 18 agosto 2011. Disponível em <<http://www.iepha.mg.gov.br/component/content/22?task=view>> Acesso em: 18 ago. 2011.

IPHAN / Diamantina – Proposta de Inscrição de Diamantina na lista de Patrimônio Mundial (Dossiê do Patrimônio).

JACOBS, Jane. Morte e vida das grandes cidades./ tradução Carlos S. Mendes Rosa; revisão da tradução Maria Estela Heider Cavalheiro; revisão técnica Cheila Aparecida Gomes Bailão. – São Paulo: Martins Fontes, 2000. – (Coleção A), p. 157-266.

LEITE, Rogério P. Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. 2ª ed. Campinas, SP: Unicamp; Aracaju, SE: UFS, 2007. P. 34-95.

LORDELLO, Eliane. Sobre uma viagem a Diamantina. In: Revista Minha Cidade. Vitruvius. Edição jun. 2008. Disponível em:

<<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/08.095/1887>>. Acesso em: 10 jul. 2011.

LUCHIARI, Maria Tereza Duarte Paes. A (re)significação da paisagem no período contemporâneo. Paisagem, imaginário e espaço. CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (Orgs) Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. P.09-28.

MACHADO FILHO, Aires da Mata. Arraial do Tijuco cidade Diamantina. Livraria Martins Editora: São Paulo, 1957. 2ª edição. 306p.

MACHADO FILHO, Aires M. O negro e o garimpo em Minas Gerais. Rio de Janeiro: [s.n.], 1943. 138p.

MARX, Murillo. Cidade no Brasil em que termos? São Paulo: Studio Nobel, 1999.

MARX, Murillo. Cidade no Brasil terra de quem? São Paulo: Edusp, 1991. 143p.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Destinos Indutores. Disponível em: <[http://www.turismo.gov.br/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/cadernos\\_publicacoes/00destinos\\_indutores.html](http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/publicacoes/cadernos_publicacoes/00destinos_indutores.html)> Acesso em 20jul2011.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Secretaria de Políticas de Turismo. Programa de Qualificação a Distância para o Desenvolvimento do Turismo: turismo e sustentabilidade: formação de redes e ação municipal para a regionalização do turismo. 2ª Edição. Vol. 2. Florianópolis: SEaD/UFSC, 2010. 192p.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Secretaria de Políticas de Turismo. Programa de Qualificação a Distância para o Desenvolvimento do Turismo: Curso de Segmentação do Turismo: estruturação do produto turístico. Florianópolis: SEaD/UFSC, 2009. 368p.

MIRANDA, Jorge Morales. O processo de comunicação na interpretação. In: ALBANO, Celina; MURTA, Stela Maris.(Coord.) Interpretar o Patrimônio: um exercício do olhar. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005. P. 95-105.

MORAES, Fernanda B. O cotidiano e o espetáculo: paisagem, memória e turismo nos municípios de Ouro Preto e Mariana. Belo Horizonte: UFMG/Escola de Arquitetura, 2001. 1 CD-Rom.

MURTA, Stela Maris; GOODEY, Brian. Interpretação do patrimônio para visitantes: um quadro conceitual. In: ALBANO, Celina; MURTA, Stela Maris.(Coord.) Interpretar o Patrimônio: um exercício do olhar. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005. P. 13-46.

MURTA, Stela Maris; GOODEY, Brian. Interpretação do patrimônio para o turismo sustentado - Um Guia. Belo Horizonte: SEBRAE MG, 1995, 114p.

NASCIMENTO, Milton; BRANT, Fernando. Encontros e despedidas. In: LP Encontros e Despedidas. NASCIMENTO, Milton, 1985.

PEREIRA, Maria de Lourdes Dolabela. As políticas públicas e os espaços híbridos de participação e deliberação. As possibilidades e os limites dos Conselhos de Política Urbana em Belo Horizonte. VIII Congresso Brasileiro Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra, 2004.



PINHO, Maria Sonia M. (coord.). Ambiente gastronômico no Vale: região do Vale do Jequitinhonha. Belo Horizonte: Sebrae-MG, 2010. 72p.

PRATS, Llorenç. Patrimonio + turismo = ?desarrollo? IN: PASOS, Revista de Turismo y Patrimonio Cultural [1695-7121] Barcelona: 2003, vol:1 Nr:2, p. 127-136

RIBEIRO, Rafael Winter. Paisagem cultural e patrimônio. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.

SANTOS, Carlos Nelson F. dos. Preservar não é tombar, renovar não é pôr tudo abaixo. Rio de Janeiro, 1984.

SANTOS, Joaquim Felício dos. Memórias do distrito Diamantino da Comarca do Serro Frio (Província de Minas Gerais). Coleção Brasília, vol. Nº 1, 3ª edição, 1956. Rio de Janeiro, Edições O Cruzeiro.

SANTOS, Milton. Ensaio sobre a urbanização latino-americana. São Paulo: Hucitec, 1982.

SANTOS, Paulo F. Formação de cidades no Brasil Colonial. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001. 179p.

SAUER, Carl O. A Morfologia da paisagem. In: Paisagem, tempo e cultura. CORRÊA, Roberto Lobato, ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. P.12-74.

SECTUR Diamantina. Prefeitura Municipal de Diamantina. Edital Tomada de Preços nº 001/2011. Contratação de Empresa para realização do evento denominado Vesperata. 2011.

SILVEIRA, Carlos Eduardo; SILVEIRA, Juliana Medaglia. Perfil da demanda turística real de Diamantina e região. Características de Viagem, Motivações, Percepções e Expectativas. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM. Diamantina: 2010.

UNESCO. Patrimônio mundial no Brasil. 3 ed. Brasília, UNESCO, Caixa Econômica Federal, 2004.

VALVA, Milena d' Ayala. Do sertão que quer ser cidade: Goiânia e a paisagem cultural. 2001. 174p. Dissertação. Mestrado em Arquitetura – Universidade Federal de Minas Gerais.

VASCONCELLOS, Sylvio de. A formação urbana do Arraial do Tejuco. In: REVISTA do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 14. Rio de Janeiro: 1959.

VASCONCELLOS, Sylvio de. Dengosa é Diamantina<sup>38</sup>. In: Vasconcellos, Sylvio de. Arquitetura, Arte e Cidade. Textos reunidos. LEMOS, Celina Borges. (organização). Belo Horizonte: Editora BDMG Cultural, 2004. P. 179-182.

VASCONCELLOS, Sylvio de; LEFÈVRE, Renee. Minas cidades barrocas. São Paulo: Edusp, 1968. 43p.

---

<sup>38</sup> Estado de Minas, Turismo, p. 6, 08-set/1967.

VASCONCELLOS, Sylvio de. Relato onde se prova que turismo em Minas Gerais não é só Ouro Preto<sup>39</sup>. In: Vasconcellos, Sylvio de. Arquitetura, Arte e Cidade. Textos reunidos. LEMOS, Celina Borges. (Org). Belo Horizonte: Editora BDMG Cultural, 2004. P. 167-171.

VASCONCELLOS, Sylvio de. Vila Rica: formação e desenvolvimento – residências. São Paulo: Perspectiva, 1977. 214p.

VINUESA, Miguel Ángel Troitiño. Turismo e desenvolvimento nas cidades históricas Ibero-Americanas: desafios e oportunidades. Tradução de Silvia Mariangela Spada. IN: Portuguez, Anderson Pereira. (org) Turismo, memória e patrimônio cultural. São Paulo: Roca, 2004. P. 33-50.

---

<sup>39</sup> Estado de Minas, Turismo, p. 1, 04-ago/1967.

## ANEXO

**Caracterização da evolução urbana segundo Murillo Marx (adaptado)**  
**Informações baseadas na obra de Murillo Marx. Cidade no Brasil terra de quem?**

|           | Marco Religioso / Político                                  | Legislação   | Ocupação do território  | Área de Estudo / Data das alterações | Área de Estudo / Descrição das alterações  |
|-----------|---|--|---|--------------------------------------|--|
| Arraial   | Capela  | A mesma legislação do reino. Não há adaptações a realidade desta colônia. A mesma legislação para o reino e todas suas colônias. | Poucas edificações e um povoado próximo a capela.   |                                      | Por volta de 1714 aparece o diamante e em 1729 a interferência da Coroa torna-se mais firme contendo a imigração e monopolizando a riqueza. Vasconcellos, 1959.                  |
|           |   | Transposição do arcabouço jurídico metropolitano para a realidade muito distinta de suas colônias.                               |   |                                      | Em 1734, devido a alta oferta de diamantes no mercado, houve uma queda do preço no mercado internacional e a Coroa suspendeu a extração. IN: Cairo, Cristina; Pessôa, José. P 84 |
| Freguesia | Paróquia - Igreja Matriz                                    | A mesma legislação do reino. A mesma legislação para o reino e todas suas colônias sem adaptações.                               | Adensamento da ocupação do arraial próximo a então igreja matriz.                                       |                                      | Decreto de 12 de agosto de 1771 institui a Real Extração e o distrito Diamantino torna-se um Estado dentro do Estado.  |
|           |   | Transposição do arcabouço jurídico metropolitano para a realidade muito distinta de suas colônias.                               |   |                                      |  |
| Vila      | Paróquia - Igreja Matriz                                    | Autonomia política-administrativa = categoria de município   | Casa de Câmara e Cadeia / Pelourinho representando o poder exercido pela Coroa.                         | Foi elevada a Vila em 1831           | Época com diamantes escassos e ouro quase inexistente.   |
|           |   | Geralmente a sede da freguesia torna-se a sede do município.   |   |                                      |  |
| Cidade    | Catedral da Sé  | A instituição da república no Brasil elevou todas as vilas a categoria de cidade, automaticamente.                               | Construção em altura  | Diamantina tornou-se cidade em 1833  | Somente em 1835 foi erigido um mercado utilizado como ponto de tropeiros antes da data citada (Mata Machado, Aires)<br>Extinção da Real Extração em 1841                         |
|           | Patrimônio Nacional Brasileiro                              | Salvaguarda dos bens de interesse público como   | Proteção do centro histórico. A expansão da cidade ocorre nas áreas periféricas.                        | 1938                                 |  |
|           | Reconhecida como Patrimônio Cultural da Humanidade - UNESCO |  | O reconhecimento mundial aguça o interesse de empreendedores em investir no setor de turismo na cidade. | 1999                                 | Início das Vesperatas como externalização da cultura musical de Diamantina   |

